

ISSN 0100-199X

ANPOCS **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais

45

Neste número:

Globalização e Reforma do Estado

Sociologia Histórica: Teoria e Método

Quilombos

Cultura Política

RELUME



DUMARÁ

BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Comissão Editorial

Charles Pessanha (IUPERJ e UFRJ)

Jairo Marconi Nicolau (IUPERJ)

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

José Sergio Leite Lopes (UFRJ)

Conselho Editorial

Glaucio Ary Dillon Soares (CEPPA/UnB)

Helena Bomeny (UERJ e FGV)

Ilza Araújo Leão de Andrade (UFRN)

Maria Célia Paoli (USP)

Maria Celina d'Araújo (FGV e UFF)

Maria Lygia Barbosa (UFMG)

Maria Sylvania Porto Alegre (UFC)

Patrícia Birman (UERJ)

Roque de Barros Laraia (UnB)

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116
05508.900 – São Paulo, SP
Tel.: (011) 818-4664 – Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição
RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248 – Fax: (021) 275-0294

Editoração

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

Sumário

Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente Eli Diniz	3
“Mapeando o Reino” da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes	25
Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997) Alfredo Wagner Berno de Almeida	51
Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes Lúcio Rennó	71
Teses e Dissertações em Ciências Sociais	93

Colaboram neste número:

Alfredo Wagner Berno de Almeida é professor-visitante do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Eli Diniz é professora titular do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisadora associada do Iuperj.

Lúcio Rennó é doutorando em Ciência Política da Universidade de Pittsburgh.

Jorge Ventura de Moraes é professor adjunto de Teoria Sociológica Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Terry Mulhall é professor-visitante (bolsista do CNPq) de Sociologia Histórica do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Copidesque:

Ariana Timbó Mota

Beth Cobra

Patrícia Campos de Souza

Sergio Lamarão

Versão dos resumos:

Diane Groszklaus

Revisão:

Graça Maria Rozentul

Marina Fonte Pessanha

Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente*

Eli Diniz

Na América Latina e em geral nos países do Terceiro Mundo, os desafios associados à crise dos anos 80 determinaram, entre suas conseqüências mais relevantes, além do questionamento do antigo modelo de desenvolvimento, a necessidade de uma ampla revisão de conceitos e noções que se supunha consolidados. Ao colocar em primeiro plano a questão da reforma do Estado, a discussão contemporânea impõe a busca de novas formulações teóricas acerca do Estado, de suas relações com a sociedade, o mercado e a política.

Se no momento anterior, correspondente ao auge da industrialização substitutiva, tratava-se de expandir o Estado e ampliar sua capacidade de intervenção, a década de 80 viria a deparar-se com o desafio de formular uma nova concepção do papel do Estado, tendo em vista alcançar mais altos níveis de racionalidade e eficiência, dentro de um contexto democrático. Sob esta ótica, os aspectos qualitativos adquirem centralidade, tornando-se necessário deslocar a atenção para os requisitos com vistas a uma ação estatal eficaz na implementação das políticas públicas e na consecução das metas coletivas.

Por outro lado, a produção intelectual re-

cente, bem como as experiências concretas de reforma levadas a efeito nas duas últimas décadas, refletem diferentes concepções e abordagens acerca do novo Estado destinado a substituir o antigo modelo altamente intervencionista e centralizado. Perspectivas teóricas divergentes e visões ideológicas contraditórias tornam extremamente complexo o quadro das alternativas possíveis.

O presente texto tem por objetivo apresentar e discutir as principais linhas analíticas, que se apresentam na literatura internacional e na produção brasileira, procurando destacar seus contrastes e similitudes, sem, contudo, pretender oferecer um tratamento exaustivo da bibliografia disponível. Ao contrário, o que se propõe é um esforço de sistematização bastante específico, articulado em torno de um eixo, qual seja, a crítica das perspectivas reducionistas e dos enfoques dicotômicos que tolhem a reflexão ainda dominante nesta área. Sob este aspecto, é possível, desde logo, detectar uma crise de paradigmas e da capacidade analítica diante da complexidade dos processos em curso e dos problemas envolvidos na relação entre a implementação da agenda neoliberal e os

* Em sua primeira formulação, este texto foi apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em dezembro de 1996. O texto atual foi desenvolvido no âmbito da pesquisa "Reconfiguração do Mundo Público Brasileiro: Sistema Político e Reforma do Estado", realizada no IUPERJ, com o apoio do Programa de Reforma do Estado da CAPES, durante o ano de 1997. Uma primeira versão, ainda bastante preliminar, sob o título "Globalização, Governança e Reforma do Estado", foi publicada em Textos para Discussão, n.º 391, Instituto de Economia da UFRJ, abril de 1997.

requisitos da consolidação da democracia, nos países em desenvolvimento.

Além do reducionismo das principais abordagens, cabe ressaltar as ciladas que decorrem de visões dicotômicas tão difundidas, quanto equivocadas, que aprisionam o debate dentro de certas polaridades, tidas como universais. Entre estas, gostaria de destacar, em primeiro lugar, a dicotomia Estado-mercado, que contrapõe uma visão maximalista — presa ao paradigma estatista — a uma concepção minimalista, responsável pela idealização do mercado. Em segundo lugar, cabe mencionar o confronto entre racionalidade governativa e imperativos democráticos, aquela informada por uma lógica concentradora e discricionária, em contraste com a dinâmica descentralizadora, plural e competitiva do jogo democrático. Tais polaridades e enfoques reducionistas constituem verdadeiras camisas de força às quais se tenta ajustar realidades complexas e multifacetadas. Neste quadro, à reflexão acadêmica impõe-se a busca de novas formulações teóricas que possam dar conta das relações Estado-sociedade, mercado e política, por um lado, bem como, no plano externo, da articulação Estados nacionais-Sistema internacional.

A Discussão Internacional

O objetivo de reformar o Estado, num contexto de mudanças drásticas na ordem mundial, definiu-se num quadro marcado por duas ordens de questões. No plano interno, verificou-se a dupla necessidade de enfrentar a crise econômica e garantir a consolidação da democracia. Considerando-se a dimensão externa, configurou-se uma nova relação de forças na arena internacional, impondo-se a busca de formas adequadas de lidar com as restrições decorrentes da globalização da economia e do predomínio das redes financeiras internacionais, em escala mundial. A conjugação destes fatores dificultou a formação de um consenso em torno da agenda das reformas prioritárias, tornando a definição do conteúdo e do alcance de cada uma delas uma tarefa extremamente complexa, tanto do ponto de vista conceitual, quanto prático. A literatura produzida recente-

mente, no campo da política comparada, permite desvendar alguns dos principais dilemas envolvidos nesse processo nos planos teórico e empírico.

Deslocando o foco para a dimensão internacional, é preciso levar em conta o fato óbvio, porém freqüentemente esquecido, de que a influência dos fatores exógenos não é direta, senão que mediatizada pelas condições e características do país considerado. Por esta razão, cabe privilegiar uma perspectiva que integre os dois planos da análise, combinando o peso relativo das variáveis externas e internas. Como explicar a forma pela qual se dá a articulação entre estas dimensões, eis o desafio que se coloca, até porque a globalização não elimina o fato de que, dentro do sistema de nações, cada Estado está submetido a duas ordens de pressões, aquelas que expressam tendências globais, ao lado das que refletem o jogo interno de interesses.¹

Um enfoque unilateral e reducionista acaba prisioneiro das limitações deterministas, tornando-se incapaz de apreender a especificidade das decisões governamentais. Nesta linha de reflexão, a agenda de reformas seria percebida como mero reflexo de injunções do sistema internacional. E, mais ainda, expressando uma tendência inexorável, seria a um tempo inócua e irrealista a procura de vias alternativas. Se as mudanças internas refletirem de forma automática decisões e processos que se situariam para além das fronteiras nacionais, estando, desta maneira, fora do controle das autoridades responsáveis pela posição dos diferentes países, seriam nulos os graus de liberdade. Independente de ideologias e de orientações políticas, as elites dirigentes tenderiam a agir de maneira uniforme e predeterminada, sob o impacto dos imperativos externos. No outro extremo pode-se situar a abordagem que privilegia os fatores internos, desconsiderando os requisitos da inserção no sistema internacional. Tal perspectiva dá também origem a visões unilaterais, calcadas no pressuposto da autonomia de Estados nacionais considerados enquanto entidades insuladas, imunes aos efeitos da globalização.

A tentação reducionista termina por reforçar as antigas explicações de teor determinista presentes em algumas formulações da teoria da dependência, tão em voga nos anos 60 e 70. Embora amplamente refutadas nas décadas subseqüentes, o vazo determinista deste tipo de visão continua presente. Tal perspectiva esvazia as decisões governamentais de seu teor estratégico, já que, sob o impacto de pressões inabaláveis, não há evidentemente margem para escolhas entre alternativas distintas. No entanto, não só o conteúdo, como até mesmo o *timing* e a oportunidade das decisões, a seleção de prioridades, a capacidade de antecipação ou, ao contrário, a excessiva demora, ou ainda a tibieza na avaliação dos riscos, têm conseqüências do ponto de vista da consecução das políticas e dos resultados alcançados.

Em contrapartida, a abordagem aqui proposta, ao não descartar a política como um importante aspecto da análise, coloca em evidência um primeiro tipo de paradoxo, para o qual gostaria de chamar a atenção. Trata-se da relação entre o poder de barganha dos Estados nacionais e a busca de formas vantajosas de inserção internacional, pois, se a globalização é um processo histórico irreversível e inevitável, nem por isto torna-se menos relevante a ação de cada governo na procura de caminhos próprios. Na história do capitalismo e do processo de internacionalização, Estados que se destacaram pela concentração de poder político e militar alçaram-se a posições hegemônicas, influenciando fortemente nas decisões levadas a efeito nos foros internacionais. No momento atual, em que os Estados Unidos, embora sob novas condições, recuperaram sua hegemonia, apesar de plenamente afinados com o processo de globalização, sempre deixaram de cumprir as regras multilaterais, que impuseram aos demais países, quando tal comportamento lhes pareceu mais favorável aos seus objetivos. A mesma tática é adotada pelos outros países centrais quando atingidos em seus interesses, aliás cada vez mais coincidentes com o de suas corporações (Tavares, *apud* Camargo, 1997, p. 23).

Nesta ordem de considerações, outro pon-

to deve ser ressaltado. Estados fortes e autônomos tendem a dispor de condições favoráveis, em comparação com estruturas estatais fragilizadas e, portanto, destituídas de instrumentos adequados de gestão. Sob este aspecto, cabe salientar o contraste entre a capacidade relativa dos Estados que se defrontam no contexto internacional e o grau de subordinação de cada governo às forças externas. Quanto mais fraca a autoridade estatal, maior a propensão a recorrer ao estoque externo de competência técnica, o que, por sua vez, tende a agravar e perpetuar as carências internas em termos de uma máquina estatal apropriada, criando-se, assim, um círculo vicioso de efeitos perversos.

Os países africanos constituem um exemplo extremo deste tipo de dilema. Em um estudo sobre o impacto diferencial dos fatores internacionais (Stallings, 1992, p. 73), ressalta que, no caso da África, “o FMI e o Banco Mundial desempenharam um papel muito mais evidente do que na América Latina, tanto persuadindo os governos a adotarem as políticas [de estabilização de estilo ortodoxo], quanto definindo seu conteúdo”. A falta de qualificação técnica de suas burocracias, continua a autora, colocaria esses países numa situação de forte dependência em relação à assistência não só financeira, como também técnica das instituições internacionais, particularmente as agências multilaterais. Em outros termos, além da influência externa na formação da agenda, os técnicos estrangeiros tornar-se-iam responsáveis pelo desenho e implementação de programas específicos.

O excesso de envolvimento externo pode, portanto, determinar condições desfavoráveis para o aumento de capacidade governativa, por sua vez indispensável para o êxito do ajuste e a recuperação econômica. Reproduzem-se, assim, as causas da dependência, inviabilizando qualquer esforço de reforma do Estado minimamente consistente. Por contraste, outros países, embora aderindo fortemente à agenda neoliberal, preservaram uma importante margem de independência, como ocorreu com o Chile, que realizou o ajuste e implementou reformas liberalizantes, antes que os demais

países do Terceiro Mundo o fizessem, mas não privatizou suas minas de cobre, adotando uma orientação mais seletiva na implementação das mudanças. Nesta linha, cabe ainda citar os esforços de alguns países latino-americanos — Argentina, Brasil e Peru — para evitar a ortodoxia em suas experiências estabilizadoras, empreendidas entre 1985-1987. Apesar do fracasso de tais experimentos heterodoxos, representaram, certamente, importante processo de aprendizagem, permitindo a identificação de deficiências institucionais, além do aprimoramento de diagnósticos sobre crise, inflação e ajuste.

Deste modo, a globalização não exclui, se não que reafirma a relevância da política do interesse nacional, não no sentido de um nacionalismo autárquico ou xenófobo, mas enquanto capacidade de avaliação autônoma de interesses estratégicos, tendo em vista formas alternativas de inserção externa.² Por mais que tenha avançado a integração do sistema internacional, persiste a tensão entre a esfera nacional e a ordem mundial globalizada. Ainda que se aceite a idéia de crise do Estado, isto não significa, como ressalta Camargo,

“um prelúdio de morte, mas um momento de transição para novos padrões de articulação entre uma governabilidade puramente nacional e novas formas de atuação, nos planos internacional e *multilateral*, *contrariando a idéia liberal de que o mercado, com sua dinâmica de liberdade total e de desconhecimento das fronteiras nacionais, é o único candidato viável para substituir a função reguladora e integradora do Estado nacional*” (Camargo, 1997, p. 35).

Deslocando o foco para as variáveis internas, a década de 90 assistiu à configuração de uma visão menos economicista em comparação com o enfoque dominante no passado recente, atribuindo-se prioridade à ação dos governos na definição de estratégias de adaptação ativa às novas condições internacionais. (Grindle e Thomas, 1991; Stallings, 1992; Evans, 1992). Tornou-se mais clara a percepção de que receitas econômicas ortodoxas ou heterodoxas não constituem condição suficiente para o êxito no enfrentamento da crise, impondo-se criar ca-

pacidade governativa e recuperar a credibilidade das instituições estatais.

Persiste, porém, uma dificuldade que aumenta a complexidade da questão da reforma do Estado, no momento atual. Constituiu-se, na maioria dos casos, um consenso negativo acerca do Estado que não se quer ter, perdurando, entretanto, um forte desacordo quanto ao modelo de Estado que se deve construir. O desenho do novo Estado ficou, de fato, atrelado às reformas e prioridades econômicas, sendo seus parâmetros definidos sob o impacto do primado da economia. Tal tendência expressou-se pelo predomínio de uma concepção estreita, resultando no privilegiamento de diagnósticos reducionistas, que terminaram por restringir a reforma do Estado às metas de corte de gastos e redução do déficit público. A ascensão de governos conservadores em países de posição estratégica no jogo de poder mundial, como os Estados Unidos, a Inglaterra e o Canadá, criaria condições favoráveis para a aceitação do enfoque neoliberal, segundo o qual o gigantismo estatal e o excesso de gastos constituiriam o cerne da crise do Estado. Nos termos do chamado “Consenso de Washington”, o refluxo do Estado, a liberalização, a desregulação e a privatização seriam os aspectos prioritários da nova agenda.³ Durante toda a década de 80, estas foram as diretrizes dominantes (Rezende, 1996).

Na América Latina, esta perspectiva foi acentuada pela reação à concepção maximalista de Estado herdada do passado, o que levou à visão oposta de teor minimalista. Em consequência, o tema da reforma do Estado foi aprisionado teoricamente pela dicotomia Estado-mercado, reativando um liberalismo de matiz ortodoxo, consagrador da fórmula redução drástica do tamanho do Estado — primazia do livre mercado nas decisões relativas à alocação de recursos. Neste sentido, o esforço reformista viu-se reduzido às propostas de enxugamento da máquina estatal, o que, em muitos casos, implicou a mutilação do aparelho burocrático e, em decorrência, o aumento de sua ineficiência. Observou-se o predomínio de uma agenda negativa de desmantelamento do legado do

passado, em franco descompasso em relação à complexidade das tarefas a serem desempenhadas pelo Estado num mundo globalizado, em que competitividade e capacidade de inserção estratégica se transformaram em chave para o sucesso. A despeito de sua inadequação, o minimalismo se impôs, em detrimento da visão mais pertinente e mais rica da reestruturação do Estado. No Brasil, a experiência do governo Collor no campo da reforma do Estado enquadra-se nesta categoria (Diniz, 1997a, esp. cap. 5).

Ademais, a primazia atribuída às prioridades econômicas, ao engendrar uma abordagem reducionista de reforma do Estado, gerou paralelamente uma visão de eficiência em termos do primado da técnica, perspectiva que se tornou dominante no debate internacional. No que diz respeito ao modelo de Estado, tal orientação se traduziu na ênfase na hipertrofia do poder da burocracia estatal.⁴ Verificou-se uma tensão crescente entre a consecução das reformas orientadas para o mercado e a consolidação da democracia, dado o reforço acentuado das prerrogativas do Executivo, configurando o chamado paradoxo neoliberal. Como ressaltam Haggard e Kaufman (1992, pp. 24-25), para os governos reduzirem seu papel na economia e expandirem as forças do mercado, o fortalecimento do Estado tornou-se imprescindível, o que resultou não só num esforço de aumento de suas capacidades administrativas e financeiras, mas também de seu poder de decisão autônoma.

Em nome da supremacia do mercado, expandiram-se os poderes regulatório e intervencionista do Estado, segundo uma lógica concentradora e discricionária que consagraria o modelo tecnocrático de gestão. Na Argentina, através dos Decretos de Necessidade e Urgência (Palermo, 1996, pp. 193-195), nos países andinos através dos Decretos de Emergência, no Brasil, mediante os Decretos-Leis e Medidas Provisórias, em toda a América Latina, enfim, os programas de ajuste seguiram o modelo do governo burocrático, caracterizado pela tendência ao desequilíbrio institucional no tocante à articulação entre os poderes e à

baixa efetividade dos mecanismos de controle e de cobrança externos (Conaghan e Malloy, 1994; Diniz, 1995, 1997a e b; O'Donnell, 1991). A concentração decisória no Executivo se fez pela exacerbação de suas funções legislativas, esvaziando a capacidade governativa do Congresso, a despeito do alargamento formal de suas prerrogativas, naqueles países em que a crise econômica coincidiu com o desencadeamento de um amplo processo de democratização.

Embora a delegação de autoridade ao Executivo seja um imperativo da administração moderna, tendo em vista os ganhos de eficiência que proporciona (Haggard, 1996, pp. 14-15), por outro lado, a partir de um determinado nível, torna-se prejudicial, implicando a subordinação do Legislativo e o comprometimento de suas funções de controle e supervisão das ações da burocracia. Como é sabido, a ausência de freios institucionais ao poder burocrático favorece a generalização das práticas de *rent-seeking* ou busca de rendas por parte dos interesses privados. Trata-se do processo identificado por uma certa corrente da literatura como captura do Estado, mediante o qual as políticas estatais se afastam cada vez mais do interesse público, tornando-se ineficientes e particularistas em seus objetivos (Krueger, 1974, 1990). Descontrole de gastos, desperdício de recursos e desvios de verbas tendem a aumentar o déficit público, levando, por sua vez, ao agravamento da inflação. No caso da América Latina, historicamente, a fragilidade da autoridade estatal assumiu proporções incontrastáveis. Assim, o legado da antiga ordem foi um Estado sobredimensionado, porém débil em termos da eficácia na obtenção de conformidade e aquiescência às suas decisões. A incapacidade de arrecadar impostos, exigir o cumprimento da lei, punir fraudes e sonegações, combater a corrupção e produzir políticas sociais efetivas representou a outra face da primazia do Estado, configurando uma síndrome de inoperância e incompetência, em grande parte responsável pela crise fiscal presente (Przeworski, 1994, p. 194; Diniz, 1997a, p. 26).

Em outros termos, o reforço indiscriminado da autonomia do Estado amplia paralelamente as possibilidades da elite estatal agir em defesa do interesse próprio, a não ser que sejam efetivos os mecanismos que obriguem o governante a prestar contas de seus atos aos cidadãos (Przeworski, 1996b, p. 23). Assim é que a excessiva amplitude da delegação acaba por aumentar os incentivos e diversificar os espaços para a irresponsabilidade política das elites que ocupam os cargos estratégicos na administração pública. Mais uma vez, na América Latina este tipo de risco revela-se particularmente grave, dados os déficits de *accountability* historicamente consolidados.

Nesses países, configurou-se a tendência à formação de regimes híbridos, democracias delegativas, segundo alguns (O'Donnell, 1991, 1993), democracias incompletas, segundo outros (Conaghan e Malloy, 1994, esp. cap. 4), caracterizando-se pela combinação dos seguintes traços: alto grau de autonomia do Executivo, marginalização do Legislativo em face de um processo decisório fechado e excludente, crescente disjunção entre escolha eleitoral e políticas públicas, fraqueza dos partidos políticos, primazia da economia como disciplina condicionadora da política pública, baixa credibilidade do Estado como agente do interesse público, desqualificação da política percebida como força negativa e obstrucionista, contração da esfera pública, regressão da noção de cidadania com o esvaziamento dos direitos sociais e, finalmente, refluxo das organizações sindicais.

Desse modo, se o risco de um eventual retrocesso autoritário pela via do golpe militar parece estar descartado, o debilitamento do sistema democrático pelo desrespeito sistemático à ordem legal constituída transformou-se numa tendência, ainda que sob o manto da vigência dos procedimentos formais da democracia. Tornou-se um comportamento recorrente o presidente em exercício, com o respaldo do Congresso, alterar as regras constitucionais em vigor, tendo em vista a aprovação do princípio da reeleição, negado pela maioria das Constituições latino-americanas. Eleitos sob o

império dessa proibição, os chefes do Executivo, apoiados por sua coalizão parlamentar, ou, como no caso do Peru de Fujimori, por intermédio de um golpe, empenharam-se em alterar as regras às quais seus mandatos estavam subordinados, tornando-se os principais beneficiários da mudança constitucional induzida por seus respectivos governos.

Cabe considerar, por outro lado, que a estabilidade das regras é um dos principais requisitos da consolidação democrática, sobretudo em países com uma longa tradição de debilidade legal, como o Brasil durante o regime militar (1964-1985), quando os generais na chefia do governo mudavam as leis sempre que lhes parecia conveniente, configurando um caso típico do chamado *casuísmo*. Por esta razão, a ruptura com essa prática constitui um imperativo da construção de uma nova ordem política, sem as fragilidades do passado, representadas, sobretudo, pelo desregramento e pela instabilidade institucional.

Esse tipo de evolução recupera a atualidade de uma discussão que se desenrolou entre os anos 70 e 80, relacionada à afinidade entre estratégias bem-sucedidas de estabilização e/ou ajuste e regimes autoritários (Skidmore, 1977; Kaufman, 1985). Inspirando-se nos casos chileno e mexicano, o argumento de que o sucesso das reformas neoliberais exigiria governos fortes de forma a controlar demandas, vencer resistências e eliminar o efeito de coalizões de veto, chegou mesmo a alimentar certa desconfiança em relação à democracia, necessariamente mais aberta à pressão de demandas e interesses conflitantes. Segundo esta visão, a conjuntura internacional de crise, marcada pela premência de medidas de alto impacto, imporia um estilo de governo insulado da política. Paralelamente, configurou-se um raciocínio prisioneiro do determinismo econômico, associando-se graus de autonomia estatal e modalidades de gestão governamental a imperativos de natureza econômica.

Se na década de 90 este tipo de diagnóstico tornou-se rapidamente obsoleto pela propagação de estudos mostrando a inexistência de relação entre regime político e resultados

eficientes de políticas econômicas ou, ainda, invalidando o pressuposto da incompatibilidade entre formas democráticas de governo e capacidade de enfrentamento da crise dos anos 80 (Remmer, 1986, 1990; Nelson, 1990; Haggard, 1986; Haggard e Kaufman, 1989; Maravall, 1994; Geddes, 1994a), passou-se, por outro lado, a conviver com o fortalecimento de práticas pouco compatíveis com o primado do governo representativo.

Em outros termos, ao binômio globalização-esgotamento do Estado intervencionista corresponderia o gradual reforço da analogia entre primazia da agenda neoliberal e difusão de uma concepção minimalista de democracia, que a esvaziaria de seu conteúdo substantivo, deslocando a ênfase para a noção de mercado político sob a égide de regras e procedimentos garantidores do jogo partidário-eleitoral. Ademais, seus pressupostos tornar-se-iam suficientemente elásticos para permitir a coexistência de regras com baixo grau de consistência interna. Analisando o impacto institucional das estratégias de reformas, Bresser Pereira, Maravall e Przeworski (1993, pp. 193-194), ressaltaram os efeitos políticos perversos do estilo tecnocrático de gestão, nos seguintes termos:

“De modo geral, [as reformas] são adotadas por decreto ou, então, são forçadas a tramitar pelo Legislativo sem incorporar as modificações que poderiam refletir as divergências de interesses e opiniões, revelando um estilo político claramente autocrático, em que os governos procuram desmobilizar seus apoiadores em vez de adequar seus programas mediante uma consulta pública. Em resumo, a sociedade acaba aprendendo que pode votar, mas não escolher; o Legislativo acaba se convencendo de que não desempenha papel algum na elaboração das políticas; e os partidos políticos, sindicatos e outras organizações nascentes tomam consciência de que suas vozes não contam. Assim, o estilo político autocrático [...] tende a minar as instituições representativas [...]”

Tais considerações põem em relevo um terceiro paradoxo, qual seja, o contraste entre racionalidade governativa e imperativos democráticos, o primeiro conduzindo ao insulamento burocrático das decisões, em contrapo-

sição à dinâmica plural e competitiva do jogo democrático. A ênfase no papel primordial das burocracias insuladas para viabilizar a execução da agenda das reformas assumiu o primeiro plano das discussões (Waterbury, 1989; Geddes, 1994b). Algumas experiências nacionais seguiram de perto esse modelo. Novamente, no Brasil, o governo Collor representou um caso paradigmático de voluntarismo e personalismo no exercício do poder presidencial.

O Plano Collor I seguiu a via coercitiva de implementação, preterindo a negociação e privilegiando a mudança induzida pelo manejo de instrumentos técnicos e administrativos, pela atribuição de amplo poder de decisão a uma tecnocracia insulada do escrutínio público e avessa à consulta. O êxito dessa forma de produzir políticas depende de doses crescentes de rigidez e rigor, já que a execução do programa se faz por intermédio do caráter compulsório das medidas e da ampliação contínua da regulação econômica. No limite, cria-se uma excessiva dependência dos mecanismos coercitivos de gestão, podendo levar ao isolamento e à corrosão das bases de sustentação política do governo (Diniz, 1997a, cap. 5).

Cria-se um círculo vicioso de efeitos perversos, pois o ideal da burocracia insulada protegida do controle público, ao aprisionar o Estado à meta inatingível de situar-se acima dos conflitos, acaba por aumentar a taxa de irracionalidade, recriando os obstáculos a uma ação estatal eficiente (Bresser Pereira, Maravall e Przeworski, 1993). Além disto, esta estratégia só tem eficácia a curto prazo, ao conferir maior rapidez à tomada de decisões, eliminando os custos e dificuldades da negociação política. Por outro lado, tende a criar obstáculos à implementação, ao colocar em segundo plano a busca do consentimento ativo dos atores do jogo democrático (Diniz, 1995). Assim, alguns autores passariam a questionar a chamada falácia tecnocrática, que preconiza restringir ao máximo o acesso de políticos e grupos de interesse à formulação de políticas como forma de conferir rapidez e eficácia ao processo decisório (Haggard, 1995, p. 15). Ressaltando os equívocos desta visão, esses

autores apontam os ganhos em termos de produtividade e de recuperação da autoridade estatal, resultantes do maior intercâmbio com o sistema representativo.⁵

Resumidamente, estes são alguns dos principais desafios que se colocam no campo da teoria da reforma do Estado, já que a reformulação que se impõe não se restringe ao domínio da prática governamental, se não que envolve uma ampla revisão teórico-conceitual. Autores como Evans (1989; 1992), Przeworski (1994), Malloy (1993), Grindle e Thomas (1991), Haggard e Kaufman (1992), Faucher (1993) e Palermo (1995), entre outros, em seus trabalhos mais recentes, enfatizariam, crescentemente, a dimensão política da reforma do Estado. Assumem o primeiro plano questões ligadas à negociação e à capacidade de articular bases de sustentação de forma a garantir a continuidade das políticas.

Assim, por exemplo, Evans (1992) explica o êxito do Estado desenvolvimentista nos chamados tigres asiáticos por um complexo de fatores, parcialmente resumidos na noção de "autonomia inserida", que significa a combinação de independência em face de interesses de caráter particular com capacidade de inserção na sociedade, configurando um Estado ativo, com forte poder regulatório e alta capacidade de fazer valer suas decisões, tendo, ao mesmo tempo, alto respaldo político. A força da sociedade civil torna-se, pois, importante componente da eficácia da ação governamental.

Caminhou-se, assim, para um relativo consenso acerca da relevância das condições políticas para o sucesso da administração da crise. A melhoria da capacidade de governo passa a ser vista como pré-requisito da reforma econômica, ao contrário da tendência anterior a enfatizar a precedência das políticas econômicas. Como ressaltam Haggard e Kaufman (1992, p. 331), as elites governantes e a tecnocracia foram surpreendidas por um documento do Banco Mundial, de 1989, no qual se admitia explicitamente a centralidade da *governance* para explicar o desempenho econômico de países do Terceiro Mundo. E mais, em documento posterior, esta mesma agência afirmaria que a

responsabilidade política constitui fator primordial para o bom governo, o que implica a obrigação dos dirigentes de responder por suas ações (World Bank, 1994, p. 12), quer diante da sociedade, quer diante de outras instâncias de poder.⁶

Sob esta ótica, a reforma do Estado não seria apenas uma questão de aumento de sua eficiência administrativa, mas envolveria ainda a revitalização dos mecanismos de cobrança e de prestação de contas. Tais aspectos seriam crescentemente enfatizados. À luz do paradigma agente-principal, Przeworski ressalta a relevância do fortalecimento da *accountability* como condição do aprimoramento do regime democrático (Przeworski, 1996a). Assumem o primeiro plano os diferentes mecanismos institucionais pelos quais os governos se capacitam a controlar o comportamento dos agentes privados, ao mesmo tempo em que os cidadãos adquirem os recursos para o controle dos atos do governo. Cidadãos, políticos e burocratas articulam-se estreitamente mediante o pleno funcionamento do sistema representativo e dos mecanismos de responsabilidade pública.

Dessa maneira, os anos 90 caracterizam-se pela importância atribuída à noção de governança, entendida como capacidade governativa em sentido amplo, o que envolve as várias dimensões do ato de governar. Entre estas, sobressaem os aspectos institucional, técnico, administrativo e político, que, em sua interdependência, respondem pela eficácia da ação estatal. Nesse sentido, a eficiência do Estado não pode ser reduzida a questões como o tamanho da máquina administrativa ou à capacidade de tomar decisões com rapidez e agilidade, pela concentração, centralização e fechamento do processo decisório. O termo governança responde à necessidade de um enfoque abrangente e multidimensional.

Tais dimensões devem, ademais, ser consideradas em sua articulação interna, já que a relação entre elas nem sempre é harmoniosa, podendo mesmo ser contraditória, como demonstra Grindle em recente estudo na área da política comparada (Grindle, 1996). Assim, como já foi salientado anteriormente, a ênfase

unilateral na capacidade técnica, entendida exclusivamente à luz da perspectiva tecnocrática, tem levado ao reforço do chamado núcleo duro do Estado, consolidando um estilo caracterizado por alto grau de insularidade burocrática e pela ampliação irrestrita do poder legislativo do Executivo. Esta forma de maximização da capacidade técnica, por sua vez, tende a criar sérios entraves ao aumento das capacidades administrativa e política do Estado, postergando a reestruturação do aparelho estatal e despolitizando artificialmente o processo decisório, o que acentua o descompasso entre reformas econômicas e políticas. Em outros termos, a modernização econômica é desencadeada à custa da preservação da face tradicional da política. Ademais, a busca do êxito na área econômica e o atrelamento da reforma do Estado à meta da austeridade orçamentária e financeira estão freqüentemente associados ao enfraquecimento da capacidade administrativa, com a deterioração da máquina burocrática, a degradação do serviço público e a perda de *status* do funcionário, inviabilizando a provisão de bens e a produção dos serviços públicos essenciais.

A Crise do Estado no Brasil: Principais Formulações

O diagnóstico sobre a crise do Estado no Brasil sofreu variações significativas ao longo das duas últimas décadas. Uma primeira tendência foi a de associá-la unilateralmente às injunções externas. Segundo esta ótica, o abandono do modelo desenvolvimentista do passado e do padrão de ação estatal que lhe deu suporte seria uma exigência inexorável da crise e da constituição de uma nova ordem na esfera internacional.

Embora os condicionantes externos não possam ser desconsiderados, é preciso também levar em conta o complexo de fatores que conduziram à corrosão da ordem estatista, em seus diferentes níveis, tais como as formas predominantes de articulação Estado-sociedade, as relações capital-trabalho, o padrão de administração do conflito distributivo ou, ainda, a modalidade de relacionamento entre os setores público e privado. Este processo de

desgaste tem raízes profundas e causas complexas, o que desde logo torna inapropriadas abordagens conjunturais e reducionistas.

Sob o impacto do surto desenvolvimentista dos anos 70, ainda durante o regime militar, o país passaria por mudanças profundas, que alterariam radicalmente seu perfil. A sociedade evoluiu para um sistema híbrido (Diniz e Boschi, 1989, pp. 60-64), caracterizado pela coexistência de antigas e novas configurações organizacionais e institucionais, no qual, ao lado do corporativismo em transição, formas diversificadas de intermediação de interesses ocupariam um espaço cada vez maior. Tais mudanças estavam em estágio avançado quando eclodiram os primeiros sinais de reversão de tendências na esfera internacional (Santos, W., 1985). Portanto, tal como foi ressaltado anteriormente, as interpretações dicotômicas seriam inapropriadas, impondo-se uma abordagem capaz de integrar os dois planos da análise, associando à dimensão externa os condicionamentos internos relacionados com a corrosão da ordem progressista (Diniz, 1995).

Uma das principais manifestações da erosão da antiga ordem foi a crise fiscal de amplas proporções que afetou os Estados latino-americanos nas três últimas décadas, e que terminou por inviabilizar o financiamento da matriz protecionista e autárquica que, em um prazo de 50 anos, transformara países como o Brasil em complexas sociedades urbano-industriais (Bresser Pereira, 1996). Ao ser aprofundado (Werneck, 1987; Bresser Pereira, 1992, 1993, 1995), este diagnóstico revelou aspectos essenciais da crise, destacando as distorções que o Estado desenvolvimentista acumulara ao longo do tempo, responsáveis pelo comprometimento de sua capacidade de governar. Nesta linha, define-se a crise fiscal, não apenas pelo déficit público, mas também pelo alto grau de endividamento externo, pela poupança pública negativa e, em consequência, pela falta de recursos para o Estado financiar suas operações e atividades essenciais (Bresser Pereira, 1996, p. 50).

Por outro lado, a literatura especializada revelou outros aspectos que não podem ser

desconsiderados, entre os quais cabe destacar a disjunção Estado-sociedade, expressão das mudanças estruturais desencadeadas pelo próprio êxito da industrialização substitutiva no Brasil (Santos, W., 1985). Entre as décadas de 50 e 70, à medida que se constituía no país uma sociedade urbano-industrial altamente complexa e heterogênea, observou-se gradualmente o processo de extenuação do Estado corporativo, legado dos anos 30, em sua capacidade de conter e administrar uma sociedade civil em expansão que viria a adquirir crescente densidade organizacional. O hiato entre uma institucionalidade estatal rígida, dotada de fraco potencial de incorporação política e uma estrutura social cada vez mais diferenciada e matizada aprofundou as tensões associadas ao processo de modernização. Evoluiu-se para uma estrutura multifacetada e multipolar de representação de interesses, através da qual a diversidade dos grupos extravasou do arcabouço institucional vigente, implodindo o padrão de controle corporativo do Estado sobre a sociedade (Diniz e Boschi, 1991). Este profundo processo de reordenamento social, ainda em curso, expressa-se pela coexistência de formatos corporativos, pluralistas e clientelistas, ao lado de estilos predatórios e universalistas de interação de atores, pela intensa atuação de *lobbies* e grupos de pressão, ou ainda pela busca de novas formas de expressão de identidades sociais reprimidas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, no seu esforço de abrir espaço na agenda pública para o enfrentamento da questão agrária. Tais tendências radicalizariam a obsolescência da matriz estatista concentradora e evidenciariam a urgência de um padrão mais descentralizado e flexível de ação estatal (Diniz, 1997b, p. 10).

Em contraste com este quadro, um fator conjuntural veio a agravar o divórcio Estado-sociedade. A prioridade atribuída aos programas de estabilização econômica e o acirramento dos conflitos em torno da alocação de recursos escassos traduziram-se no estreitamento da agenda pública, com o deslocamento dos itens relacionados às reformas sociais. O esforço de definir uma nova estratégia de cres-

cimento econômico para o país, a formulação de uma política industrial, as propostas de atenuação das desigualdades sociais seriam sistematicamente postergados em nome de uma rígida escala de prioridades, unilateralmente identificada com o combate à inflação. Os projetos igualitários, implicando aumento dos gastos sociais, seriam interpretados sob o ângulo de sua extemporaneidade. Privilegiou-se, portanto, uma agenda minimalista, em franco descompasso com a dinâmica democratizante, cujos efeitos apontariam na direção oposta, determinando aumento da participação, forte pressão por incorporação política e ampla diversificação de demandas (Diniz, 1995). Desta forma, enquanto o processo de democratização levava ao aumento da mobilização social e política, o êxito das políticas econômicas seria interpretado em termos da necessidade de expandir os mecanismos de controle e disciplina, de forma a reduzir os riscos de instabilidade.

Em contraposição, segundo a nova perspectiva aqui destacada, um aspecto crucial da crise institucional brasileira está representado pelo aprofundamento da defasagem Estado-sociedade, ao lado da ineficácia do poder público na gestão dos problemas mais prementes, tais como os baixos níveis de crescimento econômico, a desigualdade, a deterioração social, os altos índices de exclusão e violência. Para lidar com este tipo de questões, a reforma do Estado não pode estar dissociada da revitalização das instâncias de representação e das práticas de negociação, tendo em vista o aprimoramento das condições de governabilidade democrática (Melo, 1995; Ugá, 1997).

O legado da antiga ordem manifesta-se também pela tendência à privatização do Estado, traço associado à modalidade específica de articulação entre os setores público e privado, propiciado pelo padrão corporativo de intermediação de interesses historicamente consolidado (Diniz, 1978; Boschi, 1979; Melo, 1990). A representação privilegiada das elites empresariais com a exclusão paralela dos trabalhadores e a ausência da mediação partidária, associadas à centralidade do Executivo e à concentração do processo decisório no aparato

burocrático, consagrariam um formato estatal impermeável ao controle público. Configurou-se um sistema de arenas fechadas e monopolizadas por um pequeno círculo de interesses, isoladas das pressões sociais e infensas aos mecanismos de cobrança (Diniz, 1997a).

O estreitamento dos vínculos entre elites estatais e empresariais, em certos momentos no tempo e em certas agências burocráticas, sob os efeitos de um contexto fracamente competitivo, gerou situações de intrincado entrelaçamento de interesses e mesmo de subordinação do público ao privado. Sob diferentes designações, como captura do Estado (Stigler, 1975; Tollison, 1982), caráter bifronte do corporativismo (O'Donnell, 1976), ou privatização do Estado (Diniz e Boschi, 1991; Diniz, 1992), diferentes autores chamariam a atenção para as distorções e perda de eficiência da gestão estatal, em consequência do prevalecimento da ótica dos interesses privados. Forte no sentido do poder decisório nele concentrado, o Estado brasileiro revelou-se extremamente débil quanto à sua eficácia na obtenção de conformidade e de aquiescência às suas decisões.

A hipertrofia estatal manifestar-se-ia por intermédio de uma burocracia centralizada, com alta discricionariedade, porém ineficaz, caracterizando-se por alta permeabilidade aos interesses dominantes e baixo grau de responsabilidade política. Como em outros países latino-americanos, a incapacidade de arrecadar impostos, punir desvios de recursos públicos, evitar desperdícios, combater a corrupção, produzir e administrar políticas redistributivas, tornou-se crônica. Na verdade, representou a outra face da insularidade do Estado, configurando uma situação de desequilíbrio permanente, síndrome de inoperância e prepotência, que se traduziria na presente crise fiscal. Esta é, aliás, como salienta Przeworski (1994, p. 194), uma característica não só dos países da América Latina, como do Leste Europeu, nos quais a fraqueza do Estado se revela por sua incompetência na cobrança de tributos e sua inépcia na preservação da efetividade das determinações legais.

Na discussão em torno do diagnóstico da crise do Estado, a debilidade da dimensão legal dos Estados latino-americanos foi enfatizada por O'Donnell (1993, esp. pp. 1356-1360) como um traço de continuidade que, a partir dos anos 80, manifestar-se-ia sob forma particularmente aguda. Configura-se, assim, uma situação de baixa institucionalidade, dando origem à expansão das chamadas "áreas marrons," isto é, a proliferação dos espaços em que a presença estatal se torna tênue ou mesmo inexistente. Nas palavras do autor, "um Estado forte, independente do tamanho de sua burocracia, é aquele que efetivamente estabelece a legalidade e que não é percebido pela maioria da população como apenas uma arena para a satisfação de interesses particularistas" (*idem*, p. 1358). Em consequência, a dimensão republicana, que se refere à credibilidade do Estado como instituição que opera em nome do interesse público e que é essencial para caracterizar um sistema poliárquico, torna-se extremamente debilitada, dificultando o processo de consolidação democrática.

De forma similar, focalizando o caso do Brasil, Santos refere-se ao híbrido institucional brasileiro, chamando a atenção para a insuficiência da cobertura legal e jurídica proporcionada pelo Estado, ocasionando um grau extremo de retração da esfera pública e exacerbando o hobbessianismo social (Santos, W., 1992, 1993). Desta forma, ter-se-ia uma modalidade de democracia peculiar, em que a esfera poliárquica se sobrepõe a grandes vazios institucionais, nos quais o que prevalece é a ausência de direitos e a falta de acesso à ordem legal, o que reduz, se não inviabiliza, o exercício da cidadania.

Finalmente, no que se refere à produção de políticas públicas, o Estado brasileiro enfrentaria sérias dificuldades de implementação, enquanto os entraves à capacidade decisória seriam sistematicamente contornados pelo recurso ao insulamento burocrático, tendência amplamente referida pela literatura.⁷ Este complexo de fatores produz um quadro particularmente crítico. Eis porque, ao lado da crise fiscal, apontada pelo diagnóstico oficial

como componente central da crise do Estado (Bresser Pereira, 1995), outros elementos, igualmente relevantes, não podem ser desconsiderados. Entre eles, o baixo grau de *accountability* e a baixa capacidade de fazer valer as leis e decisões governamentais merecem referência especial.

À inexistência e baixa eficácia dos mecanismos de controle externo, por parte dos diferentes poderes e da própria sociedade, associa-se a prática da reforma pelo alto, de longa tradição no país, produzindo condições adversas à institucionalização dos mecanismos de cobrança e prestação de contas. O desenho institucional prevalecente, por sua vez, consolidou uma estrutura de oportunidades e incentivos francamente desfavorável à responsabilização pública dos governantes. Ademais, a baixa presença do Estado em segmentos e áreas expressivas do país, sua omissão na prestação de serviços essenciais, na provisão universal de bens públicos e na garantia da ordem legal, claramente inexistente em parte substancial do espaço social, transformaram-se num fator de agravamento do quadro de deterioração social. Assim, a reforma social e a reforma do Estado são estreitamente interdependentes.

Tais traços foram exacerbados pelos governos da Nova República, em nome da maior eficácia no enfrentamento da crise. Torna-se, pois, pertinente deslocar o foco para o contraste entre a hipertrofia do poder decisório da cúpula governamental e a falência executiva do Estado. Assim, os pontos de estrangulamento estão situados, sobretudo, no âmbito da implementação e da garantia da continuidade das políticas formuladas (Diniz, 1995, 1996, 1997a). Observou-se o fortalecimento do poder de Estado, quanto à sua alta margem de ação independente, em virtude da forte concentração do processo decisório na cúpula tecnocrática e, especialmente, pelo vasto poder de decreto da Presidência da República.⁶ Por outro lado, pelos motivos já assinalados, verificou-se a persistência de grande parte dos obstáculos à eficácia da implementação.

O referido contraste adquire maior clareza quando se introduz na análise as duas dimen-

sões que, segundo a ótica de Michael Mann (Mann, 1986, pp. 246-248), caracterizam o poder do Estado, quais sejam, os poderes despótico e infra-estrutural.⁹ O primeiro diz respeito à capacidade de as elites estatais tomarem iniciativas que transcendam a negociação institucionalizada com grupos da sociedade civil. O segundo refere-se à capacidade do Estado penetrar efetivamente a sociedade civil e implementar logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio. Tal visão tem a vantagem de permitir a ruptura com a dicotomia Estado forte-Estado fraco, tão comum à maioria das análises e que constitui uma camisa de força, já que, em grande parte das situações históricas, o Estado é forte numa dimensão e fraco na outra. Ademais, como ressalta Reis, o enfoque de Mann rejeita as antíteses simples entre Estado e sociedade civil, pois tais termos estão temporalmente articulados, variando seus respectivos graus de autonomia de um momento a outro (Reis, 1991, pp. 47-48). Desta forma, não faz sentido atribuir ao poder do Estado um grau permanente, a-histórico de autonomia, como se se tratasse de um atributo fixo do Estado, passível de ser assegurado mediante algum tipo de mecanismo institucional. Este é o equívoco, por exemplo, das análises que ressaltam a eficácia da fórmula tecnocrática como receita institucional para garantir o insulamento burocrático e, simultaneamente, a inpediência, ou mesmo a isenção de um Estado supostamente equidistante do jogo político e do conflito de interesses. Nesta linha de argumentação, é possível caracterizar a crise do Estado, que se acentua com o advento da Nova República, como resultante do descompasso entre o reforço do poder despótico paralelamente ao debilitamento do poder infra-estrutural do Estado (Diniz, 1997b, pp. 2 e 3).

A despeito do argumento que enfatiza a eficácia da insularidade burocrática se referir reiteradamente à falta de cooperação do Congresso como um dos principais obstáculos à realização das reformas, uma parte da literatura especializada vem destacando que, ao longo dos últimos governos, o que se tem observado é a proliferação de decisões tomadas com ex-

pressivos graus de liberdade, sem consulta e sem transparência, por um pequeno círculo que se localiza em instâncias enclausuradas na alta burocracia. Tais esferas administrativas situam-se fora do controle político e do escrutínio público. Este poder de decisão ampara-se na hipertrofia da capacidade legislativa do Executivo, cuja produção legal — mediante o uso indiscriminado de Decretos-Leis e Medidas Provisórias — a partir do governo Sarney, tem sido sistematicamente superior à produção média do Congresso (Monteiro, 1995a, 1995b), desequilíbrio que persistiria no decorrer dos últimos cinco anos.

Assim, por exemplo, entre 1985 e 1988, foram promulgados 376 Decretos-Leis, enquanto entre os governos Sarney e Itamar Franco, entre edições e reedições, observou-se o total de 1.269 MPs (Pessanha, 1997, p. 102). Levantamentos mais recentes mostram uma tendência crescente à utilização desses instrumentos legais, ao longo dos quatro governos civis, destacando-se o atual presidente que, só no ano de 1995, já havia superado os demais, com 450 MPs (Diniz, 1997a, p. 182). Segundo dados da Câmara dos Deputados, o atual governo, até agosto de 1997, havia editado e reeditado um total de 1.551 MPs, superando os governos anteriores em termos de média mensal de emissões: 8,15, em contraste com 3,32; 3,45 e 7,25, para os seus antecessores, os presidentes Itamar Franco, Collor e Sarney (Santos, L., 1997). Nas palavras de Monteiro, o Plano Real “promoveu a mais intensa intervenção regulatória na economia, desde 1990. Para tanto, lançou-se mão de uma peculiar âncora institucional, a volumosa emissão de Medidas Provisórias, o equivalente a 70% do total de MPs dos anos 90, ou cerca de 2/3 de toda a emissão já ocorrida, desde a criação deste mecanismo, em 1988” (Monteiro, 1996, p. 15). Cabe ainda destacar que, no atual período presidencial, nenhuma das MPs examinadas pelo Congresso foi rejeitada, enquanto no conjunto dos governos anteriores apenas 19 o foram (Pessanha, 1997, p.102).

Por conseguinte, o argumento que vê o Executivo paralisado pelo poder de bloqueio

de um Legislativo agressivo e indisciplinado carece de sustentação empírica (Diniz, 1995; Fiori, 1993). Se em algumas oportunidades, a ação do Executivo foi obstruída pela resistência do Congresso, o saldo, sobretudo no que diz respeito às áreas decisivas para o comando da economia, revela a supremacia do primeiro. Este poder tem, de fato, determinado a agenda e o conteúdo da produção legal do país, processo, em grande parte responsável pela corrosão da autonomia do Legislativo (Monteiro, 1995a, 1995b; Figueiredo e Limongi, 1994, 1995). Situando o caso brasileiro como uma forma de democracia com poder concentrado, Santos reafirma que a legislatura é um poder menor no processo decisório do país, acrescentando, porém, uma nova dimensão à análise, qual seja, as características organizacionais do próprio Legislativo, que ajudam a explicar por que os políticos contribuem para reforçar esta situação periférica (Santos, F., 1997).

As evidências sugerem, portanto, que não só o Congresso não foi obstáculo, como favoreceu as iniciativas presidenciais, fato particularmente marcante no atual governo. Tais considerações permitem uma ruptura com as análises mais correntes acerca da crise de governabilidade correspondente à primeira década pós-autoritarismo (1985-1995), centradas no pressuposto da forte pressão de demandas sociais e/ou políticas, gerando paralisia decisória. Alternativamente, o risco de ingovernabilidade pode ser associado ao acentuado desequilíbrio entre os poderes despótico e infra-estrutural do Estado brasileiro.

Considerações Finais

O diagnóstico da crise do Estado extrapola, portanto, as questões ligadas à autonomia burocrática, envolvendo, principalmente, a capacidade de gerar adesão e garantir sustentabilidade política às decisões. Sob este ponto de vista, a pergunta fundamental refere-se a como maximizar a eficácia da ação estatal. A discussão contemporânea adota um enfoque abrangente, compreendendo não só os aspectos técnicos e administrativos, como também a dimensão política das atividades governamentais. Assim,

cabe destacar os requisitos políticos que possibilitam uma ação eficiente por parte do Estado (Geddes, 1994; Haggard, 1996). O êxito dos programas governamentais requer, além dos instrumentos institucionais e dos recursos financeiros controlados pelo Estado, a mobilização dos meios políticos de execução. A garantia de viabilidade política, por sua vez, envolve estratégias de articulação de alianças e coalizões capazes de fornecer respaldo às decisões, qualquer que seja o regime político em vigor (Grindle e Thomas, 1991; Silva, 1993).

Tais requisitos são contemplados pelo conceito de governança, cuja pertinência vem sendo crescentemente ressaltada por alguns trabalhos voltados para esta temática. Tal como definido por uma recente corrente da literatura, governança significa a capacidade de o governo resolver aspectos da pauta de problemas do país através da formulação e da implementação das políticas públicas pertinentes (Conaghan e Malloy, 1994, p. 14). Em outros termos, trata-se da capacidade de tomar e executar decisões, garantindo seu efetivo acatamento pelos segmentos afetados, contribuindo, desta forma, para assegurar sua continuidade no tempo (Cohen e Rogers, 1992, 1995; Hollingsworth, Schmitter e Streek, 1994; Conaghan e Malloy, 1994; Locke, 1995). Neste sentido, a noção de governança envolve não apenas a capacidade de o governo tomar decisões com presteza, mas também sua habilidade de sustentar suas políticas, gerando adesões e condições para o desenvolvimento de práticas cooperativas, o que implica romper com a rigidez do padrão de gestão pública dominante. Trata-se de criar condições de inserção social e de incorporação política onde possível e apropriado (Evans, 1989, 1992).

Segundo o enfoque tecnocrático, de longa tradição no país, o confinamento burocrático seria o fator adequado ao aprimoramento da qualidade das decisões, maximizando seu teor universalista. Entretanto, o desenho institucional em que se baseia este estilo de gestão não só não elimina as práticas de *rent-seeking*, como também não é apropriado à consecução de objetivos sociais, reduzindo, ao contrário,

os incentivos para a promoção do interesse público. Por contraste, sob a vigência de mecanismos e procedimentos que induzam os decisores a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo, ademais, transparência e exposição pública das políticas, a promoção do bem-estar geral e das metas coletivas torna-se menos problemática. À luz da perspectiva principal-agente, Przeworski chama a atenção para este ponto, ressaltando a importância do fortalecimento dos mecanismos de controle e supervisão da burocracia, de forma a reverter distorções e interferências particularistas no processo decisório. Em suas palavras, o uso abusivo do poder de decreto em países como Peru, Argentina e Brasil, em anos recentes, ao restringir a informação e o debate, reduziria a efetividade dos mecanismos de cobrança, aprofundando o déficit de responsabilidade política (*accountability*) historicamente acumulado (Przeworski, 1996a, p. 27).

Portanto, os altos níveis de poder discricionário concentrados no Executivo, sob a justificativa de garantir eficácia na gestão das reformas, têm custos para o processo de consolidação da democracia, sem produzir condições favoráveis à isenção, no processo de produção de políticas. É preciso não esquecer que, ao mesmo tempo em que as reformas produzem perdedores, dão origem a coalizões vencedoras; da mesma forma que intensificam clivagens inter e intra-setoriais e deslocam antigos padrões de representação corporativa, abrem espaço para novas formas de pressão, com a difusão das atividades de poderosos *lobbies* e alianças transnacionais, envolvendo atores externos e internos. Enfim, desarticulam-se antigas coalizões distributivas e criam-se novas, reativando-se o jogo dos interesses.

Em síntese, superar a dicotomia Estado-mercado implica formular um novo paradigma para pensar a reforma do Estado. A partir da literatura examinada, é possível sugerir a necessidade de conceber novos estilos de gestão governamental, reformulando as práticas mais convencionais de administração pública. A criação de espaços de negociação e de incentivos introduzidos por novos arranjos institucio-

nais permite conduzir a formação e o modo de atuação dos grupos da sociedade na direção almejada. Este resultado, porém, não pode ser produzido aleatoriamente, implicando, ao contrário, acionar instrumentos que viabilizem a inserção do Estado na estrutura social, sem abdicar de sua autoridade e de seu poder de coordenação.

Evitar a captura do poder público por interesses particulares ou — o que nada mais é senão a outra face da questão — o uso abusivo das prerrogativas do cargo por parte da burocracia é uma tarefa complexa. Requer que se produza um meio institucional e associativo favorável ao desempenho governamental eficiente. Não se trata de contrapor o mercado ao Estado, mas de criar condições institucionais que induzam os atores individuais a agirem de modo compatível com os interesses coletivos (Przeworski, 1996b, p. 22). Aqui também revela-se o anacronismo dos antigos desenhos institucionais e a atualidade dos mecanismos capazes de atenuar a defasagem governantes-governados, reduzindo o duplo divórcio Executivo-Legislativo e Estado-sociedade (Diniz, 1997, p. 197).

Desta forma, a noção de eficácia do Estado implica, além das questões ligadas à competência e eficiência da máquina estatal, levar em conta os aspectos associados à sustentabilidade política das decisões e à legitimidade dos fins que se pretende alcançar por meio da ação governamental. Aumentar os graus de governabilidade de uma ordem democrática não exige apenas um melhor desempenho da máquina burocrática, elevando seu nível técnico, mas também o reforço da responsabilidade do Estado em face das metas coletivas e das demandas dos diferentes segmentos da sociedade.

O problema da governabilidade deve ser examinado em seu teor multidimensional, envolvendo os instrumentos institucionais, os recursos financeiros e os meios políticos de execução. Por sua vez, a reforma do Estado, crucial para a construção de uma nova ordem, implica expandir as condições gerais de governança do conjunto do sistema estatal, através

do aperfeiçoamento das capacidades de comando, de coordenação e de implementação do Estado, além de requerer o aprimoramento dos meios de intervenção na ordem associativa. Em última instância, alcançar tais objetivos exige uma estratégia política para conduzir acordos e alianças, articulando arenas de negociação às instituições estatais.

Em síntese, a sugestão de um novo paradigma para pensar a reforma do Estado impõe não só uma ruptura com os enfoques tecnocrático e neoliberal. Requer ainda a redefinição do conceito dominante de autonomia estatal, bem como do modelo de gestão pública a ele associado. Aquele é entendido predominantemente em termos de concentração do poder decisório na cúpula burocrática, visando ao aumento de sua capacidade de eliminar pressões e de vencer resistências. Este é interpretado como campo privilegiado para a atuação de técnicos e especialistas, dotados do monopólio dos instrumentos de ação governamental, de acordo com uma visão que encara eficiência como supremacia do saber técnico. O pressuposto deste tipo de enfoque dominante é o de que autoridade estatal e eficiência técnica seriam incompatíveis com transparência e abertura do processo decisório, ou com a extensão da participação. Como num jogo de soma zero, seriam dinâmicas contraditórias. Em contrapartida, segundo uma outra linha analítica, a visão de capacidade governativa sugerida pressupõe o aumento da participação e a ampliação dos controles externos, pelo reforço dos mecanismos e procedimentos formais da prestação de contas ao público, ao lado da institucionalização das práticas de cobrança por parte dos usuários dos serviços públicos e dos organismos de supervisão.

Algumas experiências recentes, embora incipientes, apontam na direção aqui indicada. No âmbito do governo federal, as Câmaras Setoriais, que funcionaram nos governos Collor e Itamar, abriram espaço para o desenvolvimento de um padrão tripartite de negociação, envolvendo os atores interessados, empresários e trabalhadores, ao lado de autoridades governamentais, na busca de soluções acorda-

das para áreas específicas de políticas. Na esfera local, os Conselhos Municipais nas áreas de desenvolvimento urbano, transporte, habitação, saneamento e meio ambiente, bem como os exemplos de orçamento participativo ilustram experiências de *local governance*, cada vez mais difundidas.¹⁰ Este último combina participação direta com o reforço da democracia representativa, consulta e negociação com

o fortalecimento da autoridade estatal, aumentando de uma forma não convencional a eficiência da máquina governamental. Trata-se de novos experimentos que poderão mudar efetivamente os estilos de gestão pública, bem como as formas de articulação Estado-sociedade.

(Recebido para publicação
em dezembro de 1997)

Notas

1. Em recente trabalho, Lima discute com propriedade este ponto, concluindo: "Na atualidade, perdeu qualquer relevância pensar a política internacional desvinculada da dinâmica interna. Da mesma forma que é cada vez mais problemático analisar a política doméstica sem considerar o contexto externo" (1996, p. 415).
2. Como argumentam Melo e Costa (1995, p. 101), "Contribuições recentes deslocaram o plano de análise para a consideração das fontes externas dos processos políticos internos, em particular dos processos de formação de coalizões entre atores. Ou seja, a questão da interação fatores externos/fatores internos aos países passa a ser privilegiada, ainda que de forma incipiente". Desta perspectiva integrada, a análise acerca de como se formam e operam as redes transnacionais de conexão constitui um tema da maior relevância.
3. Para uma discussão das políticas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington, ver Williamson, (1993).
4. Pereira (1998, pp. 81 e 82 principalmente), ressalta também, em recente resenha sobre a literatura internacional, a importância atribuída à fórmula do insulamento burocrático como meio de aumentar a eficácia da ação estatal.
5. Nas palavras de Bresser Pereira, Maravall e Przeworski (1993, p. 191), "Assim, consideramos que a decisão de subordinar a estratégia de reforma ao jogo das interações das forças políticas é superior em todos os três aspectos: aperfeiçoa a política, gera apoio para a continuação das reformas e ajuda a consolidar as instituições democráticas. Não acreditamos que seja preciso sacrificar a discussão pública para se obter planos econômicos corretos".
6. Em pesquisa realizada sob o patrocínio do Banco Mundial, Leila Frischtak discute o conceito de *governance*, enfatizando a dimensão da capacidade de liderança dos governantes para o êxito das políticas de reforma (Frischtak, 1996, pp. 1-30).
7. Em livro publicado recentemente, Edson Nunes faz um balanço da bibliografia pertinente (Nunes, 1997).
8. A concentração do poder decisório na alta tecnocracia e a precedência do Executivo em relação ao Legislativo não se verificam apenas na esfera da política macroeconômica, envolvendo os programas de estabilização e ajuste, mas também no que se refere a grande número das políticas setoriais, nas áreas industrial, social e cultural (Santos, Rua e Costa Filho, 1991; Castro, 1991; Rua e Aguiar, 1995; Diniz e Boschi, 1998).
9. Em um interessante estudo sobre a República Velha, Elisa Reis (1991) utiliza de forma particularmente aguda a perspectiva de Michael Mann aqui salientada.
10. Em recente trabalho Boschi faz um balanço da literatura sobre o tema da governança local no Brasil, apontando seu alcance e seus limites (Boschi, 1997). Ver também Coelho e Diniz (1997) para uma discussão do conceito de *governance* e análise de algumas experiências de *local governance*.

Bibliografia

- Boschi, Renato
1979 *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro, Graal.
1987 *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. São Paulo, Ed. Vértice.
1997 *Democratic Governance and Participation: Tales of Two Cities*. Rio de Janeiro, Iuperj, mimeo.
- Bresser Pereira, L. C.
1992 “Contra a Corrente: a Experiência no Ministério da Fazenda”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 19, julho.
1993 “Brazil”. Texto apresentado à conferência The Political Economy of Policy Reform. Washington, Institute for International Economics, 14-16 de janeiro de 1993, mimeo.
1995 “A Turning Point in the Debt Crisis”. *Texto para Discussão*, São Paulo, Instituto Sul-Norte, n.º 4, janeiro.
1996 *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil. Para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo, Editora 34.
- Camargo, Sônia de
1997 “Economia e Política na Ordem Mundial Contemporânea”. *Contexto Internacional*, vol. 19, n.º 1, janeiro-junho.
- Castro, Maria Helena G.
1991 “Interesses, Organizações e Políticas Sociais”. *BIB*, n.º 31, 1.º semestre.
- Coelho, Magda Prates e Diniz, Eli
1997 *Governabilidade, Local Governance y Pobreza en Brasil*. Rio de Janeiro, Projeto GURI, Iuperj, mimeo.
- Cohen, Joshua e Rogers, Joel
1992 “Secondary Associations and Democratic Governance”. *Politics & Society*, vol. 20, n.º 4, Dec. (Special Issue: Secondary Associations and Democracy).
- Cohen, Joshua e Rogers, Joel (eds.).
1995 *Associations and Democracy*. London/Nova York, Verso.
- Conaghan, Catherine M. e Malloy, James M.
1994 *Unsettling Statecraft, Democracy and Neoliberalism in Central Andes*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- Diniz, Eli
1978 *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1992 “Neoliberalismo e Corporativismo: As Duas Faces do Capitalismo Industrial no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n.º 20.
1995 “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. *Dados*, vol. 38, n.º 3.
1996 “Governabilidade, *Governance* e Reforma do Estado: Considerações sobre o Novo Paradigma”, *Revista do Serviço Público*, Ano 47, vol. 120, n.º 2, mai-ago.
1997a *Crise, Reforma do Estado e Governabilidade. Brasil, 1985-95*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.
1997b “A Reforma do Estado: Uma Nova Perspectiva Analítica”. In Souza, Jessé (org.), *Ciência e Política em Max Weber*, Brasília, volume III, UnB, no prelo.

- Diniz, Eli e Boschi, Renato
- 1989 "A Consolidação Democrática no Brasil: Atores Políticos, Processos Sociais e Intermediação de Interesses". In Diniz, E., Boschi, R. e Lessa, R. (orgs.), *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: Dilemas da Nova República*. São Paulo, Vértice/Iuperj.
- 1991 "O Corporativismo na Construção do Espaço Público". In Boschi, Renato (org.), *Corporativismo e Desigualdade. A Construção do Espaço Público no Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Rio Fundo.
- 1998 "A Reforma Administrativa no Brasil dos Anos 90: Projeto e Processo", Iuperj, mimeo.
- Evans, Peter
- 1989 "Predatory, Developmental and other Apparatuses: A Comparative Political Economic Perspective on the Third World State". *Sociological Forum*, vol. 4, n.º 4.
- 1992 "The State as Problem and Solution: Predation, Embedded Autonomy, and Structural Change. In Haggard, S. e Kaufman, R. (eds.), *The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Conflicts, and the State*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- Faucher, Philippe
- 1993 "Políticas de Ajuste ou Erosão do Estado no Brasil?". *Dados*, vol. 36, n.º 3.
- Figueiredo, Argelina C. e Limongi, Fernando
- 1994 "A Atividade Legislativa no Congresso Pós-Constituinte". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 38.
- 1995 "Poderes Legislativos e o Poder do Congresso". *Monitor Público*, ano 2, n.º 5.
- Fiori, José Luís
- "Ajuste, Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro". In Tavares, Maria da C. e Fiori, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. São Paulo, Paz e Terra.
- Frischtak, Leila
- 1996 "Overview: From Policy Reform to Institucional Change". In Frischtak, L. e Atiyas, I. (eds.), *Governance, Leadership, and Communication: Building Constituencies for Economic Reform*. Washington DC, The World Bank.
- Geddes, Barbara
- 1994a "Challenging the Conventional Wisdom". *Journal of Democracy*, vol. 5, n.º 4.
- 1994b *Politician's Dilemma*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Grindle, Marilee S. e Thomas, John W.
- 1991 "Policymakers, Policy Choices, and Policy Outcomes: Political Economy of Reform in Developing Countries". In Perkins, D. e Roemer, M. (eds.), *Reforming Economic Systems in Developing Countries*. Boston, Harvard University Press.
- Grindle, Merilee S.
- 1996 *Challenging the State: Crisis and Innovation in Latin America and Africa*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Haggard, Stephan
- 1986 "The Politics of Adjustment: Lessons from the IMF's Extended Fund Facilities". In Kahler, M. (ed.), *The Politics of International Debt*. Ithaca, Cornell University Press.
- 1996 "A Reforma do Estado na América Latina". In Langoni, C. G. (coord.), *A Nova América Latina*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.

- Haggard, Stephan e Kaufman, Robert
 1989 "Economic Adjustment in New Democracies". In Nelson, Joan *et alii* (eds.), *Fragile Coalitions: The Politics of Economic Adjustment*. New Brunswick and Oxford, Transaction Books.
- 1992 "Economic Adjustment and the Prospects for Democracy". In Haggard, S. e Kaufman, R. (eds.), *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- Hollingsworth, J. R., Schmitter, P. e Streeck, W.
 1994 *Governing Capitalist Economies: Performance and Control of Economic Sectors*. Nova York, Oxford University Press.
- Kaufman, Robert
 1985 "Democratic and Authoritarian Responses to the Debt Issue: Argentina, Brasil and Mexico". *International Organization*, n.º 39.
- Krueger, Anne
 1974 "The Political Economy of the Rent-Seeking Society". *American Economic Review*, vol. 64, n.º 3.
 1990 "Government Failure in Development". *The Journal of Economic Perspective*, vol. 4, n.º 3.
- Lima, Maria Regina S. de
 1996 "Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria". *Dados*, vol. 39, n.º 3.
- Locke, Richard M.
 1995 *Remaking the Italian Economy*. Nova York, Cornell University Press.
- Mann, Michael
 1986 "The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results". In Hall, John (ed.), *States in History*. Oxford, Basil Blackwell.
- Malloy, James M.
 1993 "Política Econômica e o Problema da Governabilidade Democrática nos Andes Centrais". In Sola, L. (org.), *Estado, Mercado e Democracia*. São Paulo, Paz e Terra.
- Maravall, José Maria
 1994 "The Myth of Authoritarian Advantage". *Journal of Democracy*, vol. 5, n.º 4, october.
- Maravall, J. M. e Przeworski, A.
 1993 *Economic Reforms in New Democracies, a Social-Democratic Approach*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Melo, Marcus André B. C. de
 1990 "A Formação de Políticas Públicas e a Transição Democrática: O Caso da Política Social". *Dados*, vol. 33, n.º 3.
 1995 "Ingovernabilidade: Desagregando o Argumento". In Valladares, L. e Coelho, M. (orgs.), *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Melo, Marcus André B. C. e Costa, Nilson R.
 1995 "A Difusão das Reformas Neoliberais: Análise Estratégica, Atores e Agendas Internacionais". *Contexto Internacional*, vol. 17, n.º 1, janeiro/junho.
- Monteiro, Jorge Viana
 1995a "O Poder de Propor: Ou, a Economia das Medidas Provisórias". *Revista de Administração Pública*, vol. 29, n.º 3.
 1995b "Separação de Poderes e Estabilidade Constitucional. Trabalho apresentado no workshop Estratégia e Estado Brasileiro, II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, São Paulo, Naippe/USP, 16-18 de agosto,

- 1996 O Jogo da Política Econômica no Ambiente de Governo Representativo. São Paulo, IEA/USP (Série Teoria Política, 25).
- Nelson, Joan (ed.)
1990 *Economic Crisis and Policy Choice. The Politics of Adjustment in the Third World.* Princeton, Princeton University Press.
- Nunes, Edson
1997 *A Gramática Política do Brasil, Clientelismo e Insulamento Burocrático,* Rio de Janeiro, ENAP/Jorge Zahar Editor.
- O'Donnell, Guillermo
1976 "Sobre o Corporativismo e a Questão do Estado". *Cadernos DCP*, n.º 3.
1991 "Democracia Delegativa?". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 31.
1993 "On the State, Democratization and some Conceptual Problems: A Latin American View with Glances at Some Postcommunist Countries". In Whitehead, L. (ed.), *Economic Liberalization and Democratization: Explorations of the Linkages. World Development*, vol. 21, n.º 8, (Special Issue). Publicado em português, sob o título "Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 36, julho de 1993.
- Palermo, Vicente
1995 *Síganme! Las Reformas Estructurales como Procesos Políticos. El caso Argentino, 1989-1993.* Tese de doutorado, Universidad Complutense de Madrid.
1996 "Reformas Estructurales y Régimen Político. Argentina, 1989-1994". In Diniz, Eli (org.), *O Desafio da Democracia na América Latina, Anais do Seminário.* Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Pessanha, Charles.
1997 *Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1994.* Tese de doutorado, São Paulo, USP.
- Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado
1995 *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.* Brasília, novembro.
- Przeworski, Adam
1994 *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina.* Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
1996a "On the Design of the State: A Principal-agent Perspective". Trabalho apresentado no Seminário Internacional "A Reforma do Estado na América Latina e Caribe, Brasília, Mare/BID/ONU.
1996b "A Reforma do Estado. Responsabilidade Política e Intervenção Econômica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n.º 11.
- Reis, Elisa P.
1991 "Poder Privado e Construção de Estado sob a Primeira República". In Boschi, R. (org.), *Corporativismo e Desigualdade, A construção do Espaço Público no Brasil.* Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo Editora.
- Rezende, Flávio C.
1996 "Os Leviatãs Estão Fora do Lugar", *Dados*, vol. 39, n.º 2.

- Santos, Fabiano G. M.
 1997 Democracy and Legislative Dynamics in Brazil. Texto apresentado na Mesa Redonda do Encontro da Comissão Executiva da IPSA, Rio de Janeiro, 3-8 de março.
- Remmer, Karen L.
 1986 "The Politics of Economic Stabilization: IFM Standby Programs in Latin America, 1954-1984". *Comparative Politics*, vol. 19, n.º 1, October.
 1990 "Democracy and Economic Crisis: The Latin American Experience", *World Politics*, vol. XLII, n.º 3, April.
- Rua, Maria das Graças e Aguiar, Alessandra T.
 1995 "A Política Industrial no Brasil, 1985-1992: Políticos, Burocratas e Interesses Organizados no Processo de *Policy-making*". *Planejamento e Políticas Públicas*, n.º 12, jun./dez.
- Santos, Luiz Alberto dos
 1997 *Reforma Administrativa no Contexto da Democracia*. Brasília, DIAP, Arko Advice Editorial.
 1997 Medidas Provisórias, Um Levantamento, mimeo. Câmara dos Deputados.
- Santos, Maria Helena de Castro; Rua, Maria das Graças e Costa Filho, Carlos Pio
 1991 "A Política Salarial no Governo Collor: Padrões de Negociação Executivo-Legislativo". Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Santos, Wanderley Guilherme dos
 1985 "A Pós-Revolução Brasileira". In Jaguaribe, H. et alii, *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio.
 1992 "Fronteras do Estado Mínimo: Indicações sobre o Híbrido Institucional Brasileiro". In Velloso, J. P. dos Reis (coord.), *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro, José Olympio.
 1993 *As Razões da Desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Silva, Eduardo
 1993 "Capitalist Coalition; The State and Neoliberal Economic Restructuring, Chile, 1973-88". *World Politics* n.º 45.
- Skidmore, Thomas
 1977 "The Politics of Economic Stabilization in Postwar Latin America". In Malloy, J. (ed.), *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Pittsburg, University of Pittsburg Press.
- Stallings, Barbara
 1992 "International Influence on Economic Policy: Debt, Stabilization and Structural Reform". In Haggard, S. e Kaufman, R. (eds.), *The Politics of Economic Adjustment*. Princeton, Princeton University Press.
- Stigler, George
 1975 *The Citizen and the State. Essays on Regulation*. Chicago, University of Chicago Press.
- Tollison, Robert D.
 1982 "Rent-seeking: A Survey". *Kyklos*, n.º 35.

- Ugá, Maria Alicia Dominguez
1997 "Ajuste Estrutural, Governabilidade e Democracia". In Gerschman, S. e Vianna, M. L. Werneck (orgs.), *A Miragem da Modernidade, Democracia e Políticas Sociais no Contexto da Globalização*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- Waterbury, John
1989 "The Political Management of Economic Adjustment and Reform". In Nelson, J. M. (ed.), *Fragile Coalition: The Politics of Economic Adjustment*. New Brunswick and Oxford, Transaction Books.
- Werneck, Rogério F.
1987 *Empresas Estatais e Política Macroeconômica*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Williamson, John
1993 "Democracy and the 'Washington Consensus'". *World Development*, vol. 8, n.º 21, August.
- World Bank
1994 *Governance: The World Bank's Experience*. Washington, D.C., The World Bank.

Resumo

Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente

O presente artigo tem por objetivo avaliar a produção teórica formulada na presente década, tanto no Brasil como no meio acadêmico internacional, para a análise da reforma do Estado, tema que se tornou prioritário a partir do início dos anos 90. Sem pretender oferecer um tratamento exaustivo da bibliografia disponível, propõe-se, ao contrário, um esforço de sistematização bastante específico, articulado em torno de um eixo, qual seja, uma análise crítica das perspectivas reducionistas e dos enfoques dicotômicos que caracterizam parte considerável da produção nesta área. Ao detectar uma crise de paradigmas e da capacidade analítica para lidar com a complexidade das questões envolvidas, o artigo conclui, enfatizando a necessidade de a reflexão acadêmica buscar novas formulações teóricas que possam dar conta das relações Estado, mercado e política, internamente, bem como, no plano externo, da articulação Estados nacionais — sistema internacional, na fase atual marcada pela globalização capitalista e pela consolidação da democracia.

Abstract

Globalization, Economic Adjustment, and State Reform: An Evaluation of Recent Literature

The article evaluates the current decade's theoretical production in Brazil and in the international academic world with regards to State reform, an issue that moved to the top of the agenda in the early 1990s. With no pretense of offering an exhaustive examination of all available bibliography, the article instead undertakes a systematization focused around a specific question: the critical analysis of the reductionist and dichotomous approaches that have characterized a large part of production in this area. What is detected is a crisis in paradigms and an inability to deal analytically with the complexity of the issues involved. Academic reflection must now pursue new theoretical formulations able to account for the relations between State, market, and politics within the domestic sphere, while in the international arena it is necessary to account for relations between nation-states and the international system, characterized by capitalist globalization and democratic consolidation during the present phase.

“Mapeando o Reino” da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico- metodológico de Theda Skocpol*

Terry Mulhall
Jorge Ventura de Moraes

“Do Rigor da Ciência

[...] Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal Perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo o País não resta outra relíquia das Disciplinas Geográficas.”

(Jorge Luiz Borges, *História Universal da Infâmia*, Porto Alegre, Globo, 1975, p. 61).

Introdução

A sociologia histórica é uma das áreas da Sociologia que mais cresceram nas últimas duas décadas. Debates acerca de problemas históricos tais como nacionalismo (Anderson, 1983; Gellner, 1983; Smith, 1986), revoluções (Skocpol, 1979; Goldstone, 1982), democratização (Lipset, 1960; Moore Jr., 1966; O'Donnell, 1974), formação dos Estados nacionais (Tilly, 1975; Rokkan, 1975; Anderson, 1974) e industrialização (Wallerstein, 1974a; Blaut, 1993; Brenner, 1987a e 1987b) constituem, juntos, uma extensa reflexão sobre o que pode ser chamado, grosso modo, de “a grande transformação”, na expressão de Karl Polanyi (1944). Dada a diversidade de abordagens, o problema tem sido estabelecer alguma base de classificação em termos da qual os vários tra-

balhos podem ser distinguidos. Uma tentativa nesse sentido foi feita por Skocpol e Somers (1980). Neste artigo desenvolvemos uma análise crítica desta classificação.

Talvez nenhum outro autor tenha feito mais para difundir a sociologia histórica nas duas últimas décadas do que Theda Skocpol. Seu trabalho pioneiro sobre revoluções sociais (Skocpol, 1979) foi um divisor de águas. Subseqüentemente, Skocpol, em uma série de importantes artigos, tentou desenhar de forma mais clara as fronteiras da emergente subdisciplina. Mediante a construção de um modelo — o Triângulo da História Comparativa (*The Triangle of Comparative History*) —, o trabalho dos precursores e contemporâneos da sociologia histórica foi classificado de acordo com um esquema tripartite (Skocpol e Somers, 1980; Skocpol, 1984a).

* O título deste artigo é inspirado no pequeno conto de Borges citado em epígrafe. Agradecemos ao nosso colega Luciano Oliveira que nos “presenteou” com o mesmo.

No entanto, tal como Talcott Parsons em *The Structure of Social Action* (1968), a historiografia de Skocpol teve o efeito, intencional ou não, de ser altamente seletiva e de colocar seu próprio trabalho sob uma luz bastante favorável. Também da mesma forma que Parsons ignorou muito do que não cabia no seu esquema, assim também Skocpol construiu uma visão muito seletiva da história da sociologia histórica.

Depois de mais de uma década da grande vaga teórica no âmbito da sociologia histórica, de meados da década de 1980, talvez seja oportuno lançar um olhar crítico sobre o modelo de Skocpol. Na verdade, gostaríamos de argumentar neste artigo que sua abordagem, sob vários aspectos, tanto induz ao erro na descrição dos autores analisados, quanto ignora um vasto número de trabalhos em sociologia histórica que não cabem imediata e totalmente no seu esquema.

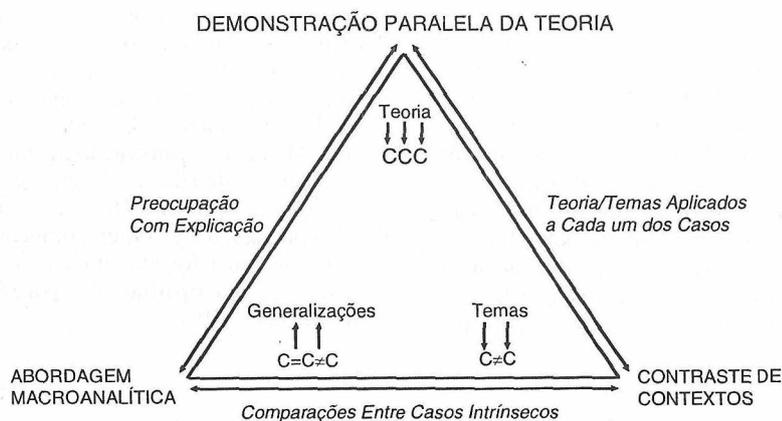
O Modelo Triangular de Skocpol

O modelo de Skocpol assenta-se, basicamente, na oposição idiográfico-nomotética que tem dominado o debate nas ciências sociais desde o final do século XIX (Cahnman, 1964). Referimo-nos ao debate entre aqueles que argumentam que o modelo nomotético das

ciências naturais é aplicável às ciências sociais e aqueles que argumentam que não é possível a formulação de leis sociais científicas gerais e que o modelo particularizante ou idiográfico é o correto nas ciências sociais. Esta disputa foi transferida para o debate acerca da sociologia histórica, com os seus praticantes tomando posições opostas.

O modelo de Skocpol, o qual divide a sociologia histórica em três abordagens teórico-metodológicas distintas, é baseado na distinção idiográfico-nomotética. Skocpol situa sua própria abordagem em uma posição intermediária entre estes dois extremos. Do lado idiográfico, que é descrito como “contraste de contextos”, ela inclui, por exemplo, a comparação que Clifford Geertz (1971) faz do Islão na Indonésia e no Marrocos e o trabalho de Reinhard Bendix (1996), *Construção Nacional e Cidadania*. Este tipo de trabalho comparativo se aproxima muito da historiografia. Seu objetivo, de acordo com Skocpol, é, por meio da comparação, através do uso de tipos ideais e de “universais sociológicos”, realçar a diferença entre os casos, sem que haja pretensão de testar uma teoria mais geral ou induzir a formulação de teorias mais ou menos restritas (cf. Skocpol e Somers, 1980, pp. 178-181; Skocpol, 1984a, pp. 368-374).

Figura 1
Modelo Triangular de Theda Skocpol



Fonte: Skocpol e Somers (1980, p. 188).

De acordo com Skocpol “[...] o que mais importa no tipo orientado por contrastes é que a integridade histórica de cada caso como um todo é cuidadosamente respeitada. Pois, muito do apelo desta variante de história comparativa é sugerir que nações, impérios, civilizações e religiões particulares constituem unidades relativamente irredutíveis, cada um sendo uma configuração sócio-histórica única e complexa em si mesma” (Skocpol e Somers, 1980, p.178). Skocpol e Somers encontram apoio para esta teoria em Bendix, quando ele afirma que o objetivo de sua abordagem é “preservar o sentido de particularidade histórica”.

No outro extremo, que é chamado de “demonstração paralela da teoria”, ela coloca trabalhos tais como *Agrarian Revolution*, de Jeffrey Paige (1975), e *Political Systems of Empires*, de S. N. Eisenstadt (1963), entre outros. Esta vertente, por meio da comparação de um grande número de casos, tenta confirmar uma teoria deduzida de postulados mais gerais (cf. Skocpol e Somers, 1980, pp. 176-178; Skocpol, 1984a, pp. 362-368).

Entre estas duas posições ela situa sua própria abordagem, chamada de “análise macrocausal”, juntamente com as obras de outros sociólogos históricos tais como Robert Brenner (1987a e 1987b) e Barrington Moore Jr. (1983). O objetivo aqui, de acordo com a interpretação de Skocpol, é comparar casos históricos e construir generalizações teóricas limitadas (*bounded generalizations*) (Skocpol e Somers, 1980, pp. 181-187; Skocpol, 1984a, pp. 374-386).

A tipologia proposta por Theda Skocpol tem exercido inegável influência e é, sem dúvida, sugestiva. O trabalho de Kalberg (1994) é um bom exemplo disso. Com efeito, este autor procura mostrar que a contribuição teórico-metodológica de Max Weber à sociologia histórica é superior à de seus concorrentes, nomeadamente, a teoria do sistema-mundo (Immanuel Wallerstein), a corrente interpretativa (Reinhard Bendix) e a corrente macroestruturalista (Theda Skocpol). O que vale realçar aqui é o fato de que Kalberg persegue seu objetivo tendo em mente o aludido modelo de Skocpol.

No entanto, apesar desta influência, há, a nosso ver, dois problemas básicos com a tipologia de Skocpol. O principal deles é que, mesmo pretendendo apresentar uma visão completa da subdisciplina, a autora deixa totalmente de fora duas tradições muito importantes dentro da sociologia histórica: a teoria da escolha racional e a sociologia histórica interpretativa, cujos focos são os agentes sociais. Em nenhum lugar ela menciona, por exemplo, o trabalho de E. L. Jones (1981) ou de Douglass North (North, 1986; North e Thomas, 1973), que muito têm feito para introduzir conceitos da escolha racional e da economia neoclássica na sociologia histórica. Nem há também menção à tradição dos *Annales*, a qual enriqueceu nosso entendimento das transições históricas (Abrams, 1982; Burke, 1990). O segundo problema é que, mesmo dentro de seus próprios termos, Skocpol dá a falsa impressão de similaridades e diferenças entre os autores. Por exemplo, apesar de classificar seu próprio trabalho juntamente com o de Moore, nós argumentamos que as diferenças entre eles são maiores do que as similaridades. Na verdade, Skocpol tem mais em comum com Paige do que com Moore.¹

O Quadrângulo da Sociologia Histórico-Comparativa

O problema da proposta de Skocpol, tal como o vemos, é que ela está ancorada no limitado eixo idiográfico-nomotético. Propomos então que, pela adição de outra dimensão — aquela da oposição entre agente e estrutura —, é possível construir o que pode ser chamado de modelo quadrangular, de muito maior complexidade. Abaixo, damos um exemplo do mesmo:

Figura 2
Tipologia de Metodologias em Sociologia Histórica

	AGENTE	ESTRUTURA
SINGULARIDADE	Sociologia Histórica Interpretativa: Roger Chartier	Tipo Ideal: Nicos Mouzelis
GENERALIZAÇÃO	Escolha Racional: Douglass North	Macroestruturalismo: Theda Skocpol

Este modelo divide a sociologia histórica em quatro abordagens metodológicas distintas. Ao introduzir a dicotomia agente-estrutura, acreditamos que ganhamos uma visão melhor das várias abordagens na sociologia histórica. Obviamente, é verdade que a matriz, pela sua própria natureza, tende a ignorar a sobreposição que existe entre certas abordagens, pois há algumas que ultrapassam as fronteiras estabelecidas. Mas nossa tipologia engloba um número muito maior de tradições do que a de Skocpol. Nas seções que se seguem faremos uma breve apresentação de cada abordagem por meio da referência ao trabalho de um praticante dentro de cada um dos campos.

Sociologia Histórica Interpretativa

No primeiro campo de nosso modelo localizamos os trabalhos de autores que focam sua análise na interpretação da ação dos agentes, mais especificamente em símbolos, cultura, mentalidade etc.

Os autores que trabalham nesta tradição trazem uma importante contribuição para a sociologia histórica porque procuram analisar os diferentes sentidos atribuídos aos símbolos pelos atores sociais em processos de transição de sociedades pré-modernas para as modernas. Em outras palavras, sociólogos históricos interpretativistas estão preocupados fundamentalmente com a constituição ou construção de sentidos que atores sociais emprestam a fenômenos sociais em diferentes culturas, considerando a transição aludida acima.

Para procedermos a uma análise das contribuições que se enquadram nesta subdivisão, examinaremos o trabalho *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, de Roger Chartier (1990). Um primeiro ponto a ser observado é o seguinte: embora autores nesta corrente admitam a existência de estruturas que circunscrevem as ações dos agentes, a análise, tal como ilustrado pela obra de Chartier, centra-se nos agentes por uma razão lógica: representações sociais são atributos dos sujeitos e não de estruturas sociais. E, como bem lembra Burke (1990, p. 98), para Chartier as estruturas “devem ser vistas como cultural-

mente ‘constituídas’ ou ‘construídas’. A sociedade em si mesma é uma representação coletiva”.

O segundo ponto importante a ser observado é que Chartier não desenvolve sua argumentação a partir de uma teoria geral. O caminho seguido por este autor é a construção de um conceito que é central para análise cultural: o de representação social (cf. Chartier, 1990, pp. 19-20), já referido no parágrafo anterior.

É óbvio que conceitos em ciências sociais não são neutros. Ou seja, eles são sempre teoricamente informados. No entanto, as referências teóricas de Chartier estão sempre na retaguarda, por assim dizer; nunca são explicitamente modeladas em um todo “visível”. Dessa forma, a estratégia teórico-metodológica deste autor é a construção cuidadosa de um conceito central — ou de um “universal sociológico”, no dizer de Bendix (1976 e 1978) — que servirá para propósitos de apreensão da história cultural da época e do tempo sob análise.

Um terceiro ponto importante é que Chartier recusa generalizações teóricas decorrentes da análise do material empírico. Em outras palavras, recusa tanto o caminho teórico-dedutivo quanto o teórico-indutivo, o que implica certa semelhança com a proposta de Bendix, a não ser pelo fato de que este último centra sua análise em estruturas sociais. Porém, há de se deixar claro que Chartier faz certas generalizações, mas de cunho histórico e/ou empírico.

Assim, decorrente desta posição, o que está na base do trabalho deste autor — um quarto ponto importante — é a insistência no realce das singularidades históricas e a recusa de “violiar” estas singularidades. Nas palavras de Chartier (1990, pp. 24-25):

“Compreender na sua historicidade as apropriações que se apoderam das configurações textuais exige o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstrato tal como o utilizam a fenomenologia e, apesar das aparências, a estética da recepção. Ambas o constroem quer a partir de uma invariância trans-histórica da individualidade, considerada idêntica através dos tempos, quer pela projeção no universal de uma singularidade que é a de um eu ou de um nós contemporâneo.”

Nos ensaios restantes, Chartier aplica este modelo analítico a problemas concretos. Por

exemplo, no ensaio intitulado “Cultura Política e Cultura Popular no Antigo Regime”, analisa a presença de aspectos políticos (cultura política) na cultura popular. Para tanto, ele maneja uma grande massa de dados referentes a “textos e ritos, gestos e crenças, imagens e relatos, numerosos, diversos, complexos [...]” (Chartier, 1990, p. 189) para tentar demonstrar que o que é “popular” não está implicitamente em tal material, mas na forma como o mesmo é utilizado (cf. Burke, 1990, p. 99).

Chartier mostra, em primeiro lugar, que levantamentos feitos por autoridades eclesiásticas nos séculos XVII e XVIII, através de questionários, indicam que as leituras populares referiam-se aos “livros de horas, os livros de piedade da Reforma católica, a *Bibliothèque bleue* [livros de cordel], os almanaques, os livros de feitiçaria, mas não mencionam nunca títulos políticos, seja para glória ou para vergonha do rei” (Chartier, 1990, p. 189).

As imagens aí utilizadas têm por fim reforçar e sedimentar as representações sociais que os fiéis fazem das “verdades da fé cristã” e da “autoridade da Igreja Católica”. Mesmo a literatura de cordel está desprovida de temas políticos, pois seu conteúdo se refere a crimes terríveis, aparições divinas, milagres etc.

Há também uma profunda oposição entre espaço público e política popular. Se o espaço público foi pensado, no século XVIII, como lugar de debates políticos, daí estava excluída “qualquer participação popular” (Chartier, 1990, p. 191). E isto acontecia porque ao vocábulo “povo” correspondia o sentido pejorativo de povinho, ralé, zé-ninguém; portanto, sem capacidade e direito de participar do debate político.

Não há, afirma Chartier, possibilidade de definir uma “cultura política popular” no Antigo Regime, embora se possa definir minimamente uma “cultura política” do mesmo. Isto é demonstrado, ainda segundo nosso autor, pelo seguinte fato: após 14 meses de cerco, em 1628, “a cidade protestante de La Rochelle se rende ao rei” (Chartier, 1990, pp. 195-196). Nos impressos que celebram a vitória do soberano não há explicitamente imagens e/ou exor-

tações políticas, mas celebrações de alegria e graças a Deus pelo fato de a plebe rude, que andava perdida, ter sido reconquistada. Porém, é óbvio que tais textos e imagens refletem uma representação social do poder do soberano, ou seja, há uma definição mínima de “cultura política” do Antigo Regime.

A passagem de uma “cultura política” minimamente definida para representações sociais mais explicitamente definidas de forma política talvez seja ilustrada pelas revoltas populares. Com efeito, no século XVII, as violentas revoltas populares, baseadas em noções de direito comunitário e em costumes profundamente enraizados, dirigiam-se contra os impostos e contra os agentes fiscais do Estado. Mas há de se notar que poupavam de crítica o rei, isto é, o próprio Estado no contexto do Antigo Regime, pois o rei é aquele que é defensor dos direitos tradicionais e imemoriais.

De acordo com Chartier, a “politização” das revoltas antifiscais se dá da seguinte forma: se antes, no século XVII, tais revoltas estavam baseadas na concepção de direitos tradicionais e se voltavam contra os agentes do fisco, no século XVIII as revoltas já não recorrem à violência aberta, baseiam-se em demandas judiciais (direito moderno) e voltam-se contra a instituição senhorial (Chartier, 1990, pp. 199-201).

A partir deste material, Chartier (1990, pp. 191, 199, 202, 203 e 205) chega a generalizações empíricas que se referem a frequências estatísticas de certas reclamações do povo encontradas em livros eclesiásticos. No entanto, é forçoso admitir que, mesmo assim, o autor tem sempre o cuidado de chamar a atenção para o fato de que as generalizações empíricas também têm limitações, haja vista que certos dados referem-se a regiões e a circunstâncias excepcionais (Chartier, 1990, p. 206).

O que é distintivo nesta abordagem é que os autores que a praticam partem de pontos não considerados por Skocpol no seu modelo. Com efeito, a análise desta obra de Chartier mostra-nos que este autor não parte de uma teoria delineada dedutivamente, nem chega a generalizações limitadas. Além disso, Chartier, como os demais que praticam este tipo de

abordagem, foca suas “lentes” sobre a ação dos sujeitos sociais, e não sobre as estruturas, já que estas são meras representações mentais.

Sociologia Histórica e Teoria da Escolha Racional

De acordo com Elster (1994, p. 38), a teoria da escolha racional pode ser resumida como se segue: “Quando defrontadas com vários cursos de ação, as pessoas comumente fazem o que acreditam que levará ao melhor resultado global”.

Esta afirmação resume também a abordagem de vários autores importantes trabalhando no âmbito da sociologia histórica. A sociologia histórica conta com uma vasta tradição de estudos cujo modelo teórico-metodológico encontra-se amparado em pressupostos da escolha racional. Os sociólogos históricos da escolha racional, ao se basearem numa teoria da ação, mostram a ligação entre agentes racionalmente orientados e os constrangimentos estruturais. No processo de transição para o mundo moderno, os agentes sociais se defrontaram com diferentes percursos (a estrutura de oportunidades). Estes autores mostram que as escolhas feitas pelos indivíduos diante de uma determinada estrutura de oportunidades provocam a configuração de novas oportunidades que, por sua vez, conformarão os desejos dos indivíduos em um momento seguinte, e assim por diante. Ou seja, as causalidades atribuídas às estruturas sociais por certas correntes em sociologia histórica ganham uma nova dimensão nesta abordagem porque, acredita-se, tem-se uma melhor resposta acerca de como elas atuam sobre os indivíduos e estes sobre aquelas.

Como analisado na seção anterior, certos sociólogos históricos centram suas análises no sujeito, mas recusam quaisquer pretensões à generalização. No entanto, outros sociólogos históricos, que concentram suas análises na ação individual, fazem generalizações em um alto nível de abstração. Com efeito, estudiosos como Douglass North e Robert Thomas em *The Rise of Western World* e Edgar Kiser e Joachim Schneider em *Bureaucracy and Effi-*

ciency: Analysis of Taxation in Early Modern Prussia fazem justamente isto.

Estes estudiosos, partindo da definição citada acima, utilizam-se de uma teoria mais geral — a da escolha racional — para a construção de hipóteses que serão testadas no decorrer do estudo. Neste sentido, os diversos casos (ou o caso) estudados servem para validar ou não a teoria desenvolvida dedutivamente, para usar os termos de Skocpol. Por outro lado, ao final da análise do(s) caso(s) estes autores tentam generalizações empíricas que são comuns a todos os países estudados, ou generalizações a partir de um caso que confirma a teoria mais geral.

O problema de North e Thomas (1973) é explicar a configuração e sucesso únicos, em termos econômicos, do mundo ocidental. Para tanto, eles examinam a história dos países da Europa Ocidental entre os anos de 900 e 1700.

A abordagem distintiva destes autores fica clara logo nas primeiras páginas da obra sob análise: “a eficiência da organização econômica é a chave para o crescimento” (North e Thomas, 1973, p. 1). Embora a frase possa parecer trivial, ela implica a recusa de que o grau de desenvolvimento econômico alcançado pelos países da Europa Ocidental possa ser explicado pela Revolução Industrial (*idem*, p. 157). Na verdade, esta revolução é o coroamento de um longo processo cujas raízes podem ser encontradas no longínquo ano de 900, se é possível estabelecer um início para o processo.

Quais seriam, então, os fatores que contribuíram para o sucesso do Ocidente? Antes de responder a tal questão, é importante entender o que os autores definem como organização eficiente: “A organização eficiente engloba o estabelecimento de arranjos institucionais e direitos de propriedade que criam um incentivo para canalizar o esforço econômico individual em atividades que tragam a taxa de retorno privada próximo à/para a taxa de retorno social.” (North e Thomas, 1973, p. 1).

Neste sentido, o fato de os países terem diferentes histórias, ou seja, padrões singulares de desenvolvimento econômico, não impede

que os autores tenham uma explicação englobando todos os casos. Antes de tudo, eles recusam as explicações mais tradicionais presentes na literatura concernente ao tema: mudança tecnológica, capital humano, redução nos custos de informação do mercado, economias de escala e expansão da população (North e Thomas, 1973, p. 2). Segundo eles, tais fatores referem-se ao próprio crescimento, não podendo ser, portanto, causas de si próprios. A chave da explicação, assim, assenta-se no seguinte ponto: "O crescimento não ocorrerá a não ser que a organização econômica existente seja eficiente. Os indivíduos devem ser seduzidos por incentivos para empreender atividades socialmente desejáveis" (*idem*, p. 2).

Ou seja, a análise desenvolvida por estes autores leva em conta os parâmetros que influenciam o relacionamento entre custos e benefícios considerados pelos atores sociais quando da tomada de decisões. Este fato explicaria os diferentes caminhos seguidos, por exemplo, pela Espanha e, digamos, França ou Inglaterra.

No entanto, qual é o mecanismo que explicaria os diferentes caminhos seguidos pelas nações da Europa Ocidental? A resposta, de acordo com North e Thomas, é simples: direitos de propriedade. Assim, para ilustrar melhor, vamos tomar os exemplos utilizados pelos autores.

Primeiro, eles oferecem o exemplo da navegação oceânica e do comércio internacional. O problema principal para os navegantes-descobridores era determinar sua exata localização. Este problema envolve duas coordenadas: latitude e longitude. A determinação da primeira já havia acontecido, mas a segunda constituía um problema sério e difícil de ser solucionado. Diversos soberanos estipularam prêmios para incentivar o trabalho de matemáticos. Mas, dada a dificuldade do problema, somente no século XVII é que se chegou à determinação da longitude. Nas palavras de North e Thomas (1973, p. 3):

"O pagamento e a criação de prêmios para matemáticos foram 'gatilhos' artificiais para estimular esforços, enquanto que um incentivo mais geral

poderia ter sido a decretação de uma lei assegurando direitos exclusivos de propriedade intelectual incluindo novas idéias, invenções e inovações. Na ausência de tais direitos, poucos arriscariam recursos privados para ter ganhos sociais."

Segundo, há o caso de que a pirataria aumentou os custos do comércio e reduziu a sua extensão. Uma solução praticada largamente pelos ingleses foi pagar "suborno" aos piratas da África do Norte, muito atuantes no Mediterrâneo. O suborno parece ter sido eficiente porque os ganhos do comércio livre na área mediterrânea eram muito superiores aos custos, incluindo o suborno. Com o passar do tempo, os países estabeleceram esquadras navais para proteger os comboios. Assim, a pirataria tendeu a desaparecer por causa da proteção aos direitos de propriedade (North e Thomas, 1973, pp. 3-4).

Por último, os autores oferecem o exemplo da política de terras da Espanha no início da era moderna. Este é um exemplo negativo, se assim podemos falar. Com efeito, com o crescimento populacional a terra se tornou mais escassa. Neste sentido, a taxa social de retorno cresceu pelo aumento da eficiência da agricultura. No entanto, o retorno privado não cresceu. Isto aconteceu porque a Coroa espanhola havia dado a pastores direitos exclusivos (a *mesta*) de guiar livremente suas ovelhas através do país, já que recolhia substanciais impostos desta atividade. Porém, do ponto de vista dos agricultores, não havia incentivo suficiente para arar e preparar a terra para o plantio, pois a qualquer momento a mesma poderia ser invadida por ovelhas (North e Thomas, 1973, p. 4).

O trabalho de Kiser e Schneider é mais explicitamente delineado pela perspectiva da teoria da escolha racional. O objetivo do artigo é discutir o porquê da eficiência do sistema de arrecadação de impostos da Prússia entre 1640 e 1806.

No que se refere ao lugar da teoria no trabalho científico, Kiser e Schneider partem de uma teoria mais geral para explicitar as hipóteses de trabalho, as quais são validadas

ao longo do trabalho. Assim, o caso empírico serve para validar o modelo ou teoria donde as hipóteses foram deduzidas.

De forma mais detalhada, Kiser e Schneider refutam de antemão explicações baseadas no modelo típico-ideal de burocracia proposto por Weber e seus seguidores,² já que a explicação mais comum da eficiência prussiana na arrecadação de impostos refere-se à existência de um sistema organizacional altamente burocratizado.

Kiser e Schneider apresentam uma série de razões que refutariam os argumentos de cunho weberiano. Primeiro, eles mostram que a maioria dos aspectos da burocratização do sistema prussiano só ocorreu no século XIX. Segundo, a transição para um sistema mais burocratizado só aconteceu depois que o crescimento da eficiência do sistema de arrecadação já havia acontecido. Isto significa, segundo os autores, que a análise weberiana falha ao não especificar as condições em que a organização burocrática é mais eficiente (Kiser e Schneider, 1994, pp. 188-189).

O passo seguinte é o anúncio da tese central desenvolvida no trabalho:

[...] A eficiência do sistema de impostos prussiano foi resultado de desvios específicos das características típico-ideais da burocracia, o que aumentou a habilidade dos dirigentes em controlar os servidores 'fazendários'. Ou seja, a Prússia não era mais eficiente do que os outros Estados do início da era moderna porque era menos burocrática, mas por causa dos modos específicos em que seu sistema de arrecadação se desviou do tipo ideal burocrático" (Kiser e Schneider, 1994, p.189; grifo no original).

Dessa forma, assumindo que os atores sociais são racionais e auto-interessados, os autores delineiam um modelo de relações entre agentes sociais em que o rei é o agente principal e os servidores são agentes delegados. Neste modelo, o rei está interessado em maximizar os impostos líquidos, os servidores tentam maximizar a soma de suas rendas legais e decorrentes de corrupção (menos os custos de sanções contra corrupção) e os contribuintes tentam minimizar a soma de seus impostos a

pagar e multas por evasão (Kiser e Schneider, 1994, p. 190).

A partir deste modelo, Kiser e Schneider deduzem quatro hipóteses que serão testadas a partir do material empírico disponível. O resto do artigo é dedicado à apresentação de dados que validam a teoria e o modelo construído a partir dela. Por fim, as conclusões acerca do caso prussiano são checadas contra evidências referentes a outros países europeus do início da era moderna.

Mais uma vez podemos apreender a dinâmica de uma abordagem que difere de todas quantas são tratadas por Skocpol. Com efeito, os teóricos da escolha racional partem de uma teoria delineada que servirá para a geração de hipóteses de trabalho que serão testadas no decorrer da análise, e nisto ela se parece com o que Skocpol chama de "demonstração paralela da teoria". No entanto, ao voltar seu enfoque para as ações de agentes racionais que buscam maximizar seus interesses, os teóricos da escolha racional que trabalham no âmbito da sociologia histórica não encontram lugar no modelo de Skocpol.

Sociologia Histórica e Tipos Ideais

Uma das fraquezas da tipologia de Skocpol é sua incapacidade de incluir de forma apropriada a tradição associada com a abordagem típico-ideal de Weber. Sua tentativa, através da inclusão de Bendix, de assimilá-lo ao lado idiográfico do eixo idiográfico-nomotético não é convincente. O tipo ideal de Weber foi de fato divisado para transcender esta dicotomia. Na epistemologia de Weber, o conhecimento científico poderia ser tão-somente um modelo da realidade. Neste sentido, a abordagem típico-ideal constitui uma tradição muito distinta na sociologia histórica. O trabalho de Reinhard Bendix é representativo desta tradição. Outro é o de Perry Anderson (1974).

Não é necessário repetir aqui o muito que tem sido escrito acerca do tipo ideal (Rogers, 1969). No entanto, é importante lembrar que os tipos ideais, como Weber explicou, são "construtos mentais" (Weber, 1992, p.137). Eles não são nem teoria acerca de, nem descri-

ções da realidade. Eles são modelos em termos dos quais teorias e descrições podem ser desenvolvidas e feitas. A tarefa do sociólogo histórico, de acordo com Weber, é mostrar “a extensão em que esta construção ideal se aproxima ou diverge da realidade” (Weber, 1992, pp. 137-138). Estes modelos são construídos em termos de agente e estrutura. Isto é, eles representam instituições em termos das motivações dos atores que as sustentam.

Patrimonialismo é um exemplo de um tipo ideal de dominação que Weber define como uma “autoridade doméstica descentralizada através da concessão de terras e, algumas vezes, de equipamento” (Weber, 1978, p. 1.011). Esta estrutura é caracterizada pelo conflito de interesses entre o governante que deseja manter seu domínio e os notáveis que querem converter seus benefícios em feudos. O modelo patrimonial, pela sua própria natureza, não corresponde a qualquer sistema histórico real. No entanto, o conceito nos permite explicar a dinâmica de sistemas históricos específicos. O império otomano, por exemplo, onde o detentor dos benefícios era totalmente dependente do sultão, é o que mais se aproxima do modelo de Weber (Anderson, 1974).

O tipo ideal é um instrumento poderoso de análise sociológica. Um exemplo de sua utilização, que será analisado mais detalhadamente, é *Politics in the Semi-Periphery* de Nicos Mouzelis. Neste trabalho, Mouzelis procura explicar por que, na Argentina, Chile, Grécia e Bulgária, em contraste com a Europa Ocidental, o processo democrático ocorreu muito mais tarde.

A metodologia típico-ideal de Mouzelis pode ser contrastada com outras abordagens metodológicas do debate sobre a democracia. Lipset, em seu famoso estudo, relacionou desenvolvimento com graus de democracia. Ele tentou correlacionar a democracia, definida como “um sistema político que permite oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos governantes”, com níveis de desenvolvimento, definido em termos de renda, educação e hábitos de consumo (Lipset, 1960).

Uma abordagem completamente diferente foi adotada por Almond e Verba (1965), que explicam a democracia em termos do que eles chamam de “cultura cívica”. O método que eles usaram para apoiar tal afirmação foi a análise de *surveys* de atitudes. Estas referem-se a atitudes com relação às instituições políticas e, de acordo com os autores, dão evidências do grau de cultura cívica.

Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992, p. 36) conectam democratização com a mudança na balança de poder entre as classes. Tendo construído uma teoria, eles empregam uma análise histórico-comparativa de três casos na tentativa de relacionar mudanças no poder das classes com o desenvolvimento democrático.

Todas as abordagens acima tentam identificar relações causais invariantes, as quais formam a base de uma teoria. O objetivo da abordagem típico-ideal, de outro lado, é construir um modelo de sistema democrático em termos das motivações dos atores dentro do mesmo. Para Mouzelis, a democracia pode ser entendida em termos do relacionamento entre dois atores: partidos políticos e a sociedade civil. A forma na qual este relacionamento se cristaliza em um sistema político é a institucionalização da participação. Mouzelis distingue duas formas de institucionalização: a inclusão, na qual os atores se representam autonomamente nos partidos — isto corresponde, aproximadamente, ao caso da Europa Ocidental —, e a incorporação, na qual eles são capturados, em certo sentido, pelas elites políticas — este é o caso da semiperiferia.

A partir desta distinção conceitual básica Mouzelis constrói um tipo ideal de incorporação. Em um extremo, os líderes estabelecem um relacionamento não mediatizado com as massas. Nesta situação, os chefes partidários, não possuindo ou efetivamente controlando cargos administrativos, são dependentes da vontade arbitrária do governante. À medida que a massa torna-se “disponível” para o líder político, o aparato partidário pode ser posto de lado (Mouzelis, 1986, p. 86). Isto é o que é conhecido como populismo. Por outro lado, quando poderosos chefes locais conseguem

ganhar uma fatia do eleitorado local, eles podem “agir como um aventureiro político relativamente independente ou como um subcontratante mais do que como uma peça descartável da organização partidária” (Mouzelis, 1986, p. 93). Nesta situação, temos um sistema clientelista clássico.

Assim, o objetivo do trabalho é mostrar a medida em que este modelo pode ajudar a iluminar uma trajetória histórica específica, isto é, a experiência da instabilidade política na semiperiferia. Na visão de Mouzelis, o período de abertura do sistema político para a participação das massas é fundamental porque estabelece os contornos dentro dos quais a participação ocorrerá. Uma vez que um sistema de interação esteja em funcionamento, ele se reproduz até que seja alterado por uma grande crise. Tendo construído este modelo, é então possível observar a abertura real do processo político — o que o autor chama de modo de transição para a política pós-oligárquica — nestes termos.

No caso da Argentina, o período de abertura crucial é a nova lei eleitoral de Saans Peña, de 1912, a qual tornou possível a eleição de Hipólito Yrigoyen para a presidência em 1916. Este é o período em que a Argentina fez a transição para a política de massas. Há muitas formas de interpretar este desenvolvimento; por exemplo, como um tipo de revolução burguesa. Para Mouzelis, no entanto, o tipo ideal populismo, o qual realça a subordinação do aparato partidário à vontade dos líderes, ajuda a iluminar um aspecto importante do sistema argentino. O que vemos surgir na Argentina, ele argumenta, é a emergência de um partido de massas baseado nas redes nacionais de patronagem e “a criação de um estilo de liderança intensamente personalístico e plebiscitário” (Mouzelis, 1986, p.24).

Este controle de órgãos partidários por aventureiros políticos, uma vez institucionalizado, teve duas conseqüências. A primeira foi que ele abriu caminho para um aventureiro político como Perón. Perón foi simplesmente o produto lógico de um sistema partidário personalista particular. O outro foi que este sistema de patronagem, uma vez estabelecido, foi

relativamente incapaz de incorporar novos atores de uma forma autônoma. Em outras palavras, a inclusão de atores na sociedade civil, tal como os sindicatos, só se tornou possível na base da patronagem. Obviamente, isto foi a receita para a instabilidade e tornou mais provável a política de exclusão na forma de uma ditadura. A ditadura na Argentina, de acordo com Mouzelis, pode ser explicada como resultado deste sistema partidário mais do que como um problema de militarismo ou como resultado de necessidades do capitalismo (Mouzelis, 1986, p. 194).

No caso da Grécia, o período de abertura coincidiu com a entrada espetacular de Venizelos e seu recém-fundado Partido Liberal na política grega em 1910. Em contraste com a situação na Argentina, esta abertura do processo político não envolveu a criação de um aparato partidário populista. Na verdade, Mouzelis argumenta que os chefes locais conseguiram reter o controle dos eleitores locais, o que se aproxima mais da forma clientelista do que da forma populista de organização. Isto é explicado por três importantes fatores. Primeiro, o fato de que não havia uma poderosa oligarquia agrária ameaçando com uma reviravolta significa que não havia necessidade de uma mobilização de tipo populista. Segundo, a ausência de uma classe trabalhadora urbana radical em Atenas deixou os liberais sem uma arma poderosa. Terceiro, a tentativa de formar partidos políticos de massa na base do carisma individual sempre falhou por causa da continuada prática de patronagem nas áreas rurais.³

Esta é, em forma abreviada, uma ilustração do uso do tipo ideal na sociologia histórica. Ele difere das outras abordagens que estamos tratando aqui. Primeiro, ele não se baseia em uma teoria que pode ser confirmada ou falsificada. A questão chave a ser perguntada ao tipo ideal não é se ele é correto ou não. Na verdade, a questão é se ele ilumina ou dá sentido à evidência histórica disponível. Por exemplo, pode-se argumentar que o populismo, tal como Mouzelis o descreve, não explica completamente a queda do regime democrático na Argentina porque ele ignora fatores geopolíticos. Isto pode ser verdade. No entanto, o modelo

típico-ideal de populismo ilumina sobremaneira ao ajudar-nos a interpretar aspectos do sistema argentino, incluindo o problema da queda do sistema democrático. Esta ausência de falsificabilidade, naturalmente, pode ser tomada como uma fraqueza. No entanto, isto depende largamente da visão que se tem do objetivo das ciências sociais.

Macroestruturalismo: Theda Skocpol

A quarta categoria que utilizamos pode ser descrita como macroestrutural. Em contraste com a abordagem típico-ideal, o principal objetivo desta abordagem não é realçar a diferença, mas construir uma teoria que pode ser a base para generalizações. Há, naturalmente, diferentes formas de estabelecer uma generalização. O método preferido por esta abordagem é identificar um mecanismo causal que alegadamente seja invariável e, então, construir uma teoria sobre esta base.

Se tomarmos o exemplo da revolução, podemos ver que a abordagem macrocausal cobre um largo espectro, englobando desde o próprio trabalho de Skocpol, o qual objetiva generalizações limitadas, passando pelo trabalho de Jeffrey Paige (1975), que procura explicar certo número de casos, até, no outro extremo, o trabalho de alguém como Crane Brinton (1965), que constrói uma teoria que pretensamente se aplica literalmente a todas as revoluções. Outros que podem ser situados entre os dois extremos são Tilly (1981), Gurr (1970), Davies (1962), Goldstone (1982) e Trimberger (1978). Apesar de diferirem amplamente com relação à teoria que adotam, todos têm em comum um compromisso com o que descrevemos na primeira seção como abordagem nomotética: a crença em que a generalização é o objetivo da explicação sociológica.

Como estudo de caso, tomaremos a própria abordagem de Skocpol. Não porque seja necessariamente a melhor, mas porque Skocpol, mais do que qualquer outro(a) sociólogo(a), fez muito para popularizar a metodologia comparativa. Em seus escritos metodológicos, Skocpol tornou-se famosa por reavivar o Método da Concordância e da Diferença de John Stuart Mill. No sexto livro de sua *Lógica*, Mill anun-

ciou uma estratégia que poderia ser empregada pelos cientistas sociais na tentativa de desenvolverem explicações científicas (Mill, 1987). O objetivo da explicação científica nas ciências naturais é identificar relacionamentos causais invariáveis que atuam como um meio para o estabelecimento de uma teoria. Nestas ciências, isto pode ser feito através de experimentos em que as variáveis podem ser artificialmente alteradas e controladas.

É óbvio que os sociólogos não podem conduzir experimentos desta forma. No entanto, a história, de acordo com os comparativistas, é, em certo sentido, um tipo de laboratório em que eventos “similares” se repetem muitas vezes. Em lugar de estabelecer um experimento e repeti-lo, os sociólogos podem comparar eventos similares que se repetiram várias vezes. O método comparativo estabelece regras que devem ser seguidas no isolamento de relacionamentos causais através da comparação de certo número de eventos similares. Há dois procedimentos básicos no método comparativo de Mill. O primeiro é o Método da Concordância. Neste, compara-se casos “positivos”, isto é, em que o fenômeno que está sendo investigado está presente. Se todos estes casos “positivos”, sendo de outra forma completamente diferentes, têm alguma outra variável antecedente crucialmente importante em comum, então há pelo menos uma chance de que esta seja o fator causal. No entanto, a correlação entre duas variáveis não prova que há uma causa. Aqui é onde entra o Método da Diferença. Agora compara-se os casos “positivos” com outros “negativos”, em que o fenômeno que está sendo investigado não está presente. Se nestes casos “negativos” a variável causal também está ausente, então há mais evidência de que se isolou o fator causal. Skocpol assegura que fez disto a base de seu próprio trabalho sobre o que ela chama de revoluções sociais.

Revoluções parecem ser uma boa base para a análise comparativa. Elas parecem ser eventos similares que têm se repetido várias vezes no curso da história. Não é necessário entrar aqui no debate teórico sobre revoluções que precedeu o trabalho de Skocpol. Basta

dizer que Skocpol rejeita as teorias voluntaristas da revolução, incluindo aí o marxismo. Nenhuma revolução social bem-sucedida foi “feita por um movimento revolucionário” (Skocpol, 1979, p. 17). Ela descreve sua própria abordagem como “organizacional, realista”, e argumenta que a revolução é resultado de uma crise de reprodução do Estado. A crise de reprodução é causada pela convergência de dois eventos: envolvimento em conflito internacional com outro Estado combinado com a oposição de importantes grupos sociais de dentro da sociedade. Isto pode ser formulado como uma generalização: se, durante a mobilização para enfrentar uma crise externa, um Estado se vê diante de grupos sociais que alcançaram certa organização na luta contra o mesmo, então a revolução se seguirá. Em suas próprias palavras:

“Pelo fato de que os antigos regimes enfrentaram pressões de nações mais desenvolvidas e pelo fato de que estas pressões levaram a conflitos políticos internos entre as autoridades autocráticas e as classes dominantes [...], [também] pelo fato de que estas forças possuíam certo poder dentro da maquinaria formalmente centralizada dos Estados monárquicos, sua resistência desorganizou estas maquinarias” (Skocpol, 1979, p. 81).

Neste estudo a autora toma as revoluções sociais na França, Rússia e China como estudos de caso. O capítulo sobre os Estados em crise tem dois objetivos. Primeiro, de acordo com o Método da Concordância, ela quer mostrar que, apesar destes casos serem diferentes em muitos aspectos, eles têm, no entanto, uma coisa em comum: o conflito ao nível internacional, no qual o Estado do Antigo Regime torna-se envolvido, aciona a crise de reprodução ao expor a organização de grupos-chave contra o Estado.

Apesar do fato de que estes países eram muito diferentes, crises revolucionárias emergiram. A análise dos casos da França e da China é devotada a ilustrar como, antes da revolução, “as classes dominantes agrário-comercial relativamente prósperas alcançaram certa organização política coletiva dentro e contra as maquinarias administrativas das autocracias monárquicas” (Skocpol, 1979, p. 80). Na França isto foi alcançado parcialmente pela

prática da venda de cargos. Na China, a conexão entre o mandarinato e a pequena nobreza foi um fator crucial. No caso da Rússia, por outro lado, apesar de a fraca nobreza agrária ter menos organização, no entanto, a economia agrária e a estrutura de classes serviram como freios para a industrialização guiada pelo Estado, tornando, assim, a modernização impossível (Skocpol, 1979, p. 99). “Isto criou limites decisivos ao nível da sociedade sobre o escopo de opções sociopolíticas disponíveis para as elites em luta pelo poder nacional.” (Skocpol, 1979, p. 13). Em todos os três casos o efeito final foi a queda da monarquia.

O próximo passo de Skocpol é fortalecer seu argumento pelo emprego do Método da Diferença. Ela argumenta que o Japão e a Prússia são similares em vários aspectos pois eles também eram burocracias agrárias que enfrentaram pressões externas. A diferença entre os casos é “a presença ou ausência de uma classe dominante agrária com participação na política institucional” (Skocpol, 1979, p. 110). Com referência a ambos os casos — Prússia e Japão —, a autora afirma que, mediante movimentos de reforma nos dois países, no século XIX, as classes dominantes agrárias foram efetivamente incorporadas no projeto de modernização. Isto significa que a agricultura foi modernizada e isto, por sua vez, forneceu a base para a modernização do Estado quando o problema da intervenção internacional apareceu.

O mesmo método é agora aplicado à questão da insurreição camponesa. Sem um levante camponês a revolução era impossível. Mas foi a extensão e o enfoque anti-senhores agrários das revoltas camponesas, nestes casos, que lhes deu o potencial revolucionário. Na análise das revoluções francesa, russa e chinesa Skocpol encontra justamente este fator:

“Elas [as revoltas camponesas] se espalharam e foram dirigidas contra os senhores agrários [...] Pelo fato de terem se espalhado por amplas áreas da França, Rússia e China as revoltas camponesas alcançaram um impacto que transcendeu as localidades nas quais as organizações camponesas permaneceram confinadas” (Skocpol, 1979, p. 113).

Quadro 1
Utilização do Método Comparativo Por Theda Skocpol

Método Comparativo	Países	Variáveis		Revolução
		Crise do Governo	Rebelião Camponesa	
Da Concordância	França	Sim	Sim	Sim
	Rússia	Sim	Sim	Sim
	China	Sim	Sim ⁴	Sim
Da Diferença	Inglaterra	Não ⁵	Não	Não
	Prússia/ Alemanha	Não	Não	Não
	Japão	Não	Não	Não

Aqui também, de acordo com o método de Mill, dois “contrapontos” são analisados: os casos inglês e alemão. Em nenhum destes países ocorreu uma revolução social. Em nenhum, também, de acordo com a análise de Skocpol, ocorreu uma revolução camponesa. Em ambos os casos um fator significativo foi que os sistemas de classes agrários e as estruturas políticas “deram poder preponderante aos senhores agrários e não às comunidades camponesas”. O resultado disto foi que os camponeses não ficaram em posição de se rebelarem em um momento de crise social. Durante as reformas críticas do Estado no Japão e na Prússia não houve levantes camponeses similares aos que ocorreram nos três casos de revolução social. Isto, então, parece fortalecer o argumento acerca da relação entre revolução social e revoltas camponesas.

Esta é, resumidamente, uma descrição do argumento e do método de Skocpol. A vantagem óbvia deste método é que ele se aproxima do das ciências naturais. Skocpol assegura não ter somente identificado um relacionamento causal, mas também ter construído uma teoria que explica três importantes eventos empíri-

cos. Naturalmente, ela argumenta que o método comparativo aplica-se “somente a um número limitado de casos” (Skocpol e Somers, 1980, p. 193). No entanto, não há nada nesta metodologia, tal como especificado por Skocpol, que a previna de ser usada para se verificar a validade de uma teoria em um grande número de casos. Neste sentido, não há, em princípio, diferença entre a abordagem de Skocpol das revoluções e aquela de Paige. A diferença está na clareza da especificação e na profundidade de tratamento dos estudos de caso.

No entanto, é esta aspiração ao *status* científico que é problemática. O grande apelo da teoria de Skocpol está na sua causalidade limitada a poucas variáveis, pois pretendeu explicar eventos históricos em termos de duas causas — crise de governo e rebelião camponesa. A este respeito, no entanto, é importante lembrar que o próprio Mill reconheceu que o seu método não era plausível nas ciências sociais por causa da pluralidade de causas: “os fenômenos sociais são aqueles nos quais a pluralidade prevalece em sua máxima extensão” (Mill, 1987, p. 70). Um dos paradoxos da causalidade limitada de Skocpol é que ela torna

sua teoria muito aberta à falsificação; na verdade, pensamos que ela falsificou, em um estudo posterior, sua própria teoria (cf. Skocpol, 1994a). Mas talvez, de uma perspectiva popperiana, isto mesmo represente um avanço na ciência.

Conclusão

Qualquer tipologia é intrinsecamente incompleta, pois modelos utilizados para a observação da realidade são sempre apenas aproximativos. Neste sentido, não pretendemos ter apresentado uma tipologia definitiva capaz de englobar quaisquer trabalhos produzidos no âmbito da sociologia histórica.

Destas observações pode ser extraída, então, uma questão: para que mais uma tipologia? A resposta, para nós, pode ser encontrada na concepção de ciência tal como expressa por Alexander (1987). Com efeito, para este autor, novos modelos/tipologias, para terem razão de existir, devem ser superiores aos seus concorrentes anteriores. Em outras palavras, um novo modelo deve explicar tudo o que o modelo anterior explica, e um pouco mais.

Assim, reclamamos para a nossa tipologia uma superioridade explicativa sobre a de The-da Skocpol, pois, seguindo os parâmetros de Alexander, nosso modelo consegue incluir todas as tradições analisadas por esta autora — a sociologia histórica estruturalista em todas as suas variações —, ao mesmo tempo em que engloba distintas tradições na subdisciplina cujo foco de análise é a ação do agente social — os interpretativistas e os teóricos da escolha racional. Dito em outras palavras, nossa tipologia revelou-se mais inclusiva do que aquela divisada por Skocpol.

Por fim, vale ressaltar que nossa tipologia provou ser superior pela recusa ao reducionismo de Skocpol, cujo modelo assenta-se tão-somente na oposição idiográfico-nomotética. A introdução que fizemos de um eixo complementar — agente-estrutura — provou ser frutífera na medida em que podemos apreciar, também, a contribuição de autores relegados ao esquecimento no modelo de Skocpol.

*(Recebido para publicação
em novembro de 1997)*

Notas

1. Neste sentido, nós discordamos da categorização que Skocpol faz de Moore. O principal objetivo de Moore foi identificar três rotas separadas para o mundo moderno e contrastá-las entre si. Obviamente, é verdade que ele faz generalizações nas suas conclusões, tais como a famosa “sem burguesia não há democracia”. No entanto, esta é uma generalização indutiva feita a partir dos estudos de caso. O estudo de Moore não é uma tentativa de testar esta generalização.
2. As divergências entre as duas propostas — Weber (abordagem culturalista) e Kiser e Schneider (escolha racional) — estão bem delineadas na crítica dirigida ao artigo ora sob análise feita por Philip Gorski (1995) e na réplica de Kiser e Schneider (1995). O argumento de Gorski é que “o principal critério, além do mérito, usado para selecionar servidores civis na Prússia era a *confissão* [luterana]” (Gorski, 1995, p. 784; grifo no original).
3. Em uma interessante incursão no Brasil, Mouzelis argumenta que este país contém características dos dois tipos. A continuidade de mecanismos clientelistas em certas regiões tornou a tarefa do líder populista Getúlio Vargas mais difícil do que a de Perón. A despeito do considerável sucesso na organização de um aparato populista urbano, Vargas teve de lutar com os coronéis regionais de um tipo que não mais existia na Argentina desde a década de 1870. Isto explica a fraqueza relativa do populismo no Brasil.
4. Skocpol enfatiza que a revolta camponesa na China não era autônoma. Pois, a revolução dependia da rebelião rural liderada por uma elite urbana.
5. A Inglaterra experimentou uma crise parlamentar, mas não uma quebra da máquina administrativa, a qual era descentralizada.

Bibliografia

Segue-se uma extensa bibliografia referente, em geral, à sociologia histórica. Além das obras citadas/discutidas ao longo deste trabalho, decidimos adicionar outros títulos que possam servir para aprofundamento de leituras de tantos quantos se interessam ou venham a se interessar pela sociologia histórica. Para facilitar o trabalho dos leitores, dividimo-la em cinco grupos. Além das subdivisões óbvias sobre cada uma das abordagens identificadas acima, há uma primeira subdivisão que inclui obras de caráter geral — não referentes à sociologia histórica —, assim como obras que são introdutórias à subdisciplina.

Como reconhecemos acima, nossa tipologia está longe de ser definitiva. Neste sentido, alguns autores não se encaixam facilmente no modelo, pois “cruzam as fronteiras”. Preferimos incluí-los na primeira subdivisão para não violar muito nem a obra dos mesmos, nem nossa tipologia. Outros autores passam gradativamente, ao longo de sua produção acadêmica, de uma abordagem para outra. Assim é que um ou outro autor será encontrado em mais de uma subdivisão.

Uma nota final refere-se a autores que não se identificam, nem são identificados como sociólogos históricos — é o caso notório de Jon Elster. Mas, como alguns de seus trabalhos têm certo *flavour* de sociologia histórica e podem bem ilustrar certas afirmações importantes neste artigo, decidimos incluí-los na bibliografia abaixo.

a) Obras Gerais e de Introdução à Sociologia Histórica

Abrams, Philip

1971 “The Sense of the Past and the Origins of Sociology”. *Past & Present*, n.º 55, pp.18-32.

1980 “History, Sociology, Historical Sociology”. *Past & Present*, n.º 87, pp. 3-16.

1982 *Historical Sociology*. West Compton House, Open Books.

Alexander, Jeffrey

1987 “O Novo Movimento Teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 4, pp. 5-28.

Almond, Gabriel e Verba, Sidney

1965 *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston, Little, Brown & Company.

Aminzade, Ronald

1992 “Historical Sociology and Time”. *Sociological Methods & Research*, vol. 20, n.º 4, pp. 456-480.

Anderson, Benedict

1983 *Imagined Communities*. Londres, Verso.

Baechler, Jean; Hall, John A. e Mann, Michael (orgs.)

1989 *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Imago.

Blaut, James M.

1993 *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. Nova York, Guilford Press.

Bonnell, Victoria

1980 “The Uses of Theory, Concepts and Comparison in Historical Sociology”. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, n.º 2, pp. 156-173.

Braudel, Fernand

1992 *Escritos sobre a História*. 2.^a ed., São Paulo, Perspectiva.

- Burke, Peter
 1990 *A Escola dos Annales, 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo, Ed. da Unesp.
 1993 *History and Social Theory*. Ithaca, Cornell University Press.
- Cahnman, Werner
 1964 "Max Weber and the Methodology Controversy in the Social Sciences". In W. Cahnman e A. Boskoff (orgs.), *Sociology and History: Theory and Research*, Nova York, Free Press.
- Calhoun, Craig
 1987 "History and Sociology in Britain: A Review Article". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 29, n.º 3, pp. 615-625.
- Carr, Edward H.
 1982 *Que é História?* 3.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Chirot, Daniel
 1976 "Introduction: Thematic Controversies and New Developments in the Uses of Historical Materials by Sociologists". *Social Forces*, vol. 55, n.º 2, pp. 232-241.
- Eisenstadt, S.N. e Curelaru, M.
 1977 "Macro-Sociology: Theory, Analysis and Comparative Studies". *Current Sociology*, vol. 25, n.º 2, pp. 1-112.
- Elster, Jon
 1994 *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Goldthorpe, John H.
 1991 "The Uses of History in Sociology: Reflections on Some Recent Tendencies". *British Journal of Sociology*, vol. 42, n.º 2, pp. 211-230.
- Grew, Raymond
 1980 "The Case for Comparing Histories". *American Historical Review*, vol. 85, n.º 4, pp. 763-778.
- Griffin, Larry J.
 1992 "Temporality, Events, and Explanation in Historical Sociology: An Introduction". *Sociological Methods & Research*, vol. 20, n.º 4, pp. 403-427.
 1993 "Narrative, Event-Structure Analysis, and Causal Interpretation in Historical Sociology". *American Journal of Sociology*, vol. 58, n.º 2, pp. 1.094-1.133.
- Hall, John A. (org.)
 1992 *Os Estados na História*. Rio de Janeiro, Imago.
- Hall, John R.
 1992 "Where History and Sociology Meet: Forms of Discourse and Sociohistorical Inquiry". *Sociological Theory*, vol. 10, n.º 2, pp. 164-193.
- Hill, Alette O. e Hill Jr., Boyd H.
 1980 "Marc Bloch and Comparative History". *American Historical Review*, vol. 85, n.º 4, pp. 828-846.
- Himmelstein, Jerome L. e Kimmel, Michael S.
 1981 "Review Essay: States and Revolutions: The Implications and Limits of Skocpol's Structural Model". *American Journal of Sociology*, vol. 86, n.º 5, pp. 1.145-1.154.

- Kane, Anne
 1991 "Cultural Analysis in Historical Sociology: The Analytic and Concrete Forms of the Autonomy of Culture". *Sociological Theory*, vol. 9, n.º 1, pp. 53-69.
- Laslett, Barbara
 1980 "Beyond Methodology: The Place of Theory in Quantitative Historical Research". *American Sociological Review*, vol. 45, n.º 2, pp. 214-228.
- Lenski, G.
 1970 *Human Societies: A Macro-Level Introduction to Sociology*. Nova York, McGraw Hill.
- Lipset, Seymour M.
 1960 *Political Man*. Londres, Heinemann.
- Lloyd, Christopher
 1995 *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Mandalios, John
 1996 "Historical Sociology". In B.S. Turner (org.), *The Blackwell Companion to Social Theory*, Oxford, Blackwell.
- Mann, Michael
 1986 *The Sources of Social Power. Vol.1: A History of Power from the Beginning to A.D. 1760*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1988 *States, War and Capitalism*. Oxford, Blackwell.
 1993 *The Sources of Social Power. Vol.2: The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Mariampolski, Hyman e Hugues, Dana C.
 1978 "The Use of Personal Documents in Historical Sociology". *The American Sociologist*, vol. 13, n.º 2, pp. 104-113.
- McNeill, W.H.
 1963 *The Rise of the West*. Chicago, University of Chicago Press.
- Mennell, Stephen
 1990 "Decivilizing Processes: Theoretical Significance and Some Lines of Research". *International Sociology*, vol. 5, n.º 2, pp. 205-223.
- Mill, John Stuart
 1987 *The Logic of the Moral Sciences*. Londres, Duckworth.
- Moore Jr., Barrington
 1972 *Poder Político e Teoria Social*. São Paulo, Cultrix.
 1974 *Reflexões sobre as Causas da Miséria Humana e sobre Certos Propósitos para Eliminá-las*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed..
 1983 *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo, Martins Fontes.
 1984 *Privacy: Studies in Social and Cultural History*. Armonk, NY, M.E. Sharpe.
 1987 *Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta*. São Paulo, Brasiliense.
- Nisbet, Robert
 1969 *Social Change and History: Aspects of the Western Theory of Development*. Nova York, Oxford University Press.

- Parsons, Talcott
1968 *The Structure of Social Action*. Nova York, Free Press.
- Polanyi, Karl
1944 *The Great Transformation*. Boston, Beacon Press.
- Quadagno, Jill e Knapp, Stan J.
1992 "Have Historical Sociologists Forsaken Theory? Thoughts on the History/Theory Relationship". *Sociological Methods & Research*, vol. 20, n.º 4, pp. 481-507.
- Ragin, Charles e Zaret, David
1983 "Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies". *Social Forces*, vol. 61, n.º 3, pp. 731-754.
- Reed, John S.
1989 "On Narrative and Sociology". *Social Forces*, vol. 68, n.º 1, pp.1-14.
- Rogers, R.E.
1969 *Max Weber's Ideal Type Theory*. Nova York, Philosophical Library.
- Roth, Guenter
1981 "Review Essay: Comparative Evidence and Historical Judgment". *American Journal of Sociology*, vol. 86, n.º 6, pp. 1.421-1.426.
- Sanderson, Stephen
1990 *Social Evolutionism: A Critical History*. Oxford, Blackwell.
1995 *Social Transformations: A General Theory of Historical Development*. Oxford, Blackwell.
- Skocpol, Theda
1984a "Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology". In T. Skocpol (org.), *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Skocpol, Theda (org.)
1984b *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Skocpol, Theda e Somers, Margaret
1980 "The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, n.º 2, pp. 174-197.
- Smelser, Neil J.
1976 *Comparative Methods in the Social Sciences*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- Smith, Anthony D.
1986 *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford, Balckwell.
- Smith, Dennis
1991 *The Rise of Historical Sociology*. Philadelphia Temple University Press.
- Somers, Margaret R.
1995a "What's Political or Cultural about Political Culture and the Public Sphere? Toward an Historical Sociology of Concept Formation". *Sociological Theory*, vol. 13, n.º 2, pp. 113-144.
1995b "Narrating and Naturalizing Civil Society and Citizenship Theory: The Place of Political Culture and Public Sphere". *Sociological Theory*, vol. 13, n.º 3, pp. 229-274.

- Stinchcombe, Arthur
1978 *Theoretical Methods in Social History*. Nova York, Academic Press.
- Stryker, Robin
1996 "Beyond History versus Theory: Strategic Narrative and Sociological Explanation". *Sociological Methods & Research*, vol. 24, n.º 3, pp. 304-352.
- Sztompka, Piotr
1986 "The Renaissance of Historical Orientation in Sociology". *International Sociology*, vol. 1, n.º 3, pp. 321-337.
- Tilly, Charles
1981 *As Sociology Meets History*. Nova York, Academic Press.
1984 *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- Tuchman, Gaye
1994 "Historical Social Science: Methodologies, Methods, and Meaning". In N.K. Denzin e Y.S. Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage.
- Veyne, Paul
1983 *O Inventário das Diferenças: História e Sociologia*. São Paulo, Brasiliense.
1995 *Como se Escreve a História*. 3.ª ed., Brasília, Ed. da UnB.
- Weber, Max
1992 *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, 2 vols.
- Wolf, Eric
1982 *Europe and the People without History*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Zaret, David
1978 "Sociological Theory and Historical Scholarship". *The American Sociologist*, vol. 13, n.º 2, pp. 114-121.
1979 "From Weber to Parsons and Schutz: The Eclipse of History in Modern Social Theory". *American Journal of Sociology*, vol. 85, n.º 5, pp. 1.180-1.201.

b) Sociologia Histórica Interpretativa

- Ariès, Philippe e Béjin, André (orgs.)
1985 *Western Sexuality: Practice and Precept in Past and Present Times*. Oxford, Blackwell.
- Chartier, Roger
1990 *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil.
1992 "Textos, Impressão, Leituras". In L. Hunt (org.) (1995). *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes.
- Darnton, Robert
1986 *O Grande Massacre dos Gatos, e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro, Graal.
1987 *Boemia Literária e Revolução: O Submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras.

- 1992 *Edição e Sedição: O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Elias, Norbert
- 1972 "Processes of State Formation and Nation Building". *Transactions of the 7th World Congress of Sociology 1970*, vol.3 (<http://www.usyd.edu.au/su/social/elias/state.html>).
- 1994a. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2 vols.
- 1994b *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- 1995a *Mozart, a Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- 1995b "Technization and Civilization". *Theory, Culture & Society*, vol. 12, n.º 3, pp. 7-42.
- 1997 *Os Alemães: A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Geertz, Clifford
- 1971 *Islam Observed: Religious Development in Morocco and Indonesia*. Chicago, University of Chicago Press.
- Ginsburg, Carlo
- 1987 *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 1988 *Os Andarilhos do Bem: Feitiçarias e Cultos Agrários nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras.
- 1989 *Indagações sobre Piero: O Batismo, o Ciclo de Arezzo, a Flagelação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Gouldsblom, Johan; Jones, E.L. e Mennell, Stephen
- 1984 *Human History and Social Process*. Exeter, University of Exeter Press.
- Hunt, Lynn
- 1976 "Committees and Comunes: Local Politics and National Revolution in 1789". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 18, n.º 3, pp. 321-346.
- 1984 *Politics, Culture, and Class in the French Revolution*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Hunt, Lynn (org.)
- 1995 *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes.
- Krieken, Robert
- s/d *Beyond the "Problem of Order": Elias, Habit and Modern Sociology, or Hobbes Was Right*. (<http://www.usyd.edu.au/su/social/elias/confpap/order.html>).
- 1995 *Organizations and Discipline: Proto-Governmentalization and the Historical Formation of Organizational Subjectivity*. (<http://www.arts.su.edu/Arts/departs/social/papers/rvk95b.html>).
- Mastenbroek, Willem
- 1997a Negotiating as a Civilizing Process. Trabalho apresentado na Elias Konferenz, Bielfeld. (<http://www.hollandconsultinggroup.com/elias>).
- 1997b Norbert Elias as Organizational Sociologist. Amsterdã, Holland Consulting Group. (<http://www.hollandconsultinggroup.com/publicities/artikelen/WM3.htm>).
- Mennell, Stephen
- 1985 *All Manners of Food, Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*. Oxford, Blackwell.

- 1995 *Civilisation and Decivilisation, Civil Society and Violence*. Aula inaugural na Cadeira de Sociologia no University College, Dublin. (<http://www.ucd.ie/~sociolog/inaugurl.html>).
- Ryan, Mary
1992 "A Parada Norte-Americana: Representações da Ordem Social do Século XIX". In L. Hunt (org.) (1995). *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes.
- Schama, Simon
1992 *O Desconforto da Riqueza: A Cultura Holandesa na Época de Ouro, uma Interpretação*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Scheff, Thomas J.
1997 *Unpacking the Civilizing Process: Shame and Integration in Elias's Work*. (<http://www.usyd.edu.au/su/social/elias/confpap/scheff2.html>).
- Sewell Jr., William H.
1996 "Historical Events as Transformations of Structures: Inventing Revolution at the Bastille". *Theory & Society*, vol. 25, n.º 6, pp. 841-881.
- Starn, Randolph
1992 "Vendo a Cultura numa Sala para um Príncipe Renascentista". In L. Hunt (org.) (1995). *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes.

c) Sociologia Histórica e Escolha Racional

- Bowman, John R.
1989 *Capitalist Collective Action: Competition, Cooperation and Conflict in the Coal Industry*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Elster, Jon
1988 "Marx, Revolution and Rational Choice". In M. Taylor (org.), *Rationality and Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
1995 "Transition, Constitution-Making and Separation in Czechoslovakia". *European Journal of Sociology*, vol. 36, n.º 1, pp. 105-134.
- Hirschman, Albert
1973 *Saída, Voz e Lealdade: Reações ao Declínio de Firms, Organizações e Estados*. São Paulo, Perspectiva.
- Jones, Eric L.
1981 *The European Miracle*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kiser, Edgar e Hechter, Michael
1991 "The Role of General Theory in Comparative-Historical Sociology". *American Journal of Sociology*, vol. 97, n.º 1, pp. 1-30.
- Kiser, Edgar e Schneider, Joachim
1994 "Bureaucracy and Efficiency: Analysis of Taxation in Early Modern Prussia". *American Sociological Review*, vol. 59, n.º 2, pp. 187-204.
1995 "Rational Choice versus Cultural Explanations of the Efficiency of the Prussian Tax System (Reply to Gorski)". *American Sociological Review*, vol. 60, n.º 2, pp. 787-791.

- North, Douglass
 1981 *Structure and Change in Economic History*. Nova York, Norton.
 1986 "A Neoclassical Theory of the State". In J. Elster (org.), *Rational Choice*, Nova York, New York University Press.
- North, Douglass e Thomas, Robert Paul
 1973 *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Olson, Mancur
 1982 *The Rise and Decline of Nations: Economic Growth, Stagflation and Social Rigidities*. New Haven, Yale University Press.
- Popkin, Samuel L.
 1988 "Political Entrepreneurs and Peasant Movements in Vietnam". In M. Taylor (org.), *Rationality and Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Runciman, W.G.
 1989 *A Treatise of Social Theory. Vol.II: Substantive Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Taylor, Michael
 1988 "Rationality and Revolutionary Collective Action". In M. Taylor (org.), *Rationality and Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tong, James
 1988 "Rational Outlaws: Rebels and Bandits in the Ming Dynasty, 1368-1644". In M. Taylor (org.), *Rationality and Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.

d) *Sociologia Histórica e Tipos Ideais*

- Anderson, Perry
 1974 *Lineages of the Absolutist State*. Londres, Verso.
- Bendix, Reinhard
 1976 "The Mandate to Rule: An Introduction". *Social Forces*, vol. 55, n.º 2, pp. 242-256.
 1978 *Kings or People: Power and the Mandate to Rule*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
 1984 *Force, Fate and Freedom: On Historical Sociology*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
 1988 *Embattled Reason: Essays on Social Knowledge*. 2.ª ed., New Brunswick, Transaction Books, 2 vols.
 1996 *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo, Edusp.
- Bendix, Reinhard e Roth, Guenther
 1980 *Scholarship and Partisanship: Essays on Max Weber*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Gorski, Philip S.
 1993 "The Protestant Ethic Revisited: Disciplinary Revolution and State Formation in Holland and Prussia". *American Journal of Sociology*, vol. 99, n.º 2, pp. 265-316.
 1995 "The Protestant Ethic and the Spirit of Bureaucracy (Comment on Kiser & Schneider)". *American Sociological Review*, vol. 60, n.º 5, pp. 783-786.

- Hall, John A.
 1986 *Powers and Liberties: The Causes and Consequences of the Rise of the West*. Harmondsworth, Penguin.
 1994 *Coercion and Consent: Studies on the Modern State*. Cambridge, Polity.
- Mouzelis, Nicos
 1986 *Politics in the Semi-Periphery: Early Parliamentarism and Late Industrialisation in the Balkans and Latin America*. Londres, Macmillan.
- Roth, Guenther
 1976 "Religion and Revolutionary Beliefs: Sociological and Historical Dimensions in Max Weber's Work". *Social Forces*, vol. 55, n.º 2, pp. 257-272.
- Roth, Guenther e Schluchter, Wolfgang
 1979 *Max Weber's Vision of History*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Weber, Max
 1978 *Economy and Society*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 2 vols.
 1988 *The Agrarian Sociology of Ancient Civilizations*. Londres, Verso.
 1994 *História Agrária Romana*. São Paulo, Martins Fontes.

e) *Sociologia Histórica e Macroestruturalismo*

- Arrighi, Giovanni
 1994 *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contaponto/Ed. da Unesp.
- Bollen, Kenneth
 1983 "World System Position, Dependency, and Democracy: The Cross-National Evidence". *American Sociological Review*, vol. 48, n.º 4, pp. 468-479.
- Brenner, Robert
 1973 "The Civil War Politics of London's Merchant Community". *Past & Present*, n.º 58, pp. 53-107.
 1987a "Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe". In T.H. Aston e C.H.E. Philpin (orgs.), *The Brenner Debate*, Cambridge, Cambridge University Press.
 1987b "The Agrarian Roots of European Capitalism". In T.H. Aston e C.H.E. Philpin (orgs.), *The Brenner Debate*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Brinton, Crane
 1965 *The Anatomy of Revolution*. Nova York, Vintage Books.
- Chase-Dunn, Christopher e Grimes, Peter
 1995 "World-Systems Analysis". *Annual Review of Sociology*, n.º 21, pp. 387-417.
- Chirot, Daniel
 1977 *Social Change in the Twentieth Century*. Nova York, Harcourt, Brace, Jovanovich.
 1985 "The Rise of the West". *American Sociological Review*, vol. 50, n.º 2, pp. 181-195.
 1995 *How Societies Change*. Londres, Pine Forge Press.

- Chirot, Daniel e Hall, Thomas D.
1982 "World-System Theory". *Annual Review of Sociology*, n.º 8, pp. 81-106.
- Davies, James
1962 "Towards a Theory of Revolution". *American Sociological Review*, vol. 27, n.º 1, pp. 5-19.
- Eisenstadt, S.N.
1963 *The Political Systems of Empires: The Rise and Fall of Historical Bureaucratic Societies*. Nova York, Free Press.
1979 *Revolução e a Transformação das Sociedades*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
1980 "Cultural Orientations, Institutional Entrepreneurs, and Social Change: Comparative Analysis of Traditional Civilizations". *American Journal of Sociology*, vol. 85, n.º 4, pp. 840-869.
1986 "Culture and Social Structure Revisited". *International Sociology*, vol. 1, n.º 3, pp. 297-320.
- Eisenstadt, S.N. e Roniger, Louis
1980 "Patron-Client Relations as a Model of Structuring Social Exchange". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, n.º 1, pp. 42-77.
- Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich e Skocpol, Theda (orgs.)
1985 *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gellner, Ernest
1983 *Nations and Nationalism*. Oxford, Blackwell.
- Goldstone, Jack
1982 "The Comparative and Historical Study of Revolutions". *Annual Review of Sociology*, n.º 8, pp. 187-207.
- Greenfeld, Liah
1992 *Nationalism: Five Roads to Modernity*. Londres, Harvard University Press.
- Gurr, T.R.
1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- Hamilton, Gary
1977 "Chinese Consumption of Foreign Commodities: A Comparative Perspective". *American Sociological Review*, vol. 42, n.º 6, pp. 877-891.
- McMichael, Philip
1990 "Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method". *American Sociological Review*, vol. 55, n.º 3, pp. 385-397.
- Modelski, George
1978 "The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 20, n.º 2, pp. 214-235.
- Moseley, K.P. e Wallerstein, Immanuel
1978 "Precapitalist Social Structures". *Annual Review of Sociology*, n.º 4, pp. 259-290.
- O'Donnell, Guillermo
1973 *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism*. Berkeley, University of California, Institute of International Studies.

- Paige, Jeffrey
 1975 *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. Nova York, Free Press.
- Parsons, Talcott
 1969 *Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas*. São Paulo, Pioneira.
 1971 *The System of Modern Societies*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- Rokkan, S.
 1975 "Dimensions of State Formation and Nation Building: A Possible Paradigm for Research on Variations within Europe". In C. Tilly (org.), *Formation of National States in Western Europe*, Princeton, Princeton University Press.
- Rueschemeyer, Dietrich *et al.*
 1992 *Capitalist Development and Democracy*. Cambridge, Polity.
- Sewell Jr., William H.
 1979 "Corporations Républicaines: The Revolutionary Idiom of Parisian Workers in 1848". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 21, n.º 2, pp. 195-203.
- Silberman, Bernard
 1993 *Cages of Reason*. Chicago, University of Chicago Press.
- Skocpol, Theda
 1976 "Old Regime Legacies and Communist Revolutions in Russia and China". *Social Forces*, vol. 55, n.º 2, pp. 284-315.
 1979 *States and Social Revolutions*. Nova York, Cambridge University Press.
 1994a "Rentier State and Shi'a Islam in the Iranian Revolution". In T. Skocpol, *Social Revolutions in the Modern World*, Cambridge, Cambridge University Press.
 1994b *Social Revolutions in the Modern World*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Smith, Dennis
 1978 "Domination and Containment: An Approach to Modernization". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 20, n.º 2, pp. 177-213.
- Thompson, William R.
 1983 "Introduction: World System Analysis with and without the Hyphen". In W.R. Thompson (org.), *Contending Approaches to World System Analysis*, Thousand Oaks, Sage.
- Tilly, Charles
 1964 *The Vendée*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
 1978 *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA, Addison-Wesley.
 1986 *The Contentious French: Four Centuries of Popular Struggle*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
 1990 *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1992*. Oxford, Blackwell.
 1993 *European Revolutions, 1492-1992*. Oxford, Blackwell.
 1995 *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Tilly, Charles (org.)
 1975 *Formation of National States in Western Europe*. Princeton, Princeton University Press.

- Tilly, Charles e Shorter, Edward
 1974 *Strikes in France, 1830-1968*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tilly, Charles; Tilly, Louise e Tilly, Richard
 1975 *The Rebelious Century, 1830-1930*. Londres, J.M. Dent & Sons.
- Trimberger, Ellen K.
 1978 *Revolution from Above: Military Bureaucrats and Development in Japan, Turkey, Egypt and Peru*. New Brunswick, NJ, Transaction Books.
- Wallerstein, Immanuel
 1974a *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Nova York, Academic Press.
- 1974b "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, n.º 4, pp. 387-415.
- 1976 "From Feudalism to Capitalism: Transition or Transitions?". *Social Forces*, vol. 55, n.º 2, pp. 273-283.
- 1985 *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense.
- 1986 "Societal Development, or Development of the World-System". *International Sociology*, vol. 1, n.º 1, pp. 3-17.
- Weisman, Carl
 1987 *Reversal of Development*. Princeton, Princeton University Press.

Resumo

'Mapeando o Reino' da Sociologia Histórica: Reflexões acerca do Modelo Teórico-Metodológico de Theda Skocpol

O objetivo do artigo é ampliar os horizontes teórico-metodológicos da sociologia histórica através da inclusão, em suas fronteiras, por exemplo, da teoria da escolha racional e de contribuições interpretativistas. Procuramos fazer isto através de uma crítica ao modelo teórico-metodológico (o "modelo triangular") de Theda Skocpol, que tem, até agora, definido os parâmetros dentro dos quais teoria e metodologia têm sido discutidas em sociologia histórica, ao mesmo tempo que propomos uma alternativa, a qual chamamos de "modelo quadrangular". A vantagem deste modelo é que ao se olhar a sociologia histórica a partir de duas dimensões — agência-estrutura e particular-geral — é possível incorporar outras abordagens, tal como a teoria da escolha racional, aos horizontes da sociologia histórica.

Abstract

Mapping the Realm of Historical Sociology: Reflections on Theda Skocpol's Theoretical-Methodological Model

The article intends to broaden the theoretical and methodological horizons of historical sociology by embracing within its boundaries rational-choice theory and interpretivist contributions (to give two examples). The approach used is a critique of Theda Skocpol's theoretical-methodological model (the so-called triangular model), which has to date defined historical sociology's parameters in discussions of theory and methodology. An alternative, called the quadrangular model, is proposed. The advantage of the new model is that when we look at historical sociology from two dimensions-agency-structure and particular-general-it becomes possible to incorporate other approaches, like rational-choice theory, within the horizons of the field.

Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)

Alfredo Wagner Berno de Almeida

A realização deste levantamento bibliográfico, enfocando os títulos publicados no decorrer do período de 1995 a 1997, direta ou indiretamente referidos aos *quilombos*, tal como designados hoje, teve como finalidade precípua atualizar referências bibliográficas de trabalhos que produzi anteriormente, em 1988 e 1994. Não foi pensado como um “balanço”, uma resenha ou uma revisão crítica da literatura concernente ao tema. Seus propósitos circunscreveram-se mais à enumeração de títulos, à distinção dos diferentes gêneros de produção intelectual e científica, às propriedades de posição dos autores — e das agências a que estão referidos — e às suas relações com o campo político. Aliás, o período selecionado é arbitrário, não obstante o destaque que os órgãos públicos têm conferido ao tema, e se atém a necessidades próprias ao desdobramento de projetos de pesquisa em curso.

Tal iniciativa ocorre num momento em que se consolidam vastos planos de relações que têm, na construção do dado étnico, um elemento central para a interlocução dos movimentos sociais com instâncias de poder e com diferentes circuitos de mercado. Embora tal consolidação se constitua numa premissa, que orienta o presente levantamento, não há consenso quanto a ela. Para alguns sociólogos e economistas, estaria crescendo a importância da identidade étnica, como fonte de ação política e de decisões econômicas, acentuando elementos contrastantes e conflitivos face às medidas de inspiração neo-liberal. Para outros, entretanto, o advento da globalização e das

medidas de mercado aberto, ao contrário, diminuiria esta importância, bem como aquela da identidade nacional, ao favorecer a formação de blocos econômicos e estabelecer medidas com pretensão homogeneizadora, que idealmente diluiriam as diferenças regionais através do princípio do “consumidor pleno”. A aceitação da assertiva inicial recoloca este levantamento sobre os *quilombos* num campo temático polêmico e bastante redefinido.¹

Em consonância com a premissa e a partir também de realidades empiricamente observáveis, pode-se adiantar que, mais do que antes, o dado étnico conjuga-se e, por vezes, se sobrepõe à condição camponesa nos pleitos e reivindicações; constituindo-se, a nosso ver, juntamente com os critérios relativos à consciência ecológica e aos vínculos locais profundos, numa das características elementares do que tem sido designado, por Hobsbawm e Blackburn (1995), como “novos movimentos sociais”. Emanam destas práticas um elenco de questões essenciais à reprodução de diferentes segmentos camponeses, recolocando em pauta, como tema obrigatório da agenda do campo de poder, não apenas a garantia de livre acesso aos recursos naturais básicos mas, sobretudo, o reconhecimento formal de suas identidades coletivas, de seus territórios efetivamente ocupados e das normas consuetudinárias e atos cotidianos que disciplinam o uso comum da terra e o manejo dos recursos hídricos e florestais. Sob este aspecto, os *quilombos*, tomados como objeto de reflexão, tendem a constituir hoje uma temática específica com um corpo de

conceitos, de noções operacionais e de aplicações próprias, configurando um campo de pesquisas relativamente autônomo, que não se subordina exatamente aos contornos da questão racial, tal como constituída desde as interpretações de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos. O processo de autonomização deste campo de conhecimentos implica simultaneamente um reforço da pesquisa etnográfica e uma ruptura com modalidades de apreensão do objeto até então circunscritas à história, à arqueologia, à antropologia física e às escolas de pensamento que atrelaram o tema às noções de raça e de monumentalidade. Para além de um tema histórico, *quilombo* consiste num instrumento através do qual se organiza a expressão político-representativa necessária à constituição, ao reconhecimento e à fixação de diferenças intrínsecas a uma etnia.

Por intermédio da categoria *quilombo*, ressemantizada tanto política, quanto juridicamente, tem-se, pois, um novo capítulo de afirmação étnica e de mobilização política de segmentos camponeses, que se refere particularmente às chamadas *terras de preto* ou às situações designadas pelo movimento negro como “comunidades negras rurais”. O conceito de etnia aqui enfocado não é definido por critérios “naturais” de nascimento, tribo e religião, antes é construído a partir de conflitos sociais. A afirmação étnica em jogo não se atém necessariamente a critérios mais óbvios ditados por rituais religiosos, por elementos linguísticos, por características raciais (estatura, formas corpóreas, “cor da pele”, cor dos olhos, cor dos mamilos, espessura dos fios de cabelo) ou ainda por ítems de cultura material (arquitetura das casas, planta física do povoado, formato dos instrumentos de trabalho, tipos de peças de vestuário, de estamparias de tecidos, de ornamentos — brincos, colares, corte de cabelo — e de cerâmicas). Tais procedimentos classificatórios, que durante longo período na história das ciências foram tidos como objetivos, são interpretados agora como modalidades de representação eivadas de noções estigmatizantes, cuja eficácia enquanto instrumento explicativo mostra-se limitada. A emergência do

dado étnico aparece atrelada à consolidação de uma identidade coletiva fundada tanto numa autodefinição consensual, quanto em práticas político-organizativas, em sistemas produtivos intrínsecos (unidade de trabalho familiar, critérios ecológicos) e em símbolos próprios que podem inclusive evocar uma ancestralidade legítima, mas que marcam, sobretudo, uma política de diferenças face a outros grupos e uma relação conflitiva com as estruturas de poder do Estado.

Se a referência a *quilombos* denota, por um lado, uma certa particularidade de categoria datada, referida a uma situação histórica específica, ou seja, retomada no caso brasileiro desde a Constituição de 5 de outubro de 1988, por outro, a abrangência da identidade étnica é mais genérica e transnacional e se confronta com o próprio advento de uma globalização com pretensões homogeneizadoras.

No que concerne ao dispositivo constitucional, mais exatamente o Art. 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, o pano de fundo da referência implicaria o como resolver juridicamente os problemas, dentre eles, o agrário, dos segmentos sociais que estiveram submetidos à escravidão formal em passado recente. Em outras palavras, como assegurar aos descendentes de escravos a condição de cidadãos com plenos direitos, iguais aos demais. A engenharia jurídica de institucionalizar a expressão “remanescentes das comunidades de quilombos” evidencia a tentativa de reconhecimento formal de uma transformação social considerada como incompleta. A institucionalização incide sobre “resíduos” e “sobrevivências”, revelando as distorções sociais de um processo de Abolição da escravatura limitado, parcial.

Historicamente, no que se convencionou designar como Américas, com o processo de abolição da escravatura constituíram-se diferentes situações de campesinato. No Haiti e outras regiões do Caribe, o declínio da *plantation* canavieira propiciou, num primeiro momento, a formação de um proto-campesinato escravo, consoante os estudos de Mintz e Wolf,² e posteriormente uma autonomia eco-

nômica e política. A guerra de libertação dos escravos no Haiti mescla-se com o advento de uma identidade nacional. Nos Estados Unidos, por sua vez, houve sobretudo a consolidação dos chamados *black farmers*³ e de um campesinato parcelar, após cerca de 180 a 200 mil escravos terem participado como combatentes nas forças militares durante a Guerra de Secessão. No Suriname, a partir de fugas massivas de escravos, constituíram-se territórios de definição étnica reconhecidos inclusive pelas autoridades colonialistas, através de pactos, tratados de paz e acordos de não-beligerância. Tais documentos eram firmados nos moldes de acordos estabelecidos com nações indígenas, reconhecendo formalmente a territorialidade. Seus resultados se mantêm hoje pelo controle efetivo dos territórios. No Brasil, entretanto, não houve qualquer reconhecimento formal de terras de ex-escravos que sucedesse imediatamente à Abolição datada de 1888. Nas fazendas abandonadas e desativadas mesmo antes da Abolição, com a queda abrupta dos preços do algodão e da cana de açúcar no mercado mundial, bem como nos imóveis rurais doados, adquiridos, ocupados e mesmo nas áreas correspondentes a situações classificadas — pela documentação dos períodos colonial e imperial — como *quilombo*, permanece um vasto segmento de camponeses designados como “posseiros”, “foreiros” e “arrendatários” sem ter legalizada sua condição.⁴ Pode-se falar num campesinato *pós-plantation* relativamente consolidado e livre, a partir da desagregação daquelas mencionadas fazendas, mas cujas áreas de moradia e cultivo habituais não são, contudo, regularizadas fundiariamente. De modo igual, permanecem inúmeros mecanismos de imobilização da força de trabalho que obstruem o acesso aos meios de produção. O Art. 68 das DCT em termos literais, parece um instrumento parcial e limitado para superar estas dificuldades. Além disso, tanto nestas regiões de colonização antiga, quanto naquelas de ocupação recente, sobretudo na Amazônia, prevalecem práticas de uso comum dos recursos básicos, co-extensivas às designações de *quilombos* e/ou *terras de preto*, não necessa-

riamente contempladas nos dispositivos legais. De certo modo, perdura uma dupla marginalidade jurídica, que abrange o acesso à terra e as formas de uso, aparentemente indesejada no ideal dos constituintes legisladores. Não obstante, verifica-se que as práticas conservacionistas e a relação relativamente equilibrada com a natureza, antes de serem elementos do passado, que dissolvem estas situações sociais denominadas *quilombos* no arbitrário de classificações como “primitivo” e “economia natural”, projetam-nas, em verdade, como uma expressão do futuro, compreendendo, juntamente com as demais terras de uso comum, reservas essenciais para o desenvolvimento das pesquisas voltadas para o estudo de bancos genéticos. Na mencionada marginalidade jurídica, talvez possam ser encontrados os elementos que atualizam os novos objetos da própria ciência do Direito.

O uso difuso da categoria *quilombo*, ressemantizada e tornada fator de mobilização política, reveste-se hoje de um significado de afirmação étnica, que transcende, entretanto, à idéia jurídica de reparo de injustiças históricas. Inscrevem-se, neste processo, as práticas e ações sociais que visam a garantir a terra representada, *lato senso*, como conjunto dos recursos naturais considerados imprescindíveis ao grupo. Neste sentido é que *quilombo* se torna, mais que objeto de reflexão, um tema obrigatório da ordem do dia do campo de poder, ao mesmo tempo em que constitui um critério político-organizativo para os movimentos que começam a se estruturar em torno de entidades locais de representação — as chamadas “associações de moradores” e “associações de remanescentes de quilombos”, ambas organizadas de acordo com unidades sociais designadas como “povoado”, “sítio” e/ou “centro” — e de articulações mais amplas que pretendem a delegação em termos nacionais. Ao se concretizar a dimensão local, importa explicitar que os chamados “povoados” ou “centros” não são pensados geograficamente ou segundo divisões administrativas, mas enquanto estruturados consoante distintos planos sociais que evidenciam a capacidade mobilizatória dos agentes e

o potencial de conflito. O território é construído e conhece alterações a partir da correlação de forças e do grau de poder de coerção exercido pelos antagonistas. A fronteira étnica, neste sentido, consiste numa fronteira política materializada nos marcos ou no reavivamento de pedras de rumo e de limites naturais, cuja simbologia é acionada para fixar as diferenças. A dimensão histórica e arqueológica dos *quilombos* cede lugar a esta atualidade da mobilização política. As chamadas *terras de preto*, enquanto *terras de quilombo*, não podem ser reduzidas, pois, a sítios arqueológicos ou a categorias documentais vinculadas ao arcabouço jurídico do colonialismo. O fator étnico ganha relevância a partir da mobilização política; a representatividade diferenciada, instituída segundo particularidades locais, que configuram cada situação designada pelo movimento negro como “comunidade negra rural”, parece autorizar, ademais, a formação de entidades representativas mais amplas e de alcance nacional, mas com raízes locais profundas. A identidade étnica e a identidade nacional, consubstanciadas numa entidade de articulação, não se opõem e antes se fortalecem mutuamente; tal como no Haiti, poder-se-ia dizer à primeira vista, mas diferentemente em termos históricos, pois que ocorre agora numa conjuntura de mercado aberto que relativiza o princípio da nacionalidade, debilitando o Estado-nação.

À medida que se multiplicam e se diferenciam os critérios político-organizativos, que levam à mobilização política, maior força de imposição parecem reunir, face ao campo de poder, os temas e questões pertinentes aos *quilombos*. A relevância do tema deriva daquelas mobilizações e de situações de conflito localizadas que, no momento atual, constituem uma força social convergindo para entidades de maior abrangência.

A relação destas mobilizações, objetivadas em movimentos, com os aparatos de Estado passa a ser mediatizada, portanto, por agências que vão se constituindo regionalmente segundo critérios de representatividade diferenciada,⁵ alcançando, a seguir, uma expres-

são que recupera a dimensão política do “nacional”.

Assim, a partir do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, realizado em Brasília (DF), no período de 17 a 19 de novembro de 1995, e consecutivamente da I e da II Reunião da Comissão Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizadas respectivamente em Bom Jesus da Lapa – BA, nos dias 11 e 12 de maio de 1996, e em São Luís – MA, nos dias 17 e 18 de agosto de 1996, foi constituída a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas — CNACNRQ. Esta Comissão ficou composta, na reunião de agosto de 1996, de oito integrantes, sendo sete deles representantes de associações locais (Conceição das Crioulas – PE, Silêncio do Matá – BA, Rio das Rãs – BA, Kalungas – GO, Mimbó – PI, Furnas do Dionísio e da Boa Sorte – MS) e uma entidade de representação a nível regional, a Coordenação Estadual dos Quilombos do Maranhão. Foi fixado também um procedimento de consulta a outras entidades com respeito ao encaminhamento dos pleitos aos órgãos oficiais.

Em decorrência destas atividades, esta mencionada Comissão realizou em João Pessoa – PB, entre 30 de janeiro e 2 de fevereiro de 1997, o I Seminário das Comunidades Negras Rurais Quilombolas da Região Nordeste. O objetivo foi proceder a um balanço da situação fundiária atual das “áreas remanescentes de quilombos” no Nordeste, definindo articulações e ações conjuntas com as “entidades negras urbanas”, no sentido de intensificar as reivindicações para sua titulação definitiva. O V Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombo e Terras de Preto do Maranhão realizado em São Luís – MA, além de dar continuidade às reivindicações do IV Encontro, realizado em abril de 1995, reuniu representantes de vários Estados e reforçou a importância de uma organização nacional dos quilombolas capaz de pressionar os órgãos federais a agilizar os trabalhos de identificação e os procedimentos de imitar na posse e de titulação definitiva das áreas.

Esta modalidade de interlocução com as instâncias de poder reflete a própria tramitação dos processos instituídos a partir dos pleitos; a tramitação é vária, mas todo pleito converge para os centros de poder a nível nacional. Nas estruturas de poder regional, não obstante convênios com órgãos estaduais, os obstáculos surgem maiores e de difícil transposição. Está-se diante, portanto, de diversas formas de reconhecimento jurídico-formal dos *quilombos*, seja como reserva extrativa, no âmbito do IBAMA, — caso Frechal (9.542 ha), em maio de 1992, seja como área titulada pelo INCRA — caso Boa Vista – PA (1.100 ha), em 1995, Água Fria – PA (557 ha), Pacoval – PA (7.472 ha), em 1996, seja como área identificada pelo Ministério da Cultura — caso de Rio das Rãs – BA (27.000 ha). Foram reconhecidas, plenamente, nestes nove anos, pouquíssimas situações, que totalizam menos de 46.000 hectares. Há algumas outras áreas cujos processos estão tramitando na Procuradoria Geral da República ou em vias de reconhecimento efetuado por órgãos fundiários estaduais, sem que as terras tenham sido efetivamente regularizadas (Kalunga – GO, Jamari dos Pretos – MA, Mocambo – PE). Inexiste, entretanto, uma política regular de reconhecimento massivo destas áreas conforme as disposições constitucionais. O próprio Presidente da República, em carta-resposta à CNACNRQ, datada de 18 de outubro de 1996, menciona os diversos órgãos públicos voltados para o problema, sem qualquer referência a mecanismos regulares de resolução e a prazos a serem observados. Afirma, tão somente, que o governo estaria acompanhando a questão através do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria dos Direitos de Cidadania, do Ministério da Cultura, por intermédio da Fundação Cultural Palmares, e do Ministério de Políticas Fundiárias, com o INCRA. O INCRA, através da Portaria PN/n.º 307, de 22 de novembro de 1995, suscita a definição de procedimentos a serem seguidos na tramitação dos processos de reconhecimento das terras ocupadas pelos denominados “remanescentes de quilombos”. Mesmo sem resultados expressivos e sem acenar com metas de curto

ou médio prazo, destaca-se uma eficácia mais simbólica que efetiva dos aparatos de Estado: eles passam a institucionalizar e, sobretudo, administrar rituais comemorativos da resistência quilombola. Para tanto, envolvem o próprio Executivo: em 20 de novembro de 1997, durante as comemorações pelo Dia Nacional da Consciência Negra, o Presidente da República entregou pessoalmente documentos de posse definitiva a representantes de associações quilombolas do Baixo Amazonas. A aparente prioridade conferida ao evento, com protocolo definido pelo cerimonial da Presidência, não significou, entretanto, uma agilização dos processos de reconhecimento das áreas de remanescentes de quilombos.

A tramitação até o momento é, portanto, múltipla e tem sido ditada pelas circunstâncias específicas de cada situação de conflito e pelo capital de relações sociais dos movimentos *quilombolas*, ora acumulado no INCRA, ora no CNPT (IBAMA), ora na Fundação Cultural Palmares, ora em órgãos fundiários estaduais, não havendo uma sistemática, isto é, um conjunto de procedimentos legais definidos com exatidão. Esta desregulamentação de procedimentos contrasta com a definição precisa das etapas de regularização das terras indígenas (identificação, delimitação, demarcação, homologação, registro) e com os critérios de competência que lhes correspondem legalmente. Os fatores étnicos, em decorrência, não deixam de estimular uma certa inspiração nesta sistemática das terras indígenas, quando se pensa na solução administrativa para os múltiplos encaminhamentos. Entretanto, esta analogia tem que ser pensada acuradamente porquanto as etnicidades são socialmente construídas de modo distinto. Tem-se particularidades que não podem ser menosprezadas, seja na forma de representação do território quilombola, seja com respeito à autodefinição dos agentes sociais envolvidos e sua respectiva identidade. A própria constituição da unidade social em jogo sugere diferenças de fundo, realçando a diversidade e pontuando que não se pode dissolver o advento destas identidades coletivas em mecanismos burocráticos e admi-

nistrativos homogêneos, cuja própria eficácia está em suspenso.

A Fundação Cultural Palmares, em meados de 1996, instituiu um Grupo de Trabalho com finalidade de elaborar documento disciplinando os procedimentos regulares e definindo uma sistemática de tramitação dos processos com vista à agilização da titulação definitiva. Em novembro de 1996, autorizou pesquisas no sentido de completar informações sobre algumas áreas já identificadas nos Estados do Maranhão, Pernambuco e Bahia. Tais pesquisas foram autorizadas através do Convênio E-132, firmado com o Centro de Estudos sobre Território e Populações Tradicionais, e coordenadas pela antropóloga Eliane Cantarino O'Dwyer.

No contexto do Legislativo, os esforços no sentido de uma regulamentação do Art. 68 esbarram nos obstáculos jurídicos-formais dispostos ao Projeto de Lei 627/95, da Câmara dos Deputados (Deputado Alcides Modesto e outros), ao Projeto de Lei 129/95, do Senado Federal (Senadora Benedita da Silva, em 27/04/95) e à Portaria n.º 25, de 15 de agosto de 1995, da Fundação Cultural Palmares, e atêm-se aos debates travados em torno da maior eficácia de um ou outro dispositivo legal proposto. Tais debates têm se ampliado, reforçando o reconhecimento da ação mediadora e sua própria expansão.

Nos dias 26 e 27 de setembro de 1995, no Auditório do Anexo IV, da Câmara dos Deputados, ocorreu o Seminário "Remanescentes de Quilombos". Foi uma promoção da Câmara dos Deputados e, mais particularmente, das Comissões de Agricultura e Política Rural, de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, de Direitos Humanos e de Educação e Cultura juntamente com a Fundação Cultural Palmares. Os parlamentares, de diferentes agremiações partidárias, promoveram um debate em torno dos projetos de lei com participação de representantes de inúmeras comunidades negras rurais, tais como: Rio das Rãs – BA, Rio Trombetas – PA, Kalunga – GO, Vale da Ribeira – SP, Mocambo – SE e Frechal – MA.

Um ano e oito meses mais tarde, em 20 de

maio de 1997, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias promoveu um outro Seminário com o propósito de reunir subsídios para elaboração do parecer do Relator Deputado Luiz Alberto que buscava combinar os dois projetos de lei que tramitavam no Congresso.

Para além da morosidade da tramitação, constata-se que todas as possibilidades de uma aplicação massiva do Art. 68 têm sido procrastinadas sob alegações diversas. Os instrumentos usuais de ação agrária têm se revelado pouco coadunados com tais realidades localizadas, certamente, tem havido dificuldades por parte dos órgãos fundiários oficiais de incorporarem a dimensão étnica destas situações sociais e de assimilarem as especificidades das formas de acesso e uso dos solos e florestas por parte de segmentos que adotam um sistema de uso comum dos recursos naturais.

A despeito destas várias ordens de entraves, que assinalam a força contemporânea de mecanismos autoritários próprios de sociedades escravistas, tem-se algumas medidas operacionais, adotadas regionalmente, que são produto de pressões e de antagonismos. O Decreto Estadual n.º 40.723, de 21 de março de 1996, assinado pelo governador do Estado de São Paulo, institui junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, um Grupo de Trabalho objetivando "dar plena aplicabilidade aos dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos". Como desdobramento, tem-se o Decreto Estadual n.º 41.774, de 13 de maio de 1997, que dispõe sobre a ação conjunta de órgãos públicos para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado de São Paulo ocupadas por "remanescentes de comunidades de quilombos", e a Lei Estadual n.º 9.757 de 15 de setembro de 1997, que trata da legitimação de posse de terras públicas estaduais aos "remanescentes de comunidades de quilombos". Medidas aproximadas foram adotadas no Estado do Maranhão. Os decretos estaduais n.ºs 15.848 e 15.849, de 1 de outubro de 1997, criam o Projeto Especial Quilombola Jamari dos Pre-

tos e declaram “como prioritárias para fins de legalização, desapropriação e outras formas de acautelamento previsto na legislação pertinente, nos termos dos Arts. 228 parágrafo 1.º e 229 da Constituição Estadual, as terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos e comunidades negras tradicionais” situadas em 15 imóveis rurais. No Estado do Pará, o governo estadual instituiu, em maio de 1997, o “Grupo Quilombo”, congregando, além da Secretaria de Agricultura e do INCRA, organizações voluntárias da sociedade civil, tais como: CEDENPA e CPT. A partir da assessoria do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA ao CEDENPA, foi definido, como um dos objetivos do referido Grupo, o mapeamento das comunidades quilombolas. No Estado da Bahia, o Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) criou o Projeto Quilombo, objetivando identificar tais situações, também no decorrer de 1997.

Tem-se, então, diferentes agências de intervenção, que delimitam um domínio de novos procedimentos gerenciais e técnicos, os quais vão requerer conhecimentos científicos que desaguam nos chamados *laudos, pareceres e perícias* (antropológicos, jurídicos, históricos, agrônômicos), ou seja, gêneros de conhecimentos aplicáveis destinados a atender aos quesitos formais dos processos jurídico-administrativos. A formação adequada dos quadros da burocracia torna-se, pois, uma meta. Entre 9 e 13 de fevereiro de 1998, a Fundação Cultural Palmares realizou em Salvador – BA, com apoio do INTERBA e do IBAMA um “Curso de Capacitação para Elaboração de Laudos para Reconhecimento de Comunidades de Remanescentes de Quilombos”. Tem-se, nos desdobramentos destas práticas pedagógicas, relações particulares entre as universidades e o campo burocrático. Ademais constata-se não apenas um tempo de novas competências, mas também de novas produções intelectuais e científicas e de reedições com textos revistos, aumentados e recolocados em debate, configurando re-arranjos num campo temático próprio.

A produção destes conhecimentos apare-

ce atrelada à capacidade reivindicatória dos grupos sociais, e sua divulgação concerne a circuitos próprios envolvendo o meio acadêmico, a militância do movimento negro, a disposição voluntária de entidades da sociedade civil e segmentos da burocracia estatal. Os diferentes públicos, embora restritos, parecem tender a uma ampliação, não só pelo elevado número de publicações e reedições no decorrer de 1995-1997, mas sobretudo pelo fato de as editoras responsáveis não se limitarem mais à imprensa oficial (Fundação Cultural Palmares, Arquivo Nacional, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/SP), à imprensa universitária e àquela das disciplinas militantes. O tema parece ter sido adotado pelo campo da indústria cultural, registrando-se, inclusive, dois lançamentos de títulos, num mesmo mês, por uma única editora (Cia das Letras), bem como casos de livros esgotados em menos de dois anos.

Compilação de Títulos

Foram levantados 73 (setenta e três) títulos, datados de 1995 a 1997, entre livros, teses, dissertações, monografias, artigos em revistas especializadas, comunicações em eventos científicos, folhetim, relatórios de associações acadêmicas e artigos na imprensa periódica. Nem todos os títulos são inéditos. A atualidade do tema propiciou pelo menos cinco reedições. O total de livros corresponde a 23 (vinte e três) títulos. Destaque-se que, dentre estes, 12 (doze) consistem em coletâneas, das quais duas publicadas no exterior, sendo uma em 1994, mas que circulou aqui em evento científico de 1996, a partir de conferência pronunciada por seu autor; e a outra, que se trata de uma reedição de 1996 e contém uma parte específica enfocando o Brasil, composta de três artigos. O total referido abrange tão somente o título das coletâneas e não inclui os artigos que as compõem. Se porventura fossem computados todos os artigos, conferências e palestras transcritos, o total geral de títulos simplesmente duplicaria. Outros dois livros são trabalhos elaborados em conjunto por, pelo menos, dois cientistas sociais. Prevalecem,

pois, obras coletivas consoante duas modalidades: a) diferentes autores escrevendo sobre uma mesma situação social e produzindo etnografias, *laudos*, *perícias* e demais peças integrantes de autos administrativos e de processos jurídicos para reconhecimento e legalização das chamadas “áreas remanescentes de quilombos”; e b) diferentes autores, de uma mesma ou de distintas formações acadêmicas, analisando situações sociais diversas.

Sublinhe-se que: nove livros são de autoria individual, tratando-se, um deles, de uma reedição de trabalhos de pesquisa do início da década de 1950-1960, e um outro, publicado por um organismo internacional, a UNESCO, em língua espanhola, aborda os chamados “códigos negros” e não se refere diretamente ao Brasil, embora tenha circulado aqui em acontecimento acadêmico. O único folheto arrolado, um livro datado de 1935, sobre o *Quilombo de Manuel Congo* (RJ), foi reeditado em fins de 1997, sendo seu primeiro exemplar, separado pela Fundação Instituto Cultural São Fernando, para presentear o Presidente da República em sua visita ao Estado do Rio de Janeiro, em março de 1998. Considere-se ainda, a nível de pós-graduação, duas teses de doutorado, cinco dissertações de mestrado e uma monografia final de curso de especialização. Uma das dissertações de mestrado, que foi defendida na University of Florida (USA), apenas tangencia o tema ao cotejar as formas de uso dos recursos naturais, considerando povoados localizados no Maranhão, em situações formalmente designadas como “assentamentos”, um deles, numa chamada *terra de preto*, enquanto os outros, em áreas ocupadas por pequenos produtores rurais oriundos do Ceará e do Piauí denominados “nordestinos”. Um total de 22 (vinte e dois) títulos concerne a comunicações em dois congressos científicos, que deverão ser transcritas nos respectivos anais, enquanto outros 12 (doze) títulos dizem respeito a artigos em publicações eruditas. Tem-se ainda dois títulos, publicados como brochura, que se referem, respectivamente, a “relatórios” de atividades gerais de um núcleo de investigações científicas (NUER) e de ati-

vidade específica (palestras proferidas por ocasião da reunião técnica “Reconhecimento de Terras Quilombolas incidentes em domínios particulares e áreas de proteção ambiental”) de uma entidade voluntária de apoio (CPI – SP). Os demais títulos compreendem matérias jornalísticas para um público amplo e difuso, e foi necessário proceder a uma seleção criteriosa, elegendo, dentre três dezenas, somente três artigos de cunho analítico. Os títulos excluídos atinham-se à finalidade de noticiário, inclusive com chamadas de primeira página, nos dois eventos oficiais relativos à questão em que houve participação direta da Presidência da República. A inclusão de todos eles levaria o total geral de títulos a um crescimento na ordem de um terço.

Em termos de síntese, pode-se asseverar que, no período enfocado, constata-se inúmeras reedições e novos títulos, dentro da mesma problemática dos *quilombos*, marcados também pela força que envolve as noções ambientalistas e aquelas de conflitos sociais e de direitos humanos. Paradoxalmente, a reafirmação étnica estaria encontrando terreno propício para florescer numa conjuntura de globalização que, enfatizando os macromercados e os blocos econômicos, busca diminuir a importância da identidade nacional e do próprio dado étnico. Ela floresce, portanto, numa situação de conflito aberto entre diferentes forças e com repercussões de amplitude transnacional.

A atualidade da questão legítima a estratégia editorial de reedições, bem como inspira os autores a produzirem achegas, informações adicionais e novas formulações. Reatualizam-se, pois, os temas correlatos às denominadas “comunidades negras rurais” a partir da intensificação de debates internacionais. Richard Price reedita, em 1996, *Maroon Societies — Rebel Slave Communities in the Americas* com um novo prefácio, contendo mais de uma centena e meia de referências bibliográficas, além de informações atualizadas sobre o Brasil, a Jamaica, os Estados Unidos, as Guianas e o Suriname. Price publica também um artigo no Brasil, integrando coletânea organizada por Reis e Gomes (1996), intitulado “Palmares

como poderia ter sido”. Por outro lado, ganham relevância internacional os fatos de 1995 concernentes a violências praticadas contra “Maroon populations” pelo governo do Suriname⁶ e do papel da Interamerican Court of Human Rights, aceitando denúncias de violações perpetradas contra povos indígenas, camponeses e os denominados *quilombolas*.⁷ A tragicidade extrema dos conflitos aparece refletida na classificação destes atos de violência como etnocídio.

Configura-se um domínio de conhecimentos científicos específicos com um copioso elenco de interpretações alusivas aos *quilombos*, não tanto mais de natureza historiográfica e arqueológica, mas buscando dar conta destas situações sociais hoje manifestas em mobilizações políticas. Ao mesmo tempo, constata-se que instrumentos metodológicos, antes acionados para a compreensão destas situações sociais enfocadas, têm sido alterados, tanto por uma crítica à noção usual de *raça*, quanto por uma reconceituação de *campesinato* (Kearney, 1996). Os critérios político-organizativos que asseguram as mobilizações e consubstanciam identidades coletivas e novos símbolos são apontados como descrevendo outras possibilidades de utilização do conceito de etnia. Esta dupla passagem, em termos de teoria e conceito, explicita o quanto tal questão está se constituindo em objeto de disputa entre diferentes domínios do saber. Ademais, são várias as acepções de *quilombo*, em jogo, muitas delas conflitantes entre si e classificando outras de anacrônicas e preconcebidas. Há uma nítida disputa pela legitimação. Deste modo é que se pode entender a dispersão de competências, não obstante a quantidade de publicações registrada. Tais publicações correspondem a uma diversidade de gêneros, envolvem diferentes formações acadêmicas (historiadores, arqueólogos, juristas, antropólogos, agrônomos, sociólogos, geógrafos e cartógrafos) e critérios vários de competência e saber. Mais da metade dos títulos arrolados foi produzida por antropólogos, prevalecendo instrumentos de pesquisa etnográfica, com observação direta e investigações *in loco* capazes de resgatar a representação dos próprios atores sociais so-

bre suas condições reais de existência e sobre seus territórios efetivos, bem como suas práticas cotidianas. No estudo das autodefinições, as pesquisas têm constatado superposições, tanto de territórios — as chamadas *terras de preto* e as *terras de índio* — quanto de identidades; ainda que não se tenha constatado aqui uma transitividade identitária à molde daquela que, nos Estados Unidos, envolve a categoria *black indians* (Katz, 1986). Tais constatações revelam a complexidade de certos obstáculos dispostos às formulações do senso comum, douto para pensar a sociedade brasileira, e, por extensão, às investigações antropológicas. Procedimentos metodológicos e hábitos intelectuais que foram úteis em passado recente, agora podem entrar o trabalho de pesquisa. A ressemantização de *quilombo* teria, neste sentido, uma dimensão nitidamente epistemológica que é co-extensiva à delimitação do objeto.

De outra parte, verifica-se que observações etnográficas, de certo modo, incidentais nos trabalhos de campo de antropólogos, e que ficaram encapsuladas nos seus diários e nos seus livros de memória, são alçadas a objeto de reflexão. Os cadernos de campo de Charles Wagley e Eduardo Galvão, que permanecem inéditos, datados de 1948 e concernentes aos trabalhos de pesquisa em Gurupá – PA, sublinham, por ex., referências explícitas a um antigo “quilombo”, localizado em Jocojó, e que era então designado como “lugar de pretos” (Wagley, 1948, p. 21). Os intitulados *Diários Índios – Os Urubus-Kaapor* de autoria de Darcy Ribeiro, publicados em 1996, quase meio século depois do trabalho de campo, contém inúmeras observações dispersas sobre os “quilombos” do Gurupi (Ribeiro, 1996: 28, 29, 46, 47), nos municípios de Carutapera – MA e Vizeu – PA. A este tempo, os *quilombos* constituíam um subtema dentro da problemática referida às relações entre *raça* e classe social, as quais eram privilegiadas por uma vasta rede de pesquisas financiada pela UNESCO em 1950, que objetivava entender estas relações no “Brasil rural”. Tais pesquisas, amparadas num convênio entre a Universidade de Columbia (EUA),

a Universidade da Bahia e a Universidade do Brasil, foram sugeridas por Alfred Métraux e delas participaram, dentre outros, os seguintes antropólogos e sociólogos: Charles Wagley, Thales de Azevedo, Luis Costa Pinto e Marvin Harris, Harry Hutchinson e Ben Zimmerman.

Os antropólogos, no que tange a este atual repertório de títulos, são secundados pelos historiadores, juristas e arqueólogos, que afirmam seus pressupostos teóricos no tratamento de um tema, até então, de sua alçada exclusiva. Partilham desta posição, os agrônomos e cartógrafos que, mais recentemente, têm sido acionados para elaborar peças dos autos administrativos e dos processos jurídicos de reconhecimento dos *quilombos*.

Em abril de 1996, durante a XX Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador – BA, concomitantemente com a I Conferência: Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe, ocorreu o lançamento da reedição⁸ do livro de Thales de Azevedo, intitulado *As Elites de Cor numa Cidade Brasileira*, com um prefácio crítico de Maria Azevedo Brandão, classificando-o em conformidade com o esquema interpretativo de Donald Pierson, cujos fundamentos alimentaram o mito da “democracia racial brasileira”, mas chamando a atenção para os deslocamentos posteriores de sua trajetória intelectual. No decorrer deste mesmo evento, a Associação Brasileira de Antropologia procedeu ao lançamento de uma coletânea alusiva ao tema, qual seja *Terra de Quilombos*.⁹ Uma outra coletânea, editada por Ekofi Agorsah,¹⁰ que participou do referido evento integrando a mesa redonda denominada “Quilombos hoje: reapropriações sociais de seu significado”, teve circulação restrita, do mesmo modo que, as onze comunicações apresentadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Remanescentes de Quilombos: lutas, conquistas e impasses.”¹¹ A XX Reunião deu também continuidade aos objetivos do Grupo de Trabalho da ABA sobre Comunidades Negras Rurais, fixados a partir de encontro realizado no Rio de Janeiro nos dias 17 e 18 de outubro de 1994.

Também circulou, para um público restrito, o “borrador”, em processo de edição, deno-

minado “La inclusión de los afrocolombianos. Meta Inalcanzable?” /Bogotá. Universidad Nacional de Colômbia. 1996. 76pp., de autoria do antropólogo Jaime Arocha, que visitou a Universidade Federal do Maranhão, em meados de 1996, no âmbito das atividades do projeto de pesquisas, realizado com apoio de Colciencias, Centro Norte Sur de La Universidad de Miami, UNESCO e CINDEC de Universidad Nacional de Colômbia.

Entre 17 e 20 de agosto de 1997, foi realizado, em Salvador – BA, o V Congresso Afro-Brasileiro, com apoio do CNPq, da CAPES, da Fundação FORD e do BANE. Duas mesas-redondas privilegiaram o tema, foram elas: “Os quilombos na dinâmica social do Brasil: herança quilombola”, coordenada pela Profa. Neuza Mendes de Gusmão, da UNEP, e “Quilombos: implicação conceitual no reconhecimento dos direitos das comunidades negras”, coordenada pela Profa. Eliane Cantarino O’Dwyer, da UFF. Além destas mesas, funcionou um Grupo de Trabalho intitulado “Campesinato e etnia no Norte e Nordeste: situações dos remanescentes de quilombos” coordenado pela Profa. Rosa Acevedo Marin, da UFPA. Enquanto nas mesas redondas foram discutidas oito intervenções, neste grupo de trabalho foram apresentadas 11 comunicações.

Além das três coletâneas já mencionadas, outras nove foram ainda publicadas, em 1996 e 1997, organizadas por antropólogos, juristas,¹² historiadores e arqueólogos¹³ reproduzindo as peças dos autos administrativos concernentes a situações sociais determinadas.¹⁴ Esta produção intelectual vária, referida a diferentes unidades discursivas e distintos critérios de saber, deu seqüência, em certa medida, a inúmeros trabalhos de pesquisa tornados livros,¹⁵ a teses, dissertações e monografias,¹⁶ e a textos vários elaborados como livros,¹⁷ além de diversos artigos, publicados no ano imediatamente anterior, tanto em publicações científicas,¹⁸ quanto em periódicos de circulação ampla.¹⁹

Verifica-se ainda que a preocupação com procedimentos classificatórios e de cadastramento tem marcado inúmeras iniciativas loca-

lizadas de instituições acadêmicas e de entidades da sociedade civil. A novidade do fenômeno, na sua ressemantização, estimula as medidas usuais de controle e de demonstração de representatividade e de conhecimentos circunstanciados; percebe-se o desdobramento da concorrência pela legitimidade de “falar sobre”. Os alinhamentos, ao se tornarem conflitantes, com múltiplas oposições que envolvem diversas agências e agentes, explicitam as vicissitudes de um campo de mediadores em estruturação. A pretensão de mediador pressupõe competição e incorre quase sempre em tentativas de vetos ou de exclusões manifestas ou veladas. Os objetos de disputa tornam-se mais explícitos, enunciam pontos de tensão e estão a exigir análise detida. O subtema da ordem do dia consiste, por conseguinte, no *mapeamento* das terras de quilombos, seja em escala regional, seja no âmbito nacional. Os elementos cartográficos e censitários, tradicionais mecanismos de controle adstritos aos conhecimentos militares, são enfatizados. Trata-se também de enunciar elementos quantitativos, asseverando quantas e quais são, à molde de um banco de dados, bem como estimativas e totalizações parciais, dimensionando as áreas compreendidas pelos chamados *quilombos* e/ou *terras de preto*. Está-se diante de um amplo processo de legitimação que abrange igualmente as instituições de produção científica e as agências que agrupam disciplinas militantes.

Tem-se registrado iniciativas de *mapeamento*, com diferentes critérios e graus de elaboração, em pelo menos dezessete unidades da Federação, a saber: Maranhão (PVN), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas), Pernambuco (MNU-UFPE) e Pará (CEDENPA – NAEA/UFPA). Outras iniciativas de entidades da sociedade civil, isoladamente, ou em convênio com universidades, começam a ser encetadas na Bahia, na Paraíba, em Sergipe, no Piauí, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Mato Grosso. Em São Paulo, há uma determinação do governo estadual neste sentido, já anteriormente

mencionada. Em Goiás, há uma disposição técnica do IDAGO nesta direção. No Amapá, começam a ser delineados procedimentos norteadores de um levantamento geral com copiosas fontes arquivísticas, e antropólogos da Sexta Câmara da Procuradoria Geral da República já elaboraram estudo relativo a Curiaú (Baptista e Carreira, 1997). Pode-se imaginar, a partir destas inúmeras iniciativas, a quantidade de “relatórios” que vêm sendo produzidas nos meandros destas instituições, sobretudo a partir dos últimos cinco anos, quando distintas agências financiadoras (OXFAM, Fundação FORD, CESE, EZE...) e organismos multilaterais também reconheceram a relevância da questão, adotando-a em suas respectivas pautas. O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), no decorrer de 1996, aprovou o projeto integrado de pesquisa intitulado “Políticas Públicas, Terras de Uso Comum e grupos Étnicos - Conseqüências da Ação oficial para camponeses de *terra de preto* no Maranhão”, de autoria da Profa. Maristela de Paula Andrade, Coordenadora do Mestrado em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão. A Fundação FORD aprovou projeto referido ao tema, em 1995, compreendendo simultaneamente três instituições: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e Projeto Vida de Negro – SMDDH-CCN do Maranhão. Em outras palavras, considerando-se o campo de abrangência dos títulos ora classificados, pode-se asseverar que diferentes gêneros de produção intelectual perscrutam aspectos desta nova temática, ressaltando a diversidade de enfoques e a complexidade das relações entre o conhecimento aplicado, as disciplinas militantes e a pesquisa científica.

Neste estado atual de conhecimento, que envolve mais de uma centena de produtores intelectuais, parece que se percebe os *quilombos*, menos como uma definição jurídico-formal — que remete às disposições legais das autoridades coloniais — do que como um instrumento de luta necessariamente imposto como tema de reflexão pelas mobilizações camponesas, para assegurar seus territórios e o

reconhecimento de sua identidade coletiva objetivada em movimento. Talvez sejam estes os parâmetros²⁰ que passam a orientar esta produção intelectual e científica, que ora constitui um domínio próprio de investigação e em cujos meandros se dispõem estas reedições²¹ e novos títulos. Estes últimos, embora produzidos, muitas vezes, de maneira tangencial ou indireta face ao tema *quilombo*, acabam sendo classificados neste âmbito, assim como inúmeros outros textos referentes ao tema da escrita.

vidão.²² Mais que atualidade, parece prevalecer uma combinação entre novos instrumentos teóricos e uma certa capacidade de mobilização, que absorve os problemas correlativos e que confere uma certa especificidade a este domínio de conhecimento ora em delimitação.

(Recebido para publicação
em maio de 1998)

Notas

1. Para outras informações a respeito desta polêmica consulte-se a seguinte coletânea: Wilmsen and McAllister (1996).
2. A compreensão sociológica desta referida transformação apóia-se em instrumentos conceituais produzidos a partir das pesquisas de Mintz (1985) no Caribe, desde os anos 1940-50.
3. Nos Estados Unidos, por exemplo, não há uma discussão sobre a “atualidade dos quilombos”; o fator étnico aparece conjugado com uma discussão sobre o campesinato parcelar, designando um tipo particular de *farm*. Há uma vasta literatura que enfoca o tema dos *black farmers* e as suas transformações desde finais do século XIX, passando pela chamada Grande Depressão e pelos experimentos de reforma agrária ou programa de reassentamento do New Deal (Banks, 1986; Beale, 1976; Brown, 1979; Graeber, 1978; Hickey, 1987; Holley, 1972; Larson, 1985; Munoz, 1984; Zabawa, 1990). Para maiores esclarecimentos, incluindo-se uma discussão com os autores acima mencionados, leia-se: Salamon (1979) e Schulman e Newman (1991). E ainda sobre o recrutamento de soldados negros na Guerra de Secessão, vale acrescentar que o historiador Trudeau realiza uma pesquisa que incluiu relatos militares e cartas de 125 soldados negros endereçadas a seus familiares em Nova York durante o conflito (Trudeau, 1997).
4. Observa-se que a precariedade da titulação dos imóveis rurais é atestada pelos notáveis do Império, deixando margem para dúvidas sobre os limites legais das propriedades. J. Schulz, em livro também lançado em 1996, pela EDUSP, chama a atenção para o seguinte: “As hipotecas sobre a terra afiguravam-se impraticáveis por diversas razões. Nas áreas de fronteira, a terra não tinha mercado e representava pequeno custo para o agricultor. Sua principal despesa para adquirir sua plantação eram os salários dos capangas que ele empregava para expulsar os posseiros que estavam envolvidos na agricultura de subsistência. Ver, por ex., Dean (1977). Mesmo nas regiões da antiga colonização, o título sobre a terra permanecia vago, tornando a execução das hipotecas problemática. (“O primeiro-ministro Ouro Preto descobriu como eram precários os títulos de terra em 1889, quando tentou conceder hipotecas rapidamente a fim de acalmar os ex-proprietários de escravos. Na introdução a *Auxílios à Lavoura*, Rio de Janeiro, 1889, no manual para empréstimo rural, Ouro Preto reconhece as dificuldades de comprovar as escrituras” [Schulz, 1996, p. 50]). A indefinição da dominialidade perpassaria, portanto, os grandes domínios territoriais evidenciando as distorções da interpretação de Thomas E. Skidmore em *Preto no Branco*, quando classifica, equivocadamente, de “grileiros” os ex-escravos. A saber: “Os reflexos desastrosos — e imediatos — da Abolição pareceram dar razão à predição dos escravocratas empedernidos de que ela traria confusão social. Milhares de escravos deixaram às tontas, as fazendas e mergulharam como

grileiros numa agricultura de subsistência onde quer que pudessem encontrar terras, muito embora, ficassem logo ansiosos para juntar-se de novo à massa trabalhadora rural, e procurassem seus senhores” (Skidmore, 1976, p. 63).

5. Para um aprofundamento do conceito de “unidade de mobilização” e das formas de representatividade diferenciada dos movimentos sociais face aos sindicatos, consulte-se Almeida (1995, pp. 11-50).
6. No que diz respeito ao Suriname leia-se : Padilha (1995) e Price (1995).
7. Estas informações são analisadas por Davis (1996), em evento da University of Notre Dame, que discutiu a relação entre o processo de violência e a lei na América Latina.
8. A reinterpretção de Thales de Azevedo inclui-se, deste modo, nesta ampla mobilização social que tem, na ressemantização da categoria quilombo, uma de suas dimensões mais contundentes.
9. O alinhamento da Associação Brasileira de Antropologia, face a este novo campo de conhecimentos, ocorreria a partir de um projeto coletivo, envolvendo agentes e agências atentos ao novo conceito de etnia.
10. Agorsah ressaltou as diferenças entre os trabalhos de pesquisa realizados na Jamaica e aqueles em curso no Brasil, onde a monumentalidade dos quilombos teria uma menor força de expressão.
11. Este grupo de trabalho foi coordenado pela Professora Neuza M. Mendes Gusmão, da UNICAMP, e realizado no decorrer da XX Reunião da ABA, subdividido em duas sessões. Na primeira, foram apresentadas comunicações, que incluíam não apenas teses mais recentes, mas também resultados de trabalhos de pesquisa iniciados no final da década de 1960-70 — como o da Profa. Mari N. Baiocchi, autora de *Negros do Cedro – Estudo antropológico de um Bairro Rural de Negros em Goiás*. São Paulo, Ática, 1983 — mas que conheceram redefinições teóricas consoante as reapropriações atuais da categoria *quilombo*. Senão vejamos: Demian Moreira Reis – “Quilombo: uma história de índios guerreiros e negros quilombolas”; Eurípedes Antonio Funes – “Pacoval do Marambiré do Contraveneno, Pacoval dos Mocambeiros.”; Manoel de Almeida Jr. – “Focos de Resistência Negra na Chapada Diamantina: Comunidades de Barra do Brumado e do Bananal – BA”; Mari de N. Baiocchi – “Kalunga e Barreirinho “Mi-soso, Malunda, Ji-sabu, Ji-nongongo, mi-Embu, Maka”; Glória Moura – “Ilhas negras num mar mestiço: festas e identidades em comunidades negras rurais”. Na segunda sessão foram apresentadas seis comunicações, sendo duas delas relativas a Rio das Rãs: Pedro Martins – “A um passo do paraíso: impasses na consolidação do projeto Comunidade Cafuza”; Lourdes de Fátima B. Carril – “Terras de Negros — territorialidade e resistência”; Siglia Zambrotti Doria – “O Estado Brasileiro frente à diversidade social que reconhece o caso da comunidade remanescente de quilombo do Rio das Rãs”; Neusa M. M. de Gusmão – “Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo.”; Jean-François-Véran “Remanescente de quilombo”.
12. Vide Leite [org.] (1996) e Silva [org.] (1996).
13. Vide Carvalho [org.] (1996); Reis e Gomes [orgs.] (1996); Schwarcz e Reis [orgs.] (1996); Elbein dos Santos [ed.] (1996).
14. Vide PVN [org.] (1996) e PVN [org.] (1998).
15. Vide Gusmão (1995), Gomes (1995) e Carril, (1997).
16. As teses de doutorado de Funes, (1996) e Gomes (1997). As dissertações de mestrado de Bragatto (1996), Cantanhede (1996), Silva, (1996), Porro (1997) e Silva (1998). A monografia de Conceição (1996).
17. Vale ressaltar aqui os livros produzidos por, pelo menos, dois pesquisadores. Os autores Peter Fry e Carlos Vogt já realizam pesquisas, em São Paulo, com respeito a esta situação social,

desde o fim dos anos 1970-80. As autoras Rosa Acevedo Marin e Edna Ramos desenvolvem suas investigações no Baixo Amazonas desde 1992.

18. Incluem-se, neste tópico, dezenas de títulos alusivos ao tricentenário de Zumbi do Quilombo de Palmares e temas correlatos, que mobilizaram, no decurso de 1995, inúmeros produtores intelectuais afetos à questão: Clóvis Moura; Décio Freitas; Abdias Nascimento; M. Werneck de Castro e B. D. Mariano, dentre outros. As interpretações e reinterpretações suscitaram polêmicas diversas referidas a: adoção de “cotas raciais” no Brasil ou o sentido da ação afirmativa (H. Santos,); a sexualidade de Zumbi dos Palmares (L. Mott e as inúmeras contestações) e ainda as acusações de “racista” contra a peça “Zumbi” do Grupo de Teatro Olodum apresentada no Festival Internacional de Teatro, em Londres (Inglaterra). Acrescenta-se a atenção especial dada ao tema da escravidão pelas editoriais de periódicos como *Praxis*, *Cadernos do Terceiro Mundo*, *Veja*, *Teoria & Debate*, *Parabólicas*, *Sem Fronteiras* e *Os Caminhos da Terra*, dentre outros. A consulta destes periódicos poderá propiciar uma listagem bastante extensa de títulos. Para efeito das questões abordadas neste repertório importa citar: M. Maestri (1995), Lúcia M. M. de Andrade (1995) e R. Pompeu de Toledo (1996). Publicações científicas, como a *Revista de Antropologia* (USP), a *Revista de História* (USP) e a *Revista de História* (UFES) também divulgaram artigos segundo esta pauta: Figueiredo (1995); Guimarães (1995); Andrade (1995); Gomes (1996); Reis (1996) e Araújo (1995). Além disto, foi criada em 1996 uma publicação periódica diretamente vinculada à problemática: *Palmares em Revista* da Fundação Cultural Palmares, incentivando a divulgação de artigos e ensaios sobre o tema.
19. Podem ser classificados, neste tópico, os livros e artigos de jornalistas e demais divulgadores e comentaristas da questão. O caderno dominical “Mais!” da *Folha de S. Paulo*, em duas oportunidades, em 19 de março e 12 de novembro de 1995, dedicou praticamente edições especiais à discussão sobre os quilombos. Foram enfatizadas fontes documentais e arquivísticas disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa (Portugal) e nos Museus Históricos e Nacional de Amsterdã e na Casa de Maurício de Nassau em Haia (Holanda). Há ainda os livros de jornalistas, elaborados a partir de viagens feitas a algumas situações classificadas como *quilombos*, tais como o de Paula Saldanha sobre o Quilombo do Frechal – MA e o de Hermes Leal (1995). Dentre os artigos podem ser mencionados pelo menos dois, quais sejam: Teles (1996) e Chacon (1995), o qual afirma que “a favela é filha do quilombo”.
20. Para um aprofundamento dos novos significados de *quilombo* e de suas implicações leia-se Almeida (1996).
21. Em termos de reedições importa frisar também o seguinte: em fins de 1994 o livro do Prof. Clóvis Moura denominado *Os Quilombos e a Rebelião Negra* alcançou sua oitava edição pela Editora Brasiliense (SP). Uma outra reedição, autorizada em setembro de 1996, e que se encontra no prelo, na Universidade Federal do Pará, trata-se de *Negros do Trombetas*, de autoria de Edna Ramos e Rosa Acevedo Marin, cuja primeira edição, inteiramente esgotada, data de 1993.
22. Há ainda publicações com temas correlatos, produzidas por autores que também se encontram envolvidos nas investigações científicas, sobre o novo significado dos *quilombos*, tais como: Leite (1996). Outras publicações reforçam de modo indireto as discussões, a saber: Florentino (1995) e Florentino e Góes (1998).

Bibliografia

- Agorsah, Ekofi (ed.)
1994 *Maroon Heritag — Archaeological, Ethnographic and Historical Perspectives*. Barbados/Jamaica/Trinidad and Tobago, University of The West Indies, Canoe Press.
- Almeida, Alfredo Wagner B. de
1987/88 “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio — Posse Comunal e Conflito”. *Humanidades*, n.º 15, pp. 42-49.
1989 “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio — Uso Comum e Conflito”. In Ramos, E. e Hebette, J. (orgs). *Cadernos do NAEA*, n.º 10, pp. 163-196.
1995 *Quebradeiras de Côco Babaçu: Identidade e Mobilização*. São Luís, MICQB, pp. 11-50.
1996 “Quilombos: Sematologia Face a Novas Identidades”. In PVN (org.), *Frechal: Terra de Preto — Quilombo Reconhecido como Reserva Extrativista*. São Luís, SMDDH/CCN.
- Andrade, Lúcia M. M. de
1995 “Os Quilombos da Bacia do Rio Trombetas: Breve Histórico.” *Revista de Antropologia*, vol. 38, n.º 1, pp. 79-99.
- Andrade, Lúcia. de (org.)
1997 *Desafio para o Reconhecimento das Terras Quilombolas*. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- Andrade, Tania (org.)
1997 *Quilombos em São Paulo — Tradições, Direitos e Lutas*. São Paulo, IMESP.
- Araújo, Leonor Franco
1995 “O Projeto Quilombo: Estudos de Caso em Cacimbinha e Boa Esperança, Município de Presidente Kennedy/Espírito Santo”. *Revista de História*, n.º 4, pp. 95-109.
- Azevedo, Thales de
1996 *As Elites de Cor Numa Cidade Brasileira — Um Estudo de Ascensão Social & Classes Sociais e Grupos Étnicos*. Salvador, Emp. Graf. da Bahia/EDUFBA.
- Banks, Vera J.
1986 “Black Farmers and their Farms”. *Rural Development Research Report* n.º 59. Washington, DC. U.S. Government Pirnting Office.
- Baptista, Angela M. e Carreira, Elaine de Amorim
1997 “Laudo Antropológico de Identificação dos Remanescentes de Quilombos do Curiaú/Amapá”. Brasília, Procuradoria Geral da República.
- Beale, Calvin I.
1976 “The Black American in Agriculture”. In Smyth, Mabel M. (ed.), *The Black American Reference Book*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, pp. 284-315.
- Bragatto, Sandra
1996 *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy. Memória e Identidade na Luta pela Terra*. Dissertação de Mestrado, UFRR/CPDA, Rio de Janeiro.
- Brown, Minnie M. e Olaf, Larson
1979 “Sucessfull Brack Farmers: Factors in their Achievement”. *Rural Sociology*, 44, pp. 153-175

- Cantanhede Filho., Aniceto
 1996 *Aqui Somos Pretos — Um Estudo de Etnografias sobre Negros Rurais no Brasil.* Dissertação de Mestrado, UnB/PPGAS, Brasília.
- Carril, Lourdes
 1997 *Terras de Negros — Herança de quilombos.* São Paulo, Ed. Scipione.
- Carvalho, José Jorge de (org.)
 1996 *O Quilombo do Rio das Rãs: Histórias, Tradições, Lutas.* Salvador, EDUFBA/Centro de Estudos Afro-Orientais.
- Chacon, Vamireh
 1995 “O Cadáver da Escravidão e o Estado Desorganizado”. *Folha de S. Paulo*, 5/01/95.
- Conceição, Domingos
 1996 *Escravos em Cametá: Relações Étnicas.* Trabalho final de Curso de Especialização, UFPA/CFCH, Belém.
- Davis, Shelton D.
 1996 “Comments on Paper by Jorge Dandler on “Indigenous Peoples and the Rule of Law in Latin America: do They Have a Chance?”. *In Academic Workshop on the rule of law and the under privileged in Latin America.* Kellogg Institute for International Studies/ University of Notre Dame.
- Dean, Warren
 1997 *Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavouira.* São Paulo, DIFEL.
- Elbein dos Santos, Joana (ed.)
 1996 *Palmares 300 Anos: Memórias e Estratégias Comunitárias.* São Paulo.
- Figueiredo, Aldrin Moura de
 1995 “Um Natal de Negros: Esboço Etnográfico sobre um Ritual Religioso num Quilombo Amazônico”. *Revista de Antropologia*, vol. 38, n.º 2, pp. 207-238.
- Florentino, Manolo Garcia
 1995 *Em Costas Negras: uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro. (Séc. XVIII e XIX).* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- Florentino, M. Garcia e Góes, José Roberto
 1998 *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Fry, Peter e Vogt, Carlos
 1982 “A Descoberta do Cafundó, Alianças e Conflitos no Cenário da Cultura Negra no Brasil”. *Religião e Sociedade*, n.º 8.
 1996 *A África no Brasil: Cafundó.* São Paulo, Cia. das Letras.
- Funes, Eurípedes Antônio
 1996 *Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor — Histórico e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas.* Tese de Doutorado, USP, São Paulo.
- Gomes, Flávio do Santos
 1995 *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro-Século XIX.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

- 1995/96 "Em Torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambo na Amazônia Colonial". *Revista USP*, n.28.
- 1997 A Hydra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil — Séculos XVII-XIX. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas.
- Graeber, Scott C.
1978 "A blight Hits Black Farmers". *Civil Rights Digest*, 19, pp. 20-29.
- Guimarães, Carlos Magno
1995 "Quilombos e Política (Minas Gerais — Século XIX)". *Revista de História*, n.º 132, pp. 69-81.
- Gusmão, Neusa M. M. de
1995 *Terra de Pretos — Terra de Mulheres*. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Palmares.
- Hickey, Jo Ann e Hickey, Anthony Andrew
1987 "Black Farmers in Virginia 1930-1978: Analysis of the Social Organization of Agriculture". *Rural Sociology*, 52, pp. 75-88.
- Katz, William Loren
1986 *Black Indians. A Hidden Heritage*. Nova York, Atheneum Books.
- Kearney, Michael
1996 *Reconceptualizing the Peasantry. Anthropology in Global Perspective*. EUA/U.K., Wetview Press.
- Lacerda, Carlos (pseudônimo Marcos)
1997 *O Quilombo de Manuel Congo*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Cultural São Fernando.
- Larson, Olaf
1985 The Black Farm Family and the Transformation Started During the Great Depression. Paper present at the Annual Meeting of the Rural Sociological Society. Balcksburg, VA, USA.
- Leal, Hermes
1995 *Quilombo: Uma Aventura no Vão das Almas*. São Paulo, Mercuryo Ed.
- Leite, Ilka B.
1996 *Antropologia da Viagem — Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte, UFMG.
- Leite, Ilka B. (org.)
1996 *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis, Letras Contemporâneas.
- Maestri, Mário
1995 "Zumbi 300 Anos: Palmares — A Comuna Negra do Brasil Escravista". *Praxis*, pp. 33-34.
- Martins, Pedro e Bernardo, Valeska
1996 "A um Passo do Paraíso: Impasses na Consolidação do Projeto Comunidade Cafuza". *Palmares em Revista*, n.º 1, pp. 59-69.
- Mintz, Sidney W.
1985 "From Plantations to Peasantries in the Caribbean". In S. W. Mintz and Sally Price (eds.). *Caribbean Contours*, pp. 127-153. The Johns Hopkins Press.

- Munoz, R. D.
 1984 "Black Farmers in the Mississippi and Tennessee Sand Clay Hills". *Agriculture Economics Research Report*, n.º 149. Mississippi State, MS: Agricultural and Forestry Experiment Station, Mississippi State University.
- NUER
 1996 O NUER — Atividades e Fomentos. *Relatório Bianual*, Fundação Ford/CNPq, Florianópolis.
- O'Dwyer, Eliane Cantarino (org.)
 1995 *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro, ABA/CFCH-UFRJ.
- Penningroth, Dylan
 1997 "Slavers, Freedom and Social Claims to Property among African Americans in Liberty Country, Georgia, 1850-1880". *The Journal of American History* (Published by the Organization of American Historians, vol. 84, n.º 2, september, pp. 405-435.
- P.V.N. (org.)
 1996 *Frechal: Terra de Preto — Quilombo Reconhecido como Reserva Extrativista*. São Luís, SMDDH/CCN.
 1998 *Jamary do Pretos — Terra de Mocambeiros*. São Luís, SMDDH/CCN.
- Padilha, D. J.
 1995 "Reparations in Aloeboetoe V. Suriname". *Human Rights Quarterly*, vol. 17, pp. 541-555.
- Porro, Noemi Miyasaka
 1997 *Changes in Peasant Perceptions of Development and Conservation*. Gainesville, University of Florida.
- Price, Richard
 1995 "Executing Ethnicity: The Killings in Suriname". *Cultural Anthropology*, vol. 10, pp. 437-471.
- Price, Richard (ed.)
 1996 *Maroon Societies — Rebel Slave Communities in the Americas*. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press.
- Ramos, Edna e Marin, Rosa Acevedo
 1993 *Negros do Trombetas*. Belém, Ed. UFPA.
- Reis, João José
 1995/96 "Quilombos e Revoltas de Escravos no Brasil". *Revista USP*, n. 28.
- Reis, João J. e Gomes, Flávio dos Santos (orgs.)
 1996 *Liberdade por um Fio — História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Ribeiro, Darcy
 1996 *Diários Índios — Os Urubus Kaapor*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Salamon, Lester M.
 1979 "The Time Dimension in Policy Evaluation: The Case of The New Deal Land-Reform Experiments". *Public Policy*, vol. 27, pp. 130-183.
- Salmoral, Manuel Lucena
 1996 *Los códigos Negros de la America Española*. Ed. UNESCO/Univ. Alcalá, Nuevo Siglo.

- Schwarcz, Lília M. e S. Reis, Letícia V. (orgs)
 1996 *Negras Imagens — Ensaios sobre Cultura e Escravidão no Brasil*. São Paulo, USP/EDUSP.
- Schulman, Michael D. and Newman, Barbara, A.
 1991 “The Persistence of Black Farmer: The Contemporary Relevance of the Lenin-Chayanov Debate”. *Rural Sociology*, v. 52, n.º 2, pp. 264-283.
- Schulz, John
 1996 *A Crise Financeira da Abolição 1875-1901*. São Paulo, EDUSP– Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.
- Silva, Dimas Salustiano da
 1996 Constituição Democrática e Diferença Étnica no Brasil Contemporâneo — Um Exercício Constitucional — Concretista Face ao Problema do Acesso à Terra pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba.
- Silva, Dimas Salustiano da (org.)
 1996 “Regulamentação de Terras de Negros no Brasil”. *Boletim Informativo do NUER*, Florianópolis, vol. 1, n.º 1.
- Silva, Valdélcio Santos
 1998 Do Mucambo do Pau Preto a Rio das Rãs — Liberdade e Escravidão na Construção da Identidade Negra de um Quilombo Contemporâneo. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador.
- Skidmore, Thomas E.
 1976 *Preto no Branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Teles, Ricardo
 1996 “A terra prometida”. *Os caminhos da terra*, n.º 5, pp. 66-73
- Toledo, R. Pompeu de
 1996 “Escravidão — o Passado que o Brasil Esqueceu. A Sombra da Escravidão.” *Veja*, Ano 29, n.º 20, pp. 52-65.
- Trudeau, Noah A.
 1997 *Like Men of War: Black Troops in the Civil War, 1862-1865*. Little, Brown and Company.
- Véran, Jean-François
 1995 “Rio das Rãs: du Quilombo a la Communaute Héritière”. S/L août. 30p.
- Wagley, Charles (coord.)
 1951 *Races et Classes dans le Brésil Rural*. Paris, UNESCO.
- Wilemsen, Edwin N. and McAllister, Patrick (eds.)
 1996 *The Politics of Difference-Ethnic Premises in a World Power*. The University of Chicago Press.
- Zabawa, Robert; Siaway, Arthur e Baharangi, Nam
 1996 “The Declive of Farmers and Strategies for Survival”. *Southern Rural Sociology*, n.º 21.

Resumo

Quilombos: Repertório Bibliográfico de Uma Questão Redefinida (1995-1997)

O estado da produção de conhecimentos relativos às situações sociais hoje designadas como *quilombos*, sintetizado neste repertório bibliográfico, expressa não apenas um tema e um problema, mas sobretudo a configuração de um domínio próprio da vida intelectual. Destaca-se a passagem de *quilombo*, enquanto uma categoria histórica e do discurso jurídico-formal, para um plano conceitual construído a partir do sistema de representações dos agentes sociais referidos àquelas situações empiricamente observáveis. Os elementos de contraste envolvidos neste deslocamento, também definido como ressemantização, explicitam ademais o advento de uma identidade coletiva.

Abstract

Quilombos: The Bibliographic Repertoire of a Question Redefined (1995-1997)

Synthesized in this bibliographical repertoire, the knowledge that has been produced on social situations now designated as *quilombos* gives expression not only to an issue and a problem but above all to the shaping of a unique domain within intellectual life. Attention is focused on how *quilombo* has moved from a historical category and a term applied within formal-legal discourse to the conceptual plane, where its construction has been based on the representation system used by social agents involved in empirically observable situations. The elements of contrast entailed in this shift-which is also defined as 're-semanitizing'-further make the advent of a collective identity evident.

Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes

Lúcio Rennó

Os conceitos e categorias da teoria da cultura política — como subculturas políticas, cultura política das elites, socialização política e mudança na cultura — estão presentes, de forma subentendida, segundo Almond (1990), nas análises políticas desde os primórdios da ciência política. Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville, além de Platão e Aristóteles, são exemplos de autores que empregaram alguma das categorias culturais em sua análise (*idem*, pp. 139-140).

O fato da principal corrente de estudo da cultura política, na sua perspectiva contemporânea, ter nascido apenas nos anos 60 deve-se a dois fatores: a desilusão com as expectativas iluministas e liberais; e o avanço de técnicas de pesquisa e abordagens metodológicas que permitiam tratar questões dessa natureza com maior objetividade (*idem*, p. 141).

As idéias de progresso material e moral, estimuladas pela crença iluminista e liberal dominantes no século passado e no começo do atual, continham uma convicção de inevitabilidade quanto ao sucesso da raça humana na solução de seus principais problemas. As crises mundiais surgidas com a I Guerra Mundial encarregaram-se de frustrar essas expectativas (*idem*, pp. 141-142).

Já o surgimento de técnicas de pesquisa, como *surveys*, permitiu o aumento de confiabilidade e acurácia nas análises de dados sobre comportamento político, beneficiando sobremaneira a abordagem da cultura política. O desenvolvimento de métodos de amostragem, a sofisticação dos processos de entrevista, a

utilização de técnicas de escala e de pontuação e o uso apurado de análises e inferências estatísticas permitiram o desenvolvimento de testes empíricos para as especulações teóricas (*idem*, p. 142).

Vários autores contemporâneos dedicam-se ao estudo de cultura política. O tema geral dessas pesquisas é a importância de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos na explicação do comportamento político. “The political content of the minds of citizens and political elites is more complex, more persistent, and autonomous than Marxism, liberalism, and rational choice theory would suggest” (*idem*, p. 143).

Cultura política é definida, segundo Almond, como o conjunto de orientações subjetivas de determinada população (1990, p. 144). Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. Para este autor, portanto, a relação entre cultura política e estrutura e desempenho governamental é muito complexa; “the causal arrows between culture and structure and performance go both ways” (*idem*, p. 144).

Os principais enfoques atuais da teoria da cultura política foram influenciados pelos temas definidos na obra *The Civic Culture* e pela problemática sobre a possibilidade de mudança na cultura política. A cultura política dos

países industrializados e dos países em democratização e a modernização são as principais preocupações dos estudos correntes (Almond, 1990, p. 145). Com o acúmulo de dados trazidos pelos *surveys* realizados nas últimas décadas, tornou-se possível analisar as mudanças ocorridas na cultura política. De fato, em alguns casos, as mudanças foram significativas, demonstrando a relativa influência de variáveis estruturais, como a experiência histórica e governamental, na formação da cultura política. Já em outros estudos, principalmente nos casos de democratização dos países comunistas, percebe-se a resistência de certos valores culturais, o que atesta a autonomia e a capacidade explicativa dessa teoria (*idem*, 1990, pp. 148-149). Ou seja, a relação entre cultura política e estrutura política varia de acordo com cada caso, sendo, por conseguinte, arriscadas as generalizações.

Os meios de comunicação jogam um papel central na atual volatilidade de certos aspectos da cultura política, contribuindo também para reforçar a influência do nível cognitivo na determinação das atitudes e comportamentos. Embora a cultura política esteja hoje muito mais sujeita a mudanças, alguns valores básicos permanecem inalterados, o que torna o estudo desse conceito em casos distintos ainda atraente e relevante (Almond, 1990, p. 152).

Contudo, nos seus 30 anos de existência, a teoria da cultura política atravessou momentos bastante distintos, nos quais nem sempre seu valor explicativo foi reconhecido (Almond, 1994, p. ix). Nos últimos anos, marcados pela proliferação dos estudos de cultura política, várias pesquisas foram publicadas nos principais periódicos acadêmicos norte-americanos e pelas principais editoras daquele país (Almond, 1994, p. xi). Se ampliarmos a lista de publicações, incluindo outros periódicos e editoras norte-americanas, além de trabalhos realizados em outros países, fica claro que os conceitos centrais da teoria da cultura política passaram a ser largamente utilizados e aceitos. Mas, como foi dito, nem sempre foi assim. Por esse motivo, Almond aponta a existência de

outras duas fases, além da atual, na breve história da discussão sobre cultura política.

No final da década de 50 e início dos anos 60, houve uma proliferação de pesquisas que começaram a utilizar o conceito de cultura política. Os estudos sobre caráter nacional, baseados nas análises de cultura e personalidade, que enfocavam os processos de socialização nos diferentes países, tornaram-se pouco convincentes em virtude da rápida profissionalização das ciências sociais no pós-guerra. A explicação para a relação entre valores, idéias e política dada por essa abordagem tornou-se obsoleta, devido ao surgimento de técnicas de pesquisa consideradas mais objetivas e neutras. Os estudos sobre cultura política representaram uma reação ao reducionismo psicológico e antropológico dominante na primeira metade do século XX. A pesquisa que redundou no clássico sobre o tema, o já citado *The Civic Culture*, publicado em 1963, é o principal exemplo desse período (*idem*, p. x).

A fase seguinte da história da teoria da cultura política foi marcada por críticas e desinteresse. Na década de 60 e 70, os movimentos acadêmicos tanto de esquerda quanto de direita foram fortes adversários da abordagem culturalista. O ataque à teoria da cultura política deu-se, inicialmente, por intermédio da onda de críticas radicais ao sistema capitalista como um todo. Correntes de pensamento de esquerda denunciavam as instituições existentes, incluindo aí universidades e escolas específicas de pensamento, como representantes declaradas da ideologia capitalista. A cultura política era questionada com base no argumento da preponderância dos aspectos materiais sobre atitudes e valores. Sob esta perspectiva, a classe social ou *status* étnico determinariam as atitudes e os valores de um grupo ou estes seriam mera falsa consciência, imposta pelos mecanismos capitalistas de socialização, como as universidades e os meios de comunicação (*idem*, p. x).

A crítica de direita, por sua vez, tinha como base o argumento da teoria da escolha racional. Os estudos de política, mercado e modelos de barganha, baseados na utilização

de instrumentos da economia, confrontavam e deslegitimavam a teoria da cultura política, pois partiam do pressuposto da existência de atores racionais e maximizadores de curto prazo. O estudo de cultura política era, portanto, desnecessário e dispendioso, tendo em vista que as motivações para a ação eram sempre definidas pelo cálculo de custo/benefício. Nessa perspectiva, “political culture was not problematic, it was a given” (*idem*, p. xi).

Se nas décadas de 60 e 70, a ciência política viu-se dominada pelos reducionismos de esquerda e de direita, segundo *idem*, 1994, p. xi, nos anos 80, esses movimentos começaram a arrefecer e a perder crédito. O pensamento marxista passou a aceitar conceitos como pluralismo, autonomia governamental, interrelação entre estrutura econômica e política e a importância de valores e atitudes no funcionamento das instituições políticas e econômicas. Também a perspectiva da escolha racional buscou contextualizar o modelo racionalista, estudando instituições, regras, valores e crenças (*idem*, p. xi).

A essa etapa seguiu-se o terceiro período mencionado por Almond, caracterizado pelo renascimento da teoria da cultura política e ilustrado pelo número significativo de publicações sobre o tema nos últimos anos. O ambiente acadêmico tornou-se novamente propício ao ecletismo metodológico, com o refluxo do domínio das abordagens racionalistas e marxistas nas ciências sociais (Almond, 1994, p. 12).

Tendo em mente que o atual período é de revitalização do estudo de cultura política, vale destacar as principais influências teóricas desse conceito. A influência da sociologia europeia nos estudos de cultura política deu-se por intermédio dos trabalhos de Max Weber (Almond, 1980, p. 11). Valores, atitudes e sentimentos são variáveis independentes centrais na análise weberiana. Os estudos sobre religião, entre eles a relação entre o *ethos* capitalista e a ética protestante, são exemplos do empenho de Weber na defesa da importância das orientações subjetivas para as mudanças estruturais. Os tipos de dominação apontados por esse autor são modos de legitimação de

regimes políticos baseados em valores, assim como a filiação partidária é fruto da opção subjetiva (Almond, 1980, pp. 11-12).

A influência dos estudos de psicologia social também foi marcante no desenho de pesquisa do *The Civic Culture* (Almond, 1980, p. 12). O objetivo dessas pesquisas era examinar a relação entre comportamentos e atitudes de indivíduos em contato com outros indivíduos e grupos sociais. O elemento básico da análise sócio-psicológica consistia na atitude individual, definida como “a propensity in an individual to perceive, interpret, and act toward a particular object in particular ways” (Almond, 1980, p. 13). Um exemplo dessa corrente é o *The Authoritarian Personality*, de Adorno *et. alii*, que representou um esforço de análise da relação entre atitudes racistas e preconceituosas e o tipo de regime político (*idem*, p. 13).

Outra fonte de inspiração para a teoria da cultura política são os estudos de psico-antropologia. A propensão à adoção de certos valores era interpretada como fruto da socialização na infância, motivação inconsciente e mecanismos psicológicos (*idem*, p. 14). Ao estudar a cultura política de diferentes nações como se constituíssem um ‘caráter nacional’, baseando essas análises apenas nas impressões subjetivas dos autores sobre socialização e motivações inconscientes, a perspectiva psico-antropológica começou a perder crédito no período pós-II Guerra Mundial. As interpretações sobre ‘caráter nacional’ passaram a ser consideradas como preconceituosas. Para superar essas críticas, alguns pesquisadores enfatizaram a necessidade de utilização de análises estatísticas e amostras probabilísticas, a fim de garantir maior objetividade e precisão aos estudos (*idem*, p. 14).

The Civic Culture adotou, além dessas tradições, o modelo liberal democrático de cidadania. O cidadão envolvido e ativo na vida política — com uma participação informada e racional, e, ao mesmo tempo, propenso à passividade, confiança e deferência à autoridade — é o protótipo desse padrão. O objetivo era avaliar a distribuição desse cidadão pelos vá-

rios países e, assim, contribuir para uma teoria científica da democracia, além de promover a difusão de uma cultura democrática (Kavanagh, 1980, p. 26).

Nesse sentido, o medo da ameaça autoritária no pós-guerra influenciou decisivamente as pesquisas sobre cultura política. O desafio em compreender o sucesso da democracia em alguns lugares e o seu fracasso em outros foi fundamental para definir um desenho de pesquisa cujo pressuposto era a complexa relação entre cultura política e estabilidade democrática (Almond, 1980, pp. 16-20). A preocupação com as condições para a estabilidade democrática, com os valores culturais mais adequados à manutenção dessa estabilidade, em meio à modernização sócio-econômica e ao desenvolvimento político, foi a motivação principal para os estudos iniciais de cultura política (Kavanagh, 1980, p. 126).¹ Buscava-se descobrir os valores mais intimamente associados à democracia de massas (Verba, 1980, p. 407).

A utilização do enfoque elitista e realista — que também integra a tradição anglo-americana de análise da democracia, no qual as qualidades individuais de civilidade, tradição e tolerância das elites, e a apatia moderada e deferência das massas — são vistas como salvaguardas da democracia, estava presente em *The Civic Culture* e demais estudos que o tinham como base (Kavanagh, 1980, p. 126). O próprio Almond se posiciona como um membro dessa linhagem acadêmica. “The authors of *The Civic Culture* were the heirs of this intellectual tradition and were seeking to test this theory of stable democracy in the dramatic laboratory of recent history” (Almond, 1980, p. 22).

Todavia, os pressupostos teóricos da cultura política não estão livres de críticas. As principais causas de polêmica em torno dos estudos de cultura política nos últimos anos são as seguintes: 1) definições sobre os conteúdos das culturas políticas; 2) controvérsias sobre a separação entre cultura política e estrutura política; e 3) dúvidas sobre o caráter causal dessa relação (*idem*, p. 26). Vale destacar que essas três questões estão intimamente associadas.

Entre essas críticas, a de mais fácil con-

testação, para Almond, refere-se à relação entre cultura política e estrutura política. “Throughout the study the development of specific cultural patterns in particular countries is explained by reference to particular historical experiences” (*idem*, p. 29).

No entanto, essa flexível relação de causalidade entre a cultura política e a estrutura política defendida por Almond encontra-se, frequentemente, na origem das críticas melhor fundamentadas sobre seu poder explicativo. Os problemas 2 e 3, apontados por Almond, parecem estar mais intimamente ligados do que ele percebe. A definição do tipo e magnitude da relação existente entre cultura e estrutura política amplia a capacidade explicativa da teoria.

O presente artigo pretende explorar os principais argumentos e críticas dos estudos contemporâneos da corrente dominante da teoria da cultura política. Inicialmente serão destacadas as principais críticas. Posteriormente, deverá proceder-se à análise de como alguns conceitos básicos da teoria da cultura política, se empregados corretamente, podem contribuir para ampliar sua capacidade explicativa. A própria relação entre cultura e estrutura político-social, ponto nevrálgico desse debate, pode ser melhor especificada quando da correta utilização das categorias da corrente dominante dos estudos de cultura política.

Visão Geral do Debate

A primeira contribuição a ser discutida é a de Street (1993), que procura definir o papel da cultura política como decisivo para a explicação da ação política. Segundo o autor, a teoria da cultura política deve não apenas preencher algumas lacunas, como também oferecer uma explicação completa sobre a ação política. Ela deve ser mais convincente do que as abordagens materialistas e da escolha racional. A teoria da cultura política deve fornecer, no mínimo, subsídios que comprovem a relevância dos aspectos culturais para a explicação do comportamento político (*idem*, p. 96).

De acordo com o autor, alguns acontecimentos atuais têm propiciado a retomada da

discussão sobre cultura política. Os colapsos de regimes marxistas e o florescimento de nacionalismos favorecem o debate sobre legitimidade e identidade, fatores fortemente influenciados por aspectos culturais. Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação no comportamento político e sobre os valores pós-modernos também contribuem fortemente para a redescoberta dos conceitos utilizados na teoria da cultura política (Street, 1993, p. 96).

No entanto, outros problemas têm que ser enfrentados, quando os conceitos ligados à teoria da cultura política são utilizados. Por que a cultura política de um país assume determinada forma? O que é cultura política? O que ela explica e como é explicada? Essas dúvidas são formuladas em três momentos importantes da história da cultura política: 1) a publicação de *The Civic Culture* nos anos 60; 2) a publicação de *The Civic Culture Revisited* em 1981; e 3) a publicação dos estudos contemporâneos de cultura política. A revisão de Street tem como objetivo apresentar as diferentes perspectivas assumidas nos períodos já mencionados, acerca dessa discussão (*idem*, p. 97).

O primeiro momento dos estudos de cultura política tem como principal representante o livro de Almond e Verba, *The Civic Culture*. A definição de cultura política, os conceitos centrais e os principais motivos para críticas futuras foram apresentados nessa obra (*idem*, p. 97). Street concorda que o principal foco de críticas diz respeito à relação estabelecida entre cultura política e estrutura política, ou ao papel da cultura política no processo político. Para Almond e Verba, a cultura política forma o contexto da ação política e provê o ambiente para a mudança ou continuação de um certo regime político (*idem*, p. 98). A cultura política e a estrutura política só são separadas no nível analítico para permitir o estudo de sua congruência. Os objetivos de testar a compatibilidade entre cultura política e instituições políticas e de delinear o tipo de cultura associada à democracia — i. e., a cultura cívica — estão implícitos no desenho de pesquisa desse estudo (*idem*, p. 98).

Este último ponto diz respeito às formas

de integração entre as atitudes e valores políticos dos cidadãos, por um lado, e o funcionamento dos sistemas políticos, por outro. Para Almond e Verba, segundo Street, a resposta reside na ligação, proporcionada pela cultura política, entre o âmbito micro dos comportamentos individuais e o âmbito macro do funcionamento dos sistemas políticos. São as atitudes e opiniões individuais, não apenas políticas, coletadas pelos *surveys*, que constituem o material empírico para a definição das características da cultura política. O fenômeno coletivo, a cultura, é definido pelo comportamento individual tomado de forma agregada, e essa variável está relacionada ao funcionamento geral do sistema político (*idem*, p. 98).

Para Street, a relação entre cultura política e estrutura política é um ponto confuso da análise de Almond e Verba. Apesar de tentar englobar os níveis macro e micro de análise política, *The Civic Culture* não consegue descrever de forma clara a relação entre esses níveis. O enfoque no aspecto comparativo do estudo não permite a discussão aprofundada da relação entre cultura política e estrutura política dentro de cada país. Por esse motivo, fatores como as origens da cultura, sua forma e disseminação não são analisadas detalhadamente nos casos estudados (*idem*, p. 99).

Já os capítulos teóricos da coletânea *The Civic Culture Revisited*, marco do segundo grande momento da história do debate teórico sobre cultura política, incluem perspectivas reformistas de aceitação e também de rejeição desse modelo (*idem*, p. 99). A crítica mais dura à relação entre cultura política e estrutura política nega a postura defendida por Almond e Verba, sustentando por sua vez, que a primeira é apenas efeito da segunda. A estrutura política seria a variável independente, no caso. A capacidade explicativa do conceito cultura política é questionada pela crítica marxista que alega a falta de preocupação em *The Civic Culture* com variáveis econômicas e políticas. A ausência de consideração à estrutura econômica e política por esses estudos impossibili-

taria uma real avaliação dos interesses e posicionamentos do cidadão.

Em resposta, Lijphart, um representante dos estudiosos que aceitam a visão almondiana sobre cultura política, alega ser um engano das análises críticas ver de forma tão restrita a definição da relação entre cultura política e estrutura política, dada por Almond e Verba. Segundo este autor, há uma relação de mão dupla e de causalidade cruzada entre essas duas dimensões. A estrutura política, em outras palavras, é causa e efeito da cultura política (Street, 1993, pp. 100-101).

A outra fonte de críticas centra-se na incapacidade de *The Civic Culture* em definir as variáveis associadas à formação da cultura política, o que também se refere à relação entre cultura e estrutura política. A simples referência à socialização política não é suficiente para descrever a complexidade do fenômeno. Propõe-se a adoção de uma abordagem interpretativa, baseada na interconexão entre estrutura política e cultura política, na qual essa última assume uma posição constitutiva da ação política, e não meramente instrumental, visto ser essa uma parte central na vida do cidadão e não apenas uma disposição frente a políticas públicas (*idem*, p. 101).

O terceiro momento é a redescoberta do conceito de cultura política nos anos 80 e 90, a partir da postura interpretativista mencionada acima. As novas definições de cultura política são mais amplas, referindo-se a muitos itens da política. Essa visão confere à cultura o papel de molde para a ação política (Street, 1993, p. 103). A cultura política é um componente integral da ação política, é o meio pelo qual se criam as preferências (*idem*, p. 104).

O resultado geral da perspectiva contemporânea é uma teoria culturalista da política, na qual as preferências são ensinadas e criadas. A cultura condiciona as escolhas políticas e a ação política (*idem*, p. 105). No caso, a relação entre cultura política e estrutura política é mais complexa, não havendo uma distinção nítida entre essas duas esferas (*idem*, p. 105).

A fim de evitar o detalhamento do tipo de relação existente entre cultura e estrutura polí-

tica, (*idem*, pp. 105-108) adota a perspectiva de que não existe nenhum elo imediato entre estrutura e cultura, mas que as avaliações da ordem política não podem negligenciar os aspectos culturais. As tentativas de ligar cultura política, estrutura política e ação política podem ser melhor entendidas mediante as análises sobre a formação e a sustentação de uma cultura política. O poder explicativo da cultura política só se torna real após uma explicação detalhada da formação da cultura política. Para saber como a cultura molda a ação, é necessário avaliar as formas de acesso da população aos valores dominantes de uma sociedade (*idem*, p. 110).

A tentativa de explicar a formação da cultura política é uma tarefa árdua. Os caminhos tomados pela literatura contemporânea enfatizam a institucionalização e as formas de mediação da cultura, principalmente por intermédio dos meios de comunicação (*idem*, p. 111). A idéia central desses estudos é que a cultura política define os interesses políticos estruturais e é por eles definida. O problema dessa caracterização frouxa da relação entre cultura e estrutura política é que a primeira passa a ser definida por referência a interesses dos quais ela é constitutiva (*idem*, p. 113). A cultura política é vista como base para a ação política, mas a maneira pela qual ela assume esse papel é de difícil entendimento.

A solução proposta por Street para o problema da relação entre cultura e estrutura política é insuficiente. A especificação dessa relação permanece superficial, impedindo qualquer conclusão sobre como essas duas esferas se entrelaçam.

Uma outra revisão tem por objetivo resumir a conceituação dominante de cultura política e indicar alternativas teóricas a essa perspectiva, considerada ineficiente como instrumento analítico da realidade política (Chilcote, 1994). As críticas à corrente principal do debate sobre cultura política acusam-na de reducionismo, viés a favor do modelo político democrático liberal, baixo valor explicativo e falta de autonomia (*idem*, p. 184). A abordagem culturalista tradicional, leia-se a

baseada nos argumentos de Almond e Verba, realizaria generalizações indiscriminadas, seria enviesada por preconceitos ocidentais de modernidade, teria apenas um caráter descritivo e favoreceria a posição dos países democráticos industrializados como mais acessíveis à formação de uma cultura cívica (*idem*, p. 184). A ausência de uma definição clara de democracia e a adoção implícita do modelo liberal democrático anglo-saxão, além de evitar uma análise detalhada da realidade política dos casos estudados, dificultariam o estabelecimento de uma relação clara entre cultura e estrutura política. A consideração sobre o caráter heterogêneo da cultura, influenciado pelas distintas situações em que os cidadãos estão envolvidos, poderia contribuir para definir melhor a relação entre cultura e estrutura política, ampliando a capacidade explicativa do conceito (*idem*, p. 185).

Tendo em vista esse conjunto de críticas, Chilcote conclui que as alternativas teóricas mais viáveis para uma visão radical da cultura e da socialização fazem parte da contribuição marxista (*idem*, p. 187). Nesse sentido, os dois principais eixos do debate são o papel da socialização na formação de consciência de classe e a visão humanista do marxismo, que enfatizam a capacidade cultural humana de transformação da realidade e a eliminação da alienação através da politização dos valores (*idem*, pp. 188-190).

A influência da teoria da escolha racional no pensamento marxista também contribui para a elaboração de uma visão sobre cultura política baseada na escolha individual como norma. Chilcote aponta, baseado na perspectiva de Przeworski e Elster, que as classes sociais e a luta de classes não são determinantes da escolha de posições individuais, embora exerçam influência significativa (*idem*, p. 191). Além desses dois fatores, o surgimento de novos movimentos sociais em áreas como discriminação racial e de gênero, ecologia, diversidade étnico-cultural e religião contribui para questionar a corrente dominante de estudos sobre cultura política, assim como os pa-

drões tradicionais da cultura liberal democrática ocidental (*idem*, p. 193).

As críticas apontadas por Street e Chilcote referem-se basicamente à relação entre cultura política e estrutura política, ao viés liberal democrático e à capacidade explicativa da tradição almondiana de análise da cultura política. Todos os três fatores estão intimamente ligados. Os dois autores indicam a existência de uma nova corrente de estudos culturalistas que pretende solucionar as dificuldades da interpretação tradicional. No entanto, as perspectivas alternativas à corrente dominante de estudos sobre cultura política não apresentam soluções satisfatórias para os problemas da relação entre cultura e estrutura política, que continua definida de forma imprecisa.

Por outro lado, tomados alguns cuidados e feitas algumas correções, a abordagem almondiana de cultura política, como será indicado adiante, continua a oferecer um arcabouço conceitual útil para a análise da realidade política. A relação entre cultura política e estrutura política, por exemplo, é mais complexa para Almond do que pensa a maior parte dos críticos, incluindo Street e Chilcote. A abordagem de Almond merece uma discussão mais aprofundada, pois sua definição de cultura política e as categorias a ela associadas continuam a ser utilizadas tanto por adversários quanto por admiradores. Cabe destacar também que outros conceitos e críticas relacionados à cultura política não foram suficientemente explorados por Street e Chilcote, apesar de seu papel central na tentativa de esclarecer a relação entre cultura e estrutura política.

A seguir, o artigo apresenta uma discussão mais detalhada sobre os principais problemas da teoria da cultura política — a relação indeterminada entre cultura e estrutura política, incluindo o viés anglo-americano e as questões referentes à capacidade explicativa do conceito.

A Discussão da Relação entre Cultura Política e Estrutura Política

A relação entre cultura política e estrutura política é, possivelmente, o principal ponto de

críticas à teoria da cultura política. Vários conceitos da teoria da cultura política são questionados e criticados devido à ausência de uma descrição precisa sobre o tipo de relação existente entre a realidade estrutural e o contexto cultural. Nessa seção do artigo serão destacadas algumas posições referentes a essa problemática.

Um primeiro problema diz respeito à definição do *status* das variáveis analisadas. A estabilidade democrática é a variável dependente nas pesquisas de cultura política, mas a identificação da variável independente é mais difícil (Lijphart, 1980, p. 37). A cultura política é vista como uma das variáveis independentes relacionadas à situação de estabilidade democrática (*idem*, p. 38). Mesmo sendo definida como variável independente, isso não implica que haja uma relação de causalidade envolvida na afirmação. Indica apenas que há covariância (*idem*, p. 48). Em *The Civic Culture*, a cultura política e a estrutura política são vistas como interdependentes e mutuamente reforçadoras. Isso fica claro com o uso, por Almond e Verba, de termos que não denotam causalidade, como 'apropriado' e 'congruente'. O destaque conferido à dimensão cognitiva no processo de incorporação de valores — ou seja, no processo de aprendizagem com a realidade política — demonstra que a estrutura política influencia a incorporação da cultura.

"Political cultures are learned" (Verba, 1969, p. 550). Essa afirmação indica que a cultura e a estrutura política estão intimamente associadas, embora seja difícil definir os vetores causais da relação. A cultura é aprendida na infância e juventude e também na fase adulta. Os valores mudam com o tempo, embora sejam em grande medida resistentes. Por outro lado, a herança histórica, transmitida intergerações, e não apenas a experiência individual, está ligada à formação da cultura política (*idem*, pp. 551-553).

O reconhecimento da postura flexível de Almond sobre a relação causal entre cultura e estrutura política também é indicada por Diamond (1994, p. 9). Para ele, Almond afirma que a estrutura e as atitudes políticas dos atores

são mutuamente influenciadas. A cultura muda em resposta ao desempenho do regime, às experiências históricas e à socialização. Outro aspecto que demonstra a complexidade dessa relação é a influência de variáveis como mudanças sócio-econômicas, situações internacionais e funcionamento do próprio regime no comportamento e nos valores da população de um país. Finalmente, Diamond destaca que o determinismo cultural de que acusam Almond é incompatível com a mudança na cultura política, sendo essa uma das características do conceito de cultura política definido em *The Civic Culture*. Se fosse esse o caso, a consolidação da democracia em países que atravessaram processos de transição do autoritarismo para a democracia seria impossível, o que de forma alguma está de acordo com os pressupostos da teoria da cultura política elaborados por Almond e Verba (*idem*, p. 9).

A cultura política é melhor concebida como o depósito de sedimentos históricos de várias épocas e não apenas como o legado de um passado comum (*idem*, p. 230). Embora esteja ligada à estabilidade da democracia, é muito difícil determinar o seu papel específico na definição da estrutura política. As cadeias causais para a explicação da estabilidade democrática ainda não foram decisivamente elaboradas pela ciência política (*idem*, p. 238). Para Diamond, a cultura política é uma variável interveniente na explicação da sobrevivência de um regime político, ao lado de outras variáveis como história, estrutura social, mudança econômica, instituições políticas e ambiente internacional (*idem*, p. 238).

As alterações no rumo da democracia não têm como pressuposto uma mudança cultural ampla, mas, sem dúvida, passam pela mudança de valores e crenças de uma elite governante. A democratização precipita um ciclo contínuo de influência recíprocas entre novas atitudes, novas instituições, novas configurações sociais, novos condicionamentos e novos valores e crenças (*idem*, p. 239).

Parece haver um consenso sobre a relação entre cultura e estrutura política no sentido apontado por Diamond, "clearly, political cul-

ture is both effect and cause, and its significance in both these respects varies across countries, across historical periods, and across phases within a single process of regime change” (*idem*, p. 239).

Nesse sentido, Inglehart, analisando dados de vários países desenvolvidos da Europa, comprova que os aspectos culturais apresentam uma relação bastante complexa com as respectivas estruturas políticas. As culturas políticas mudam, mas alguns valores persistem no tempo (Inglehart, 1988, pp. 1204-1207). As diferenças entre as nações, no que tange à persistência de certos valores, decorrem das peculiaridades históricas e circunstanciais.

Algumas variáveis culturais são mais propícias a alterações circunstanciais, enquanto outros aspectos são mais duradouros. Segundo Inglehart, os aspectos duradouros exercem uma maior influência na estrutura política (*idem*, p. 1207). As variáveis mais correlacionadas com a estrutura política — especificamente, a estabilidade do regime democrático — são confiança mútua, níveis de satisfação geral com a vida, defesa da sociedade em que vivem (*idem*, p. 1209). Tal síndrome cultural compatível com a democracia é associada ao nível econômico da sociedade. Segundo Inglehart, as sociedades mais desenvolvidas têm um perfil mais favorável à estabilidade democrática (*idem*, p. 1211).

Quanto à relação entre cultura política e viabilidade das instituições democráticas a partir da relação complexa descrita acima, Inglehart adianta que não é possível nenhuma conclusão, tendo em vista a limitação dos dados disponíveis. Preliminarmente, sugere que os fatores culturais desempenham um papel de destaque no desenvolvimento político e econômico (*idem*, p. 1212). O desenvolvimento econômico não garante a democratização: apenas quando altera o padrão cultural vigente, pode produzir tal resultado. Assim, parece que “political culture is a crucial link between economic development and democracy” (*idem*, p. 1213). As variáveis culturais e os fatores econômicos estão associados à viabilidade da democracia. A democracia liberal é resultado de

um conjunto de aspectos econômicos e mudanças valorativas.

Muller e Seligson defendem a idéia de que a cultura política é afetada pela estrutura política de forma mais evidente do que o processo inverso (1994, p. 635). Embora concordem com Inglehart sobre a importância dos valores e atitudes do público para a estabilidade democrática, consideram o modelo de análise utilizado por ele pouco apto para definir com precisão o tipo de relação existente entre cultura política e democracia. Na análise desses autores, os dados não autorizam qualquer conclusão que ateste uma possível relação de causalidade entre cultura política e democracia (Muller e Seligson, 1994, p. 637). Além disso, o resultado dos testes indica que a cultura não é a variável mais importante para a estabilidade democrática. A desigualdade econômica, seguida do pluralismo de subculturas, exerce maior influência (*idem*, pp. 645-646). A confiança mútua, ao invés do que Inglehart defende, é uma causa da convivência política entre os cidadãos, produto direto da democracia. A relação de causalidade entre estrutura política e cultura política, contudo, não pode ser comprovada com os dados disponíveis (*idem*, p. 647). Parece haver sempre uma limitação nas informações obtidas, impedindo conclusões confiáveis a respeito do tema.

Até aqui, a discussão centrou-se na relação entre cultura e mudança da estrutura política. Um outro ângulo a ser explorado é a mudança nos valores que constituem a própria cultura política. Após o estudo inicial de 1963, vários *surveys* foram realizados nos mesmos países e em outros, permitindo um acompanhamento da persistência e da mudança de certos valores (Almond, 1990, p. 146). No caso dos países desenvolvidos, constatou-se uma alteração significativa no padrão básico de alguns casos, representada pelo avanço no sentido da consolidação da cultura cívica em algumas sociedades e pelo retrocesso em outras. A combinação da experiência histórica com a mudança nos padrões de socialização política está intimamente associada às mudanças culturais nos países desenvolvidos (*idem*, p. 147).

Contudo, o estudo de países comunistas demonstra que a cultura política não é tão flexível assim. O argumento principal é o de que, apesar dos grandes esforços de doutrinação e manipulação por parte dos regimes, poucas mudanças ocorreram na cultura desses países (*idem*, p. 148). A persistência dos valores culturais, a despeito das drásticas mudanças estruturais, fortalece o argumento de Almond sobre a autonomia relativa da cultura política. Ao contrário do que defendem alguns críticos, a cultura política não seria determinada pela estrutura política (*idem*, p. 148). Do mesmo modo, o desenvolvimento econômico da Ásia oriental, em contraste com o atraso dos países influenciados pelo Islã e pelo induísmo, são fortes indicadores da relevância dos fatores culturais na definição da estrutura política e econômica (*idem*, p. 148).

Segundo Kavanagh (1969, pp. 137-138), são quatro as fontes de mudança na cultura política. A primeira é a mera mudança na configuração da população nacional. Ligado a esse fator, encontra-se o segundo — as mudanças de gerações. As alterações no estilo de vida individuais — decorrentes da passagem do tempo e de eventos como o casamento e a aquisição de propriedades — consubstanciam o terceiro tipo de estímulo. Por último, as mudanças culturais podem ser afetadas por alterações na estrutura política e econômica do país.

A mudança entre gerações é tida como uma das principais causas da alteração nos padrões culturais. O convívio com longos períodos de estabilidade econômica e paz propiciou a valorização de crenças pós-materiais nas populações dos países afluentes (Inglehart, 1988, p. 1224). A ausência de preocupações com bens materiais é decorrente da prosperidade econômica e da ausência de guerras que marcaram o período pós-1945.

Ao contrário das gerações anteriores, os grupos socializados após a II Guerra Mundial apresentaram maior interesse por assuntos como qualidade de vida e sentimento de comunidade, ao invés de se preocuparem com a posse de bens materiais, que era o padrão

anterior (*idem*, p. 1224). A consequência imediata dessa mudança de gerações e de seus padrões culturais é a nova ênfase em problemas como proteção ecológica e melhoria da qualidade de vida, às custas até do crescimento econômico. Dessa forma, “the publics of relatively rich societies are least likely to emphasize materialist values and most likely to emphasize postmaterialistic ones” (*idem*, p. 1224).

Também nas pesquisas sobre cultura política e desenvolvimento, a mudança entre gerações é uma variável central nos estudos (Pye e Verba, 1969). Segundo Verba, as crenças políticas fundamentais, além de extremamente importantes para o estudo da mudança, são guias para as mudanças estruturais, assim como elementos estabilizadores e opositores às alterações no arcabouço institucional (Verba, 1969, pp. 519-520). Portanto, usando as palavras de Verba, “it is possible for a culture to incorporate change as part of its fundamental belief system” (Verba, 1969, p. 520).

No caso, há um limite nos padrões culturais que conferem sentido ao processo político, sendo esses padrões distintos conforme as sociedades. Cada geração adapta os valores herdados para as específicas situações históricas, possibilitando a mudança nas interpretações sobre a melhor forma de ação política e, com isso, influenciando o próprio processo político (Pye, 1969, p. 7).

“This is to say that in any operating political system there is an ordered subjective realm of politics which gives meaning to the polity, discipline to institutions, and social relevance to individual acts” (*idem*, p. 7).

As várias expressões de valores políticos — seja nas atitudes dos líderes, no imaginário popular, seja no ‘espírito’ das instituições, ou no estilo das leis — constituem uma rede inteligível de relações. A cultura política define o contexto no qual a ação política se desenvolve e é produto das experiências particulares de cada cidadão com o sistema político e da história coletiva desse sistema (*idem*, p. 8). A cultura política forma o pano de fundo das expectativas dos cidadãos sobre a realidade política e enfatiza ideais acerca de qual é o

melhor sistema público disponível (*idem*, p. 9). A aplicação dos conceitos de cultura política às questões de desenvolvimento político contribui para elucidar os distintos padrões desse processo, além de indicar as causas da sua frustração.

O processo de desenvolvimento político é caracterizado por Pye (1969, p. 13) como de crescente respeito à população como um todo, passando os cidadãos a serem vistos como sujeitos da ação e não como sujeitos à ação. Esse processo envolve uma maior sensibilidade aos valores igualitários e uma aceitação do caráter universal da norma legal, um aumento da capacidade do sistema político para administrar os interesses públicos, controlar as contradições e dar respostas às demandas públicas, e, por último, uma maior diferenciação estrutural com maior especialização funcional. Esse leque de fatores está intimamente associado às percepções populares marcadas pela cultura política, por isso ela é tão significativa para o esforço de caracterização e classificação do desenvolvimento político.

Os estudos realizados sobre a relação entre desenvolvimento político e cultura política apresentaram algumas generalizações. A primeira delas é que em nenhuma sociedade há uma cultura política homogênea. As principais diferenças existentes ocorrem entre cultura política das elites e das massas. Outra diz respeito ao embate entre valores modernos e tradicionais. O choque entre as diferentes subculturas não está descartado.

Uma segunda generalização diz respeito ao conteúdo da cultura política. Os temas centrais das atitudes políticas referem-se a valores como confiança e desconfiança mútua, igualdade e hierarquia, liberdade e coerção, comprometer-se com princípios universais e com interesses paroquiais. Quanto mais prevalecem os valores de igualdade, liberdade, confiança mútua e comprometer-se com princípios universais, mais democrática e desenvolvida é uma sociedade (*idem*, pp. 13-24).

A aceitação da mudança contínua no regime político é uma das marcas da modernidade — “the institutionalization of innovation”

(Verba, 1969, p. 520). A mudança nos valores passa a ser vista como necessária para a sustentação de reformas na estrutura política. Nesse sentido, a manipulação dos aspectos culturais pelas elites é uma estratégia para a consecução de objetivos reformistas. Nos países em desenvolvimento, as tarefas de construção da nação e de sua cultura política estão ainda mais interligadas, pois a idéia de mudança torna-se um valor (*idem*, p. 520).

A construção da democracia, portanto, confunde-se com a de desenvolvimento político, constituindo uma das preocupações centrais dos estudos sobre mudança na cultura política (Diamond, 1994). Segundo o autor, a existência de uma mudança prévia nos valores e concepções das elites sobre o sistema político é o primeiro passo no sentido da democratização, seguido por uma ampliação dessa postura cultural para os demais setores da sociedade (*idem*, p. 239). Entretanto, no segundo momento, de expansão dos valores democráticos para as massas, é fundamental que essa aceitação ocorra para permitir a consolidação do regime democrático.

Assim, a cultura política afeta os processos de democratização, mudando crenças e percepções das elites e das massas e revitalizando normas e preferências democráticas. Os valores e comportamentos democráticos devem ser renovados continuamente, de maneira a evitar a erosão da democratização. A tarefa da democracia é a reforma institucional. Tanto a estrutura política quanto a cultura política devem estar abertas a mudanças no regime democrático (*idem*, pp. 239-243). Trata-se da institucionalização da inovação. A idéia apresentada acima de incorporação da mudança como valor está implícita na abordagem de Diamond.

Fica claro que os estudos sobre mudança da cultura política contribuem significativamente para a melhor compreensão das relações entre cultura e estrutura política. A persistência de certos valores, mesmo em um ambiente de intensa mudança institucional, é um forte indicio da independência da cultura política e de sua capacidade explicativa (Almond, 1990, p.

149). Ademais, a mudança nos valores culturais implica no estudo das causas dessa mudança, o que permite avaliar as variáveis relacionadas à formação da cultura política. Permite, portanto, analisar a influência da estrutura política na cultura política, confirmando a postura almondiana de considerar essa relação extremamente complexa (*idem*, p. 149).

A idéia da estabilidade e da mudança da cultura, na maior parte dos estudos acima listados, parece ter como pressuposto a homogeneidade cultural. Contudo, a mudança em certos valores culturais, convivendo com a estabilidade de outros, leva ao surgimento de diferenciações internas em uma cultura política. Lidar com a heterogeneidade cultural passa a ser uma das questões centrais dos estudos sobre cultura política e sua relação com a estrutura política. O enfoque nesse aspecto possibilita a identificação dos valores culturais mais fortemente afetados pela estrutura política e das formas desiguais de difusão das mudanças valorativas pela sociedade.

Os estudos sobre psico-antropologia, apontados por Almond (1980, p. 14) como uma das principais influências nas pesquisas sobre cultura política, foram também os primeiros a lidar rigorosamente com a questão das subculturas políticas, ou seja, diferenças pontuais ou graduais no interior de uma mesma cultura. A noção de heterogeneidade cultural das sociedades modernas passou a ser explorada em estudos de subculturas, papéis e *status* cultural. A preocupação com a utilização de técnicas probabilísticas de amostragem e com análise estatística dos resultados apresentados pelas distintas culturas e subculturas políticas é uma herança dessa tradição de estudo do comportamento humano (*idem*, p. 15).

As crenças que não são consensuais em uma sociedade não podem ser excluídas das pesquisas sobre cultura política, sobretudo em sociedades complexas como as atuais. A melhor caracterização do padrão cultural de uma nação tem que se ater não apenas à identificação de uma série de valores culturais dominantes, mas contemplar igualmente os grupos que aderem ou não a esse padrão (Verba, 1969, p. 525).

As causas de diferenciação em uma cultura política e a extensão de valores divididos em uma sociedade constituem fontes centrais para a descrição da cultura política de um país e de sua relação com a estrutura política. As diferenciações mais comuns estão associadas às divisões entre pensamento das elites e das massas, entre regiões ou devido a distinções étnicas. Embora algumas subculturas sejam mais evidentes que outras em certos momentos históricos, consequência direta de sua maior proximidade com os centros de poder ou de difusão de informação, poucas subculturas podem ser ignoradas nos períodos de desenvolvimento político e modernização econômica (*idem*, p. 526). Em contrapartida, a ausência de subculturas políticas bem definidas em um caso pode significar uma maior coesão dessa sociedade (*idem*, p. 526).

Diamond também destaca a relevância da subcultura para a melhor caracterização da cultura política de uma sociedade (1994). Segundo ele, o fato de uma nação ter um padrão cultural geral não impossibilita a convivência de subculturas nesse ambiente. Na verdade, as distinções nos conjuntos de valores mostram-se mais comuns internamente aos países do que entre diferentes países (Diamond, 1994, p. 8). Segundo ele, "... it is at least somewhat misleading to talk of the political culture of a nation, except as a distinctive mixture or balance of orientations" (*idem*, p. 8).

As culturas políticas são, de fato, culturas mistas, formadas a partir das interpretações distintas e percepções desiguais dos vários períodos históricos (*idem*, p. 230). Além das diferenças entre elite e massa, regiões, etnias e religiões, os distintos ambientes institucionais — como os militares, a burocracia e a universidade — podem ser fontes de diferenciações internas em uma cultura política (Diamond, 1994, p. 8).

Visando identificar uma das causas de formação de subculturas políticas, a pesquisa de Erikson, Melver e Wright pretende balizar o peso das características regionais na definição dos valores e critérios da participação política nos EUA. Segundo os autores, as unida-

des estaduais são importantes definidores da identificação partidária e ideológica de seus cidadãos, mais até do que as características demográficas dessas populações, como religião, situação econômica e raça. O estudo, portanto, concentra-se em dois itens da cultura política — identificação partidária e ideológica — e destaca a importância do estado onde o cidadão mora para a formação de subculturas dentro da cultura política norte-americana. Em resumo dos próprios autores, “Knowing a person’s state, therefore, does add to our ability to forecast a person’s partisanship or ideology beyond what we know from the person’s demographic characteristics alone or even beyond what we know from the person’s demographics and region together” (Erikson, McIver e Wright, 1987, p. 799).

Os contextos históricos, políticos e sociais de cada estado são os responsáveis por suas especificidades culturais. A principal conclusão é que as atitudes políticas dos norte-americanos variam diretamente com o estado em que vivem. O *locus* residencial é mais uma variável para a análise de uma subcultura.

Tratando também dessa problemática, mas adotando um enfoque diferente, a crítica de Pateman tem como um de seus aspectos centrais a omissão dos autores de *The Civic Culture* frente às razões das diferenças marcantes baseadas em *status* ocupacional e gênero na cultura política da Inglaterra e dos Estados Unidos. Almond e Verba não indagam sobre os motivos dos desvios observáveis no interior cultura política, e por isso nunca questionam a relação entre diferenças internas de uma cultura e igualdade formal institucionalizada (Pateman, 1980, p. 60). Os problemas internos de cada país — como a formação de subculturas distintas, no caso americano e britânico, sobre as visões de competência e participação política do cidadão — nunca são questionados, porque o paradigma liberal jamais é posto em dúvida. As subculturas não são, segundo Pateman (1980, pp. 71-75), apenas uma indicação do caráter pluralista dessas sociedades. No caso americano, as diferenciações são tão drásticas que é mais realístico se pensar em

uma cultura política dividida do que em subculturas políticas (*idem*, p. 76).

Apesar do indiscutível destaque atribuído ao conceito de subcultura política para um entendimento mais completo do contexto cultural de uma sociedade, pouca ênfase é dada aos fatores associados à formação das diferenciações internas dentro de uma cultura política mais ampla. A pesquisa de Lieske (1993, p. 890) visa testar as fontes de formação das culturas políticas — como origem racial, etnicidade, religião e estrutura social — enquanto critérios de definição das subculturas. A definição de subcultura adotada por este autor é: “following Wildavsky’s concept of ‘general’ culture, (...) I view a subculture as a ‘way of life’ and system of shared values that legitimate a preferred set of social relationships” (Lieske, 1993, p. 891).

Segundo seu modelo causal, a ancestralidade étnico-racial e a orientação religiosa são as principais causas de formação de subculturas. As estruturas sociais servem para delinear estilos de vida alternativos, decorrentes da influência de fatores como urbanização, resistência de tradições rurais, mobilidade social, *status* social, desigualdade social e estrutura familiar. Uma subcultura política regional é marcada pela interação desses três conjuntos de variáveis (*idem*, p. 893).

Apesar dos conceitos de mudança na cultura política e de heterogeneidade cultural contribuírem para enriquecer a abordagem culturalista, outros itens da teoria da cultura política restringem sua capacidade de análise da relação entre cultura e estrutura político-social. Uma delas é a adoção do modelo anglo-americano de democracia e liberdade para avaliar os demais países estudados. A definição utilizada foi determinante para a conclusão do estudo em que certos países afastam-se do modelo anglo-americano. Na verdade, realizou-se um estudo comparativo de três modelos distintos de democracia frente ao padrão anglo-americano, testando-se apenas o quanto cada modelo era diferente do tipo ideal. A postura almondiana de análise cultural, na perspectiva dos estudiosos marxistas, por

exemplo, deve não apenas ser reformada, mas também ter seus pressupostos básicos revistos.

Uma sólida objeção ao *The Civic Culture* é apresentada também por Pateman (1980). O seu alvo é a adoção acrítica da teoria descritiva da democracia. O compromisso com os princípios liberais e individualistas dessa tradição de análise da democracia impede o reconhecimento de alguns problemas, observados empiricamente nas próprias pesquisas (*idem*, p. 60). Os teóricos empiricistas da democracia, entre os quais Almond e Verba, nunca questionam a definição de democracia a que se referem, embora assumam o compromisso de detectar a existência de uma cultura política democrática (*idem*, p. 61). Não há a mínima preocupação em definir, de forma clara, as tradições de estudo da democracia; há apenas a identificação com a corrente democrática liberal.

Contudo, como aponta Pateman, essa corrente refere-se a duas tradições de argumento sobre a participação política. A primeira é a perspectiva baseada na definição procedimental de democracia, centrada na representação política, ao passo que a outra é a abordagem participativa da democracia, decorrente das idéias de Stuart Mill e Rousseau (*idem*, p. 59). Por não se ater a essa distinção, os empiricistas restringem-se à visão schumpeteriana de democracia, o que os deixa à mercê das acusações de defensores do *status quo*.

A questão da participação política dos cidadãos, por exemplo, atesta claramente o vínculo entre a discussão de Almond e Verba sobre cultura política e a teoria liberal democrática. O papel do cidadão na visão liberal sempre foi bem definido e limitado (*idem*, p. 62). A participação se restringe aos períodos eleitorais e constitui muito mais uma forma de controle dos governantes do que a possibilidade de envolvimento efetivo no processo de tomada de decisão. O papel central no sistema político pertence às elites; às massas autoriza-se o papel secundário de assegurar que os líderes eleitos não se tornem déspotas (*idem*, p. 63). O cidadão deve ser ativo, mas sem questionar os limites do sistema competitivo ou congestionar o Estado com um excesso de

demandas. A esfera privada continua a ser o ambiente exclusivo de atuação do cidadão (*idem*, p. 65).

A despeito da constatação em *The Civic Culture* de diferenças marcantes de posicionamentos sobre a competência política dos cidadãos — que variam de acordo com *status* ocupacional, nível educacional e sexo, nos EUA e na Inglaterra —, em momento algum se questiona a implicação desse padrão para o regime democrático liberal. Este é tomado apenas com uma indicação do caráter pluralista dessas nações (*idem*, p. 75). O fato do paradigma liberal-democrático nunca ser questionado impede até mesmo maiores articulações entre cultura política e estrutura política. Os problemas estruturais internos dos países jamais são colocados em discussão, pois o arcabouço institucional é tido como correto e inquestionável (*idem*, p. 75).

As diferenças internas de posicionamento sobre a competência política dos cidadãos devido a distintas posições de *status* ocupacional e de gênero indicam também que a cultura política dos EUA e a da Inglaterra são culturas divididas e não apenas subculturas (Pateman, 1980, p. 76). Essas diferenças marcantes de orientação dos dois grupos são creditadas em *The Civic Culture* apenas aos distintos processos de socialização política a que ambos estão sujeitos (*idem*, p. 77).

As falhas na análise da realidade política em *The Civic Culture*, por conta da definição insuficiente de democracia, refletem-se na negligência para com as relações entre classes sociais e diferenças de gênero e as orientações de participação e atividade política. Essas relações, empiricamente comprovadas, não são explicadas ou questionadas. São apenas tomadas como dadas e aceitas como preferências individuais que, casualmente, apresentam um padrão coerente de distribuição (*idem*, p. 60).

O fato da teoria empiricista ignorar a tradição participativa de democracia — na qual a cultura política afeta, de fato, a estrutura política, pois a participação dos indivíduos é um ponto central — contribui para negligenciar a existência de certas posições distintas dentro

de uma cultura política e suas implicações para todo o sistema político. A relação entre diferenças internas na cultura política e igualdade formal institucionalizada jamais é questionada pela abordagem almondiana (*idem*, p. 60). Ou seja, a desigualdade sócio-econômica jamais é articulada à formação de subculturas políticas.

Os achados empíricos da pesquisa de Almond e Verba confirmam a necessidade de ampliar o envolvimento dos cidadãos com o sistema político, no que Pateman (1980, p. 88) chama de democratizar a cultura cívica. Apenas uma mudança institucional no arcabouço democrático dos países avançados — democratizando as estruturas de autoridade da democracia, incentivando a participação política dos cidadãos e amenizando as desigualdades sociais — pode contribuir para esse processo (*idem*, p. 88). Uma cultura política democrática exige uma reestruturação dos padrões de organização da vida cotidiana dos cidadãos. O envolvimento com a política deve ser incentivado. O custo da participação deve ser diminuído para aumentar o número dos envolvidos diretamente no sistema político (*idem*, p. 92).²

Jerzy Wiatr defende uma postura similar à de Carole Pateman. As principais críticas marxistas ao estudo da cultura política dizem respeito à utilização do conceito de democracia no sentido anglo-americano como base para todas as análises e comparações, o que impõe um viés metodológico a favor desse modelo em detrimento de outros e dificulta a análise das peculiaridades de cada país. Da mesma forma, critica-se a não utilização da experiência histórica dos países para descrever a formação das culturas políticas e evita-se uma avaliação da relação entre a estrutura das classes sociais e os valores políticos (Wiatr, 1980, p. 105). O grande problema é compatibilizar pluralismo e competição política com concentração de renda e desigualdades econômicas. Há uma contradição entre os papéis de igualdade política dos cidadãos com papéis desiguais na sociedade e na economia; essa problemática não é incorporada na discussão sobre cultura cívica (Wiatr, 1980, p. 115). Falta uma análise da relação entre realidade sócio-

econômica e as instituições políticas, bem como do impacto dessa relação sobre a cultura política (*idem*, p. 114).

A postura de Almond, acima descrita, é decorrente da defesa, a todo custo, do sistema democrático liberal. Há indiscutivelmente uma posição favorável ao *status quo*, típica de cidadãos que têm seus interesses bem protegidos e que podem esperar participar do sistema. A estratégia de obediência à lei é a melhor para esse grupo (*idem*, p. 115). A orientação pró-*status quo* fica clara, quando se tem em mente a adoção da definição limitada de participação política do cidadão e a exclusão de qualquer atividade que não esteja de acordo com as regras do jogo. No entanto, a apatia política pode ser interpretada como envolvimento crítico no sistema, ao invés de passividade, ao mesmo tempo em que a participação em movimentos radicais anti-sistema não deixa de ser uma expressão democrática de opinião (*idem*, p. 116-117). As clivagens e a polarização política também são expressões democráticas. Outro problema é a ausência de crítica às estruturas políticas para descrever as discrepâncias entre as visões normativas de democracia e a realidade política. A culpa é sempre das disposições psicológicas de certos indivíduos (*idem*, p. 117).

Uma Proposta de Análise da Cultura

Tendo em vista os problemas descritos acima, principalmente os que dizem respeito à relação entre cultura e estrutura política, Lane (1992) propõe uma releitura do modelo dominante de análise da cultura política. Para a autora, os estudiosos de cultura política, sucessores dos trabalhos pioneiros, cometeram três falhas graves. A primeira foi não diferenciar as duas tradições de análise de cultura política: o *The Civic Culture*, de Almond e Verba, e o *Political Culture and Political Development*, de Pye e Verba. A segunda foi empregar o conceito para análises de países, desprezando sua capacidade explicativa em nome de classificações abstratas. Por último, o seu aspecto manipulativo, de poder formar novas culturas (Lane, 1992, p. 364). Lane propõe a utilização

da categoria de cultura política não como um esquema classificatório, mas como um método de análise de certo grupo, tentando articular um modelo de interpretação da sua rede de crenças. Dessa forma,

“a political culture model would be defined as a complex structure of logically linked belief variables, shared by most of a group’s members, about what motivates people; how the group is organized; who should get what and how; what roles each person is allowed or forced to assume; and how, overall, the group is to be organized” (Lane, 1992, p. 365).

Ao enfatizar um modelo de análise sem classificações, a proposta de Lane elimina qualquer possibilidade de viés ocidental, ou de considerar o posicionamento de certa subcultura como menos racional que outra (*idem*, p. 365). Os valores são tidos como diretamente ligados ao comportamento político. O conteúdo específico de cada cultura contribui para prever o desempenho dos cidadãos e instituições no cenário político. Trata-se de uma articulação entre o modelo de cultura política com os pressupostos da teoria da escolha racional, como será mais detalhado adiante.

A distinção entre as duas tradições de análise da cultura política, representadas pelos dois volumes já mencionados, constitui um aspecto central para a elaboração do modelo de interpretação de Lane. Segundo ela, o volume organizado por Pye e Verba apresenta uma abordagem da cultura política que se distancia bastante da elaboração teórica de *The Civic Culture*. Nos capítulos de *Political Culture and Political Development* percebe-se claramente uma visão da heterogeneidade cultural dos países. Há críticas quanto ao sistema de classificação de culturas políticas como parquiais, subordinadas e participativas, é ressaltado o caráter transicional de todas as sociedades e, por último, defende-se a utilização de outras técnicas, além dos *surveys*, para a avaliação das culturas (*idem*, p. 367).

Lane, seguindo Wildavsky (1994), também destaca a importância do estudo de subculturas políticas para a melhor caracterização dos aspectos culturais de uma sociedade.

Quando utiliza o conceito de subculturas, o poder explicativo da teoria da cultura política para o entendimento do comportamento político e dos vínculos entre estrutura e cultura política torna-se maior (*idem*, p. 364). Atende-se à descrição da subcultura política e da cultura política mais geral de uma sociedade, evita-se a comparação com modelos existentes considerados universalmente desejáveis e, com isso, o viés ocidental e liberal (*idem*, p. 365). O conceito de subculturas políticas permite, portanto, uma análise mais realista do cenário político e contribui para a compreensão do comportamento político de grupos sociais específicos. As peculiaridades de cada sociedade são destacadas quando empregam-se os conceitos de heterogeneidade cultural e de culturas políticas (*idem*, p. 375).

O modelo de racionalidade cultural, defendido por Wildavsky (1987), é central para essa nova perspectiva de análise da cultura política. O esforço para elaborar uma explicação do funcionamento e da elaboração dos valores e atitudes, ao invés de unicamente descrevê-los, é o ponto focal do novo modelo. A definição de cultura política, nesse sentido, pode contribuir para a formulação de uma teoria do comportamento político (Lane, 1992, p. 374).

São quatro as proposições principais da abordagem de Wildavsky ressaltadas por Lane. A primeira é que a cultura política não é uma alternativa ao comportamento racional, mas sim um tipo de racionalidade — a racionalidade cultural. As três proposições restantes são a de que a cultura política é construída de forma incremental, de que cada nação é formada por um conjunto de culturas e de que há um número limitado de culturas (*idem*, p. 374).

A primeira afirmação está relacionada à idéia básica da teoria da escolha racional: todo comportamento é motivado pela racionalidade econômica de curto prazo. Para Wildavsky, as motivações culturais exercem influência na tomada de decisão dos atores, podendo maximizar ou não a utilidade econômica. Contudo esta última não é a única forma de motivação

para a ação política (Wildavsky, 1987). O contexto cultural joga papel decisivo na definição de quais são as ações preferenciais. A concepção de lucro é influenciada por parâmetros valorativos.

Já o fato de a cultura política ser formada incrementalmente e de cada nação comportar um conjunto de culturas distintas (proposições 2 e 3) refere-se aos processos causais que geram mudanças na cultura. A racionalidade adaptativa lida com ações que se alteram devido às circunstâncias estruturais e à experiência histórica de tomada de decisão (Lane, 1992, p. 375). As lições aprendidas com esses processos são absorvidas distintamente pelos diferentes grupos sociais. Dessa forma, cada nação é formada por uma mistura de diferentes culturas políticas. Atentar para esse fenômeno contribui para ampliar o poder explicativo do conceito, tornando-o mais preciso. O intuito de classificação das nações é substituído pelo esforço de caracterização da dinâmica de interação entre os diversos grupos pertencentes a uma certa nação (*idem*, p. 375).

Finalmente, a quarta proposição, no que concerne aos tipos de cultura política existente, é de que há um número limitado de padrões de ordenamento social e político que condicionam a atuação dos atores identificados com essa cultura (*idem*, p. 376).

O modelo proposto tenta explicar a relação entre as motivações interiores e a atuação política dos atores. O pressuposto básico do modelo é de que se os atores são guiados por certos valores e crenças e se as circunstâncias permitem algumas opções, o ator escolherá uma delas. Se no futuro a escolha mostra-se compatível com os valores e crenças do ator, ela será repetida (*idem*, p. 376). A análise parte de uma caracterização da cultura política em determinado momento, seguida pela interação dessa cultura com uma circunstância política prática e daí para a avaliação da ação tomada pelo grupo e de seu efeito no meio ambiente político. Lane denomina esse 'desdobramento' de "cultural cycle" (*idem*, p. 377).

No entanto, outros aspectos da abordagem de Wildavsky, vitais para a melhor com-

preensão dessa outra perspectiva de análise cultural, não foram destacados por Lane. Wildavsky enfatiza o processo de formação de preferências mediante as características de fronteiras e prescrições culturais. O seu objetivo central é trazer as vontades, preferências, valores e ideais humanos para o centro da análise científica sobre política (Wildavsky, 1987, p. 3-5).

O ponto de partida é a formação de preferências e interesses com base na interação social. As relações sociais e a identificação individual com certo grupo são as variáveis associadas à formação das preferências (*idem*, p. 4). As escolhas são limitadas pela sua viabilidade social. Apenas as opções legitimadas e aceitas pelos demais membros do grupo podem ser vividas. Entre essas estão abertas escolhas sobre o estilo de vida e sobre as preferências políticas possíveis (*idem*, p. 4).

A teoria culturalista defende que as preferências são endógenas, internas às organizações, e emergem de interações sociais entre culturas distintas. As decisões, por sua vez, são fruto de escolhas de cultura, de valores legitimadores de diferentes práticas sociais. Não há portanto a separação entre valores e relações sociais racionalizadas. As justificativas para a ação social dependem da legitimação dos aspectos culturais (*idem*, p. 5). Por isso, a cultura se forma no processo de tomada de decisão.

A identificação com uma cultura, que se dá através do conflito entre padrões valorativos, é o ponto de partida para a formação de preferências. São as diferenças entre os grupos que definem a própria identidade cultural. A cultura é formada pela atuação individual, pela tomada de decisão, assim como condiciona esse processo (*idem*, p. 7). Os valores mais duradouros tendem a ser repetidamente escolhidos, embora seja essa repetição que os torne válidos. A ação é fruto do condicionamento, muito mais do que da cognição. Os indivíduos exercem controle sobre os demais, institucionalizando os julgamentos morais que justificam as relações interpessoais (*idem*, p. 8). Por isso, quando se caracteriza a cultura política de um grupo, com a qual certo ator se identifica,

a formação de uma preferência por parte desse ator é possível a partir da análise mínima dos fatos, assim como a previsibilidade dessa ação também é significativa (*idem*, pp. 8-9). A cultura é formada pela internalização das relações sociais externas. Portanto, a combinação entre valores divididos e práticas sociais são os pilares de sustentação das culturas políticas (*idem*, pp. 8-10). A consequência direta dessa interpretação cultural é que o estudo das instituições torna-se central para a análise política, já que a vida humana é marcada pelas relações sociais.

As afinidades e as divergências entre cultura política, instituições e escolha racional parecem ser um desafio sempre presente nesse debate. Por um lado, tem-se proposições como as de Wildavsky e Lane. Por outro, a crítica dos teóricos da escolha racional baseados no individualismo metodológico — que, segundo Almond, representa a crítica conservadora aos estudos de cultura política — argumenta que o comportamento político e as estruturas políticas podiam ser explicadas pelo interesse material de curto prazo dos atores políticos (Almond, 1990; Almond, 1994). As variáveis culturais são simplesmente ignoradas, pois a racionalidade instrumental é suficiente para explicar o comportamento. A abordagem da escolha racional defende que a postura de maximização de interesses a curto prazo aproxima-se suficientemente da realidade cotidiana de tomada de decisão (Almond, 1994, p. 11).

O modelo de 'racionalidade cultural' proposto por Wildavsky, e adotado por Lane, representa uma tentativa de articular os pressupostos da teoria da escolha racional com variáveis culturais (Wildavsky, 1987; Lane, 1992). O objetivo é enfatizar o processo de formação de preferências, incorporando os valores culturais como componentes endógenos da tomada de decisão. Trata-se de admitir o condicionamento das atitudes do cidadão, a partir da aceitação dos padrões básicos de comportamento pelos demais membros do grupo.

Para Lane, o uso da racionalidade cultural é uma forma de reorientar os modelos restritos de análise da escolha racional (1992, p. 366).

A idéia de ciclos culturais — nos quais os valores políticos estão ligados a comportamentos políticos, que, por sua vez, afetam as estruturas sociais, influenciando políticas e instituições, que realizam mudanças sociais, as quais originariam novas atitudes, reiniciando o ciclo — é a base do modelo da "rational adaptive choice" (*idem*, p. 381). "Such a model, based on the diverse particularity of clearly defined political cultural beliefs, is a fundamental advance from the simplistic, self-maximizing economic men" (*idem*, p. 380).

O reducionismo da abordagem da escolha racional para a explicação do comportamento político enfraquece a sua crítica à teoria da cultura política. A tentativa de articular as duas abordagens, na verdade, é muito mais frutífera para a construção da cadeia causal que explica o comportamento político. A suposição de que as ações são guiadas pela racionalidade de curto prazo facilita a definição do comportamento político (Inglehart, 1988, p. 1203). Contudo, torna-se evidente que a ausência de consideração dos fatores culturais impõe limitações analíticas aos estudos sobre comportamento político. A influência da religião nas regiões menos desenvolvidas do mundo é um exemplo (*idem*, p. 1203). As variáveis econômicas são politicamente importantes, isso não está em discussão, mas são insuficientes para a explicação dos acontecimentos políticos.

"I argue that different societies are characterized to very different degrees by a specific syndrome of political cultural attitudes: that these cultural differences are relatively enduring, but not immutable; and that they have major political consequences, being closely linked to the viability of democratic institutions" (Inglehart, 1988, p. 1203).

Conclusão

O conceito de racionalidade cultural contribui significativamente para aumentar a capacidade explicativa da teoria da cultura política. Quando ligada diretamente ao comportamento político do cidadão, a esfera cultural constitui um instrumento relevante de análise da realidade política. Nesse sentido, o

objetivo desse enfoque passa a ser a caracterização dos valores distribuídos por uma população e as maneiras como esse conjunto de orientações subjetivas afeta a ação política desse cidadão e o funcionamento de todo o sistema político. Descarta-se a intenção de classificar culturas em relação a um tipo ideal. Com isso, qualquer acusação de viés anglo-americano torna-se obsoleta.

O cuidado principal quando da utilização da teoria da cultura política é destacar alguns conceitos desse arcabouço teórico, capazes de enfrentar as dificuldades referentes à definição do tipo de relação entre cultura e estrutura política e à *eliminação do viés democrático liberal, que ao invés de analisar culturas existentes, busca compará-las com um modelo ideal, sendo esse o da democracia liberal*. A ênfase nas idéias de heterogeneidade cultural e de mudança na cultura política é indispensável para tornar a análise de determinado grupo mais precisa.

Aumentar a precisão nos estudos de cultura política significa, basicamente, esclarecer o tipo de relação existente entre cultura e estrutura. Nesse sentido, o estudo sobre a formação de subculturas políticas permite definir com maior clareza essa relação, já que se trata de um esforço de análise da influência de variáveis estruturais econômicas, sociais e políticas para a definição das preferências culturais. O destaque para a convivência de valores novos com antigos também é fundamental. A persistência de certos valores em meio a mudanças culturais e estruturais está associada à preocupação sobre que tipo de regime pode resultar de uma situação como essa, assim como quais foram os motivos para as mudanças. Da mesma forma, o estudo da formação de subculturas traz no seu bojo a identificação de que grupos são mais afetados pelas mudanças culturais e estruturais.

O estudo das interações individuais com o sistema político-social e com os demais cidadãos, proposto pela concepção de racionalidade

cultural, implica a articulação imediata entre contexto cultural e estrutural. A atuação do cidadão torna-se mais compreensível quando se conhece suas motivações interiores e essas motivações também são influenciadas pelos valores culturais. Portanto, defende-se que o cálculo da ação social do indivíduo leva em consideração sua posição contextualizada cultural e estruturalmente. A maximização do interesse individual é condicionada pelo ambiente cultural. Ou seja, os custos e benefícios não são calculados no vazio, mas sim definidos pelas possibilidades culturais. No caso, o maior ganho nem sempre é obtido mediante a ação mais lógica e racional segundo o modelo econômico de maximização dos ganhos. O principal definidor da racionalidade da ação é o contexto mais amplo de inserção do indivíduo.

Conhecer as opiniões dos cidadãos sobre os elementos cotidianos de relacionamento com o Estado e com a sociedade também dificulta as críticas sobre a forma de coleta de dados por intermédio de *surveys*. Ao focar assuntos do domínio cotidiano do cidadão, as inferências tornam-se mais diretas e confiáveis. Além de diminuir a possibilidade de interpretação equivocada sobre as opiniões da população, esse tipo de pesquisa continua a ser o mais indicado para o mapeamento das orientações subjetivas de grupos numerosos.

O importante a ser destacado é que o conceito de racionalidade cultural baseia-se nos pressupostos da tradição dominante de análise da cultura política. Os termos e definições elaborados por Almond e Verba são empregados conjuntamente com conceitos da teoria da escolha racional. O contexto cultural, no caso, é um dos elementos que compõem o cálculo de custo/benefício do indivíduo.

*(Recebido para publicação
em novembro de 1997)*

Notas

1. Para Sidney Verba, a pesquisa inicial sobre cultura política, *The Civic Culture*, foi um empreendimento corajoso e incauto (Verba, 1980, p. 394). Consistindo numa das primeiras tentativas de realizar um estudo comparativo entre nações de forma sistemática — usando técnicas de *survey*, que ainda estavam sendo aprimoradas naquele período —, o trabalho tinha como objetivo teórico contribuir para o entendimento do complexo problema da estabilidade democrática (Verba, 1980, p. 394). Por conta de seu pioneirismo, os esforços de Almond e Verba, intensamente utilizados nos anos posteriores, foram alvo de muitas críticas.
2. Pateman preconiza a substituição da visão liberal pela democrática na organização do regime político. Defende, com isso, a tradição participativa da democracia, alegando que, quando são empregadas formas criativas, o envolvimento direto com o regime político não é apenas um sacrifício para a população. O principal problema indicado pela pesquisa empírica é que grupos específicos da sociedade, como mulheres e trabalhadores, são desproporcionalmente representados em grupos com baixo envolvimento político (Pateman, 1980, p. 94). Não há um indivíduo naturalmente apático à política, já que esse padrão não é distribuído aleatoriamente (Pateman, 1980, p. 95). A formação de uma cidadania consciente e autônoma é parte fundamental do processo de democratização da cultura cívica. “If the promise is to be realized, democratization of the civic culture, development beyond liberal democracy is necessary” (Pateman, 1980, p. 97).

Bibliografia

- Almond, Gabriel A.
1980 “The Intellectual History of the Civic Culture”. In Almond, G. e Verba, S. (eds.), *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown and Company, pp. 1-37.
1990 *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. Nova York, Sage.
1994 “Foreword: A Return to Political Culture”. In Diamond, L. (ed.), *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, pp. 229-250.
- Chilcote, Ronald
1994 *Theories of Comparative Politics*. Boulder, Westview Press, 2nd edition.
- Diamond, Larry
1994 “Causes and Effects”. In Diamond, L. (ed.), *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, pp. 229-250.
- Erikson, R., McIver, J. e Wright, G.
1987 “State Political Culture and Public Opinion”. *American Political Science Review*, vol. 81, n.º 3, pp. 797-813.
- Inglehart, Ronald
1988 “The Renaissance of Political Culture”. *American Political Science Review*, vol. 82, n.º 4, pp. 1203-1229.
- Kavanagh, Denis
1980 “Political Culture in Great Britain: The Decline of the Civic Culture”. In Almond, G. e Verba, S. (eds.), *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown and Company, pp. 124-177.

- Lane, Ruth
 1992 "Political Culture: Residual Category or General Theory?". *Comparative Political Studies*, vol. 25, n.º 3, pp. 362-387.
- Lieske, Joel
 1993 "Regional Subcultures of the United States". *The Journal of Politics*, vol. 55, n.º 4, pp. 888-913.
- Lipjhart, Aaron
 1980 "The Structure of Inference". In Almond, G. e Verba, S. (eds.), *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown and Company.
- Muller, E. N. e Seligson, M. A.
 1994 "Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships". *American Political Science Review*, vol. 88, n.º 3, pp. 635-654.
- Pateman, Carole
 1980 "The Civic Culture: A Philosophic Critique". In Almond, G. e Verba, S. (eds.), *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown, and Company.
- Pye, L. W.
 1969 "Introduction: Political Culture and Political Development". In Pye, L. W. e Verba, S. (eds.), *Political Culture and Political Development*. Princeton, Princeton University Press.
- Reis, Elisa
 1995 "Desigualdade e Solidariedade — Uma releitura do 'familismo amoral' de Banfield". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 29, ano 10, pp. 35-48.
- Reis, Elisa e Cheibub, Zairo B.
 1995 "Valores Políticos das Elites e Consolidação Democrática". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 38, n.º 1, pp. 31-57.
- Saez, M. A.
 1991 "Sobre el Concepto de Países en Vías de Consolidación Democrática en América Latina". *Revista de Estudios Políticos*, n.º 74, pp. 113-130.
- Sales, T.
 1994 "Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, pp. 26-37.
- Santos, Wanderley Guilherme dos
 1993 *Razões da Desordem*, Rio de Janeiro, Rocco.
- Sartori, G.
 1994 *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo, Ática.
- Soares de Lima, Maria Regina e Boschi, Renato R.
 1995 "Democracia e Reforma Econômica: A Visão das Elites Brasileiras". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 38, n.º 1, pp. 7-31.
- Soares de Lima, Maria Regina e Cheibub, Zairo B.
 1996 "Instituições e Valores: As Dimensões da Democracia na Visão da Elite Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.º 31, ano 11, pp. 83-111.
- Silva, N. V.
 1990 *Introdução à Análise de Dados Qualitativos*. São Paulo, Vértice.

- Street, John
 1993 "Review Article: Political Culture — from Civic Culture to Mass Culture". *British Journal of Political Science*, n. 24, pp. 95-114.
- Trindade, Héglio
 1994 "Construção da Cidadania e Representação Política: Lógica Liberal e Práxis Autoritária". In Baquero, M., *Cultura Política e Democracia: Os Desafios das Sociedades Contemporâneas*. Porto Alegre, Editora da Universidade, pp. 42-55.
- Valkonen, T.
 1969 "Individual and Structural Effects in Ecological Research". In Dogan, M. e Rokkan, S. (eds.), *Quantitative Ecological Analysis in the Social Sciences*. Boston, MIT, pp. 53-68.
- Verba, Sidney
 1969 "Conclusion: Comparative Political Culture". In Pye, L. W. e Verba, S. (eds.), *Political Culture and Political Development*. Princeton, Princeton University Press, pp. 512-561.
 1980 "On Revisiting the Civic Culture: A Personal Postscript". In Almond, G. e Verba, S. (eds.), *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown, and Company, pp. 394-411.
- Wiatr, J. J.
 1980 "The Civic Culture from a Marxist-Sociological Perspective". In Almond, G. e Verba, S. (eds.), *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown, and Company, pp. 103-124.
- Wildavisky, Aaron
 1987 "Choosing Preferences by Constructing Institutions: A Cultural Theory of Preference Formation". *American Political Science Review*, vol. 81, n.º 1, pp. 3-23.

Resumo

Teoria da Cultura Política: Respostas aos Desafios Teóricos

O objetivo do artigo é apontar as principais críticas feitas à corrente dominante dos estudos sobre cultura política e resumir as respostas oferecidas pelos teóricos culturalistas aos desafios postos pelos críticos. Por corrente dominante, entende-se o conjunto de escritos inspirados e influenciados pela discussão lançada por Almond e Verba em 1963 em *The Civic Culture*. Conceitos como heterogeneidade cultural, mudança nos valores dominantes e racionalidade cultural, todos relacionados à corrente dominante de estudos da cultura política, permitem afirmar que as críticas quanto à indeterminação da relação entre cultura e estrutura política e do viés liberal democrático implícito nos estudos de cultura política foram, ao menos, amenizadas.

Abstract

Political Culture Theory: Responses to Theoretical Challenges

The article points out the main criticisms posed to the dominant stream of thought within political culture studies and offers a summary of culturalist theoreticians' responses to their critics' challenges. This dominant stream is understood to be represented by the group of studies inspired and influenced by the discussion which Almond and Verba launched in their 1963 classic *The Civic Culture*. Concepts such as cultural heterogeneity, value change, and cultural rationality—all linked to this stream—support the affirmation that there has at least been a mitigation of criticisms concerning the equivocal nature of the relationship between political culture and political structure and of the liberal-democratic bias implicit in political culture studies.

Alves, Humberto Prates da Fonseca

Bacias do Piracicaba e Capivari. Análise de Sub-Regiões e Aplicabilidade dos “Conceitos” de Desenvolvimento Sustentável e Capacidade Hídrica de Suporte. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997, 126 pp. Orientadora: Arlete Moysés Rodrigues.

Estudo da região das bacias dos rios Piracicaba e Capivari que atravessam uma das regiões mais desenvolvidas do interior do Estado de São Paulo — a região de Campinas e o chamado “Eixo da Rodovia Anhanguera”. O intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido nessa região, principalmente a partir dos anos 70, provocou uma progressiva e alarmante degradação dos seus recursos hídricos (grande poluição e relativa escassez de água), o que poderá se tornar um fator limitante à continuidade e ao dinamismo do seu desenvolvimento econômico. Neste trabalho é feita uma discussão sobre a aplicabilidade dos conceitos de *desenvolvimento sustentável* e *capacidade de suporte* à problemática dos recursos hídricos da região. Assim, nosso estudo procura estabelecer um contato com o debate sobre meio ambiente e desenvolvimento e com os estudos a respeito da pressão populacional sobre os recursos naturais. O conceito de *desenvolvimento sustentável* é considerado uma espécie de síntese deste debate, e da questão ambiental de um modo geral, tendo se tornado quase um consenso neste final de século. Já o conceito de *capacidade de suporte*, apesar das suas dificuldades de aplicação às sociedades humanas, tem a vantagem de trazer em sua definição tanto a noção de *sustentabilidade* como a idéia de que os recursos naturais são limitados e limitantes.

Azevedo, José Eduardo

A Penitenciária do Estado. Análise das Relações de Poder na Prisão. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1997, 174 pp. Orientador: Ítalo A. Tronca.

Apresenta uma contribuição para a análise do poder disciplinar na prisão. Trata-se de um estudo de caso, cujo objeto é a Penitenciária do Estado de São Paulo, presídio de segurança máxima que confina cerca de 1.800 presos condenados a oito ou mais anos de reclusão. O estudo encontra duas vertentes relativas ao tema: a primeira, de cunho teórico-metodológico, preocupa-se em recuperar a discussão sobre as relações de poder no âmbito de organizações complexas; a segunda, baseada num estudo de caso, analisa a emergência dessa rede de poder em situações concretas, procurando identificar os mecanismos que elas acionam.

Barreto, André Valente de Barros

Em Busca de Eros: A “Democracia Natural do Trabalho” e a Relação entre Poder e Afetividade no Pensamento de Wilhelm Reich. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1997, 151 pp. Orientadora: Amnéris Ângela Maroni.

Discute, a partir do conceito de “democracia natural do trabalho” de Wilhelm Reich, a relação entre política e afetividade. Através da leitura sistemática das obras de Reich, faz um percurso que passa pela crítica da teoria cultural de Freud, a qual sustenta a idéia de uma cultura em oposição às pulsões humanas. Aproximando Reich de J. J. Rousseau, pretende mostrar o viés romântico presente em sua obra e que é sobre este viés — que confere à natureza um valor positivo — que Reich elabora sua concepção de cultura que dá continuidade às leis biológicas que regem os homens. É somente através de uma cultura que respeite a natureza humana, vale dizer, sua sexualidade, que se poderá eliminar o “mal” — já que este encontra sua origem não na natureza, como querem os racionalistas, mas no campo social dos homens em relação — e construir uma nova sociabilidade entre os homens a partir do indivíduo reencontrado consigo mesmo, com sua afetividade. A crítica da política em Reich é a crítica da cultura a partir do resgate da afetividade do Homem.

Bayce, Rafael

Microformas Perversas de Construção de Macrolegitimação Sociopolítica: O Caso dos Videojogos, Flippers, seus Locais e Usuários. Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 1997, 298 pp. Orientador: Edmundo Campos Coelho.

Tentando entender a macrorrelevância de fatos e processos considerados micro, estuda interdisciplinarmente e com um desenho qualitativo/quantitativo a perseguição de fliperamas e detenções de menores neles, bem como a repercussão pública dos fatos. A fragilidade das acusações justificadoras leva a uma interpretação pela lógica da sua macrofuncionalidade e pré-legitimadora, pela projeção e transferência de medos e conflitos psicoculturais e pela microconstrução via apropriação dos discursos, mídia, surveys, rumor e dramatização que constroem estereótipos, estigmas, bodes expiatórios e exorcismos em jovens que lutam geracionalmente pelo poder simbólico numa conjuntura uruguiaia especial.

Cancela, Cristina Donza

Adoráveis e Dissimuladas: Um Estudo das Mulheres das Camadas Populares (1870-1910). Mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp, 1997, 177 pp. Orientadora: Mariza Corrêa.

Estudo das relações amorosas das meninas das camadas populares a partir da investigação de fontes históricas como processos crimes de defloramento e matérias publicadas em periódicos de Belém (PA). A riqueza destas fontes permitiu a realização de uma etnografia dessas relações amorosas tendo como base a perspectiva das meninas e de seus namorados. Para tanto, analisa seus depoimentos de amigos e parentes; utiliza relatos de memorialistas, escritores e pesquisadores para contextualizar a imagem, práticas e valores da época acerca da mulher.

Catacora Vidangos, Ednin

Movimento Sindical e Programa Neoliberal Peruano, 1990-1995. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997, 193 pp. Orientador: Ricardo Coltro Antunes.

Trata do Programa Neoliberal implementado pelo governo de Alberto Fujimori e seu impacto no movimento sindical peruano. Para tanto, traça um esboço do desenvolvimento do capitalismo no Peru e da história da organização dos trabalhadores. Dá especial atenção ao período

iniciado com o governo militar de Juan Velasco Alvarado, passando pelo governo militar de Morález Bermudez, e o retorno à democracia representativa sob os governos de Belaunde Terry e Alan García. Tomando esse histórico para contextualizar o período 1990-1995, volta sua atenção para a desmobilização sindical provocada pelo desemprego, pela privatização e desestatização da economia peruana (com a conseqüente diminuição da participação do Estado peruano na economia) e a repressão política. Acrescenta, assim, à análise das conseqüências da implementação do Programa Neoliberal um esboço do impacto das ações e da violência política do Estado e do movimento armado Sendero Luminoso.

Corsi, Francisco Luiz

Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997, 457 pp. Orientador: Sergio S. Silva.

Estudo da política externa do Estado Novo, particularmente da política econômica externa. Consiste em mostrar o processo de formulação de um projeto nacional a partir do estudo da política externa. Espera, com isto, contribuir para a elucidação de algumas facetas do nacionalismo de Vargas. Discute as possibilidades de desenvolvimento em um contexto marcado por uma relativa desarticulação da economia mundial e por uma intensa disputa entre as grandes potências. Vargas oscilou entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro de desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro. Optou por este último e sonhou transformar o Brasil em potência regional na América do Sul. Este projeto tinha poucas chances de se concretizar no momento em que os EUA emergiam como grande potência.

Cunha, Olívia Maria Gomes da

Intenção e Gesto: Política de Identificação e Repressão a Vadiagens no Rio de Janeiro dos Anos 30. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1997, 448 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Investiga o papel dos especialistas — médicos e policiais — na elaboração e institucionalização da política de identificação criminal no Distrito Federal nos anos 30. Ao analisar documentos que descrevem as práticas identificatórias e pesquisas produzidas em órgãos dedicados à formulação de uma moderna metodologia de conhecimento e classificação de criminosos, pretende discutir como determinados perfis criminais foram desenhados e quais foram os referenciais teórico-metodológicos utilizados na caracterização da criminalidade no Brasil.

Cunha, Simone Dubeuk Berardo Carneiro da

Um Bonde Chamado Santa Teresa: Um Estudo Antropológico sobre Concepções de Patrimônio Cultural. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1997, 125 p. Orientador: José Reginaldo S. Gonçalves.

As concepções sobre o bonde de Santa Teresa enquanto “patrimônio cultural” distinguem-se basicamente em três concepções: a dos trabalhadores nos bondes; a dos moradores de Santa Teresa (representados pela AMAST); e a concepção oficial, representada pelas agências do Estado, em especial a Companhia de Transportes Coletivos (CTC) e o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac). Estas concepções são descritas e analisadas no contexto social

da extinção e das estratégias de preservação dos bondes enquanto símbolo de identidade do bairro de Santa Teresa.

D'Antona, Álvaro de Oliveira

O Verão, o Inverno e o Inverso. Sobre o Modo de Vida de Comunidades Residentes na Região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Mestrado em Antropologia, IFCH/Unicamp, 1997. Orientador: Marcio d'Olne Campos.

Propõe a compreensão do modo de vida nos Lençóis Maranhenses através das relações dos indivíduos com a natureza, buscando conhecer as noções locais de degradação/preservação ambiental e criticar a delimitação do Parque Nacional ali existente. Privilegia os diversos níveis de interação do ser humano com seu meio (produção, moradia, técnicas, concepções), levando em conta noções de tempo, espaço e lugar. Considera também o uso de recursos e o modo como as várias comunidades fazem-se representar e organizar no espaço, o que revela a importância dos deslocamentos de pessoas e coisas para a compreensão da dinâmica da região e para expor a fragilidade da fronteira da unidade de preservação.

Gileno, Carlos Henrique

Lima Barreto e a Condição do Negro e do Mulato na Primeira República (1889-1930). Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997, 138 pp. Orientadora: Walquíria Leão Rêgo.

Tentativa de contribuir para a compreensão de como a questão do negro foi tratada na literatura brasileira, escolhendo um dos seus mais significativos romancistas, cuja obra voltou-se para a problemática da exclusão social e do preconceito que recaíram sobre a "população de cor" nos primeiros anos do século XX no Brasil. Ao mesmo tempo em que se insurgiu contra os dogmas das teorias raciais européias, Lima Barreto criticou o uso que as elites intelectuais científicas e políticas brasileiras fizeram dessas teorias, pois elas contribuíram para inviabilizar a plena constituição dos direitos civis dos negros na Primeira República.

Givigi, Ana Cristina Nascimento

A Consciência de Classe e a Reconstituição da Identidade: Um Estudo sobre os Trabalhadores da Embratel no Espírito Santo. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997. Orientador: Ricardo Coltro Antunes.

Através da análise do discurso e exame das ações coletivas desenvolvidas, aponta como os trabalhadores da Embratel do Espírito Santo encaram as alterações capitalistas no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que reconstróem, através de suas práticas, sua identidade. Parte do pressuposto de que o momento originário do ser social é o trabalho; a partir dele os trabalhadores reconstituem traços em comum através do fluxo da práxis social. A consciência de classe desenvolve-se por meio dos desdobramentos do ser que cria mediações entre a percepção imediata e mediada da realidade.

Heck, Egon Dionisio

Os Índios e a Caserna: Políticas Indigenistas dos Governos Militares. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1997, 150 pp. Orientador: Shiguenoli Miyamoto.

Visa analisar a ação do Estado e das Forças Armadas junto aos indígenas, identificando seu

discurso e sua ideologia, através das políticas dos governos militares de 1964 a 1985. A hipótese central é a de que um novo indigenismo foi sendo implantado pelos governos militares, tendo sua inspiração e sustentação na doutrina de Segurança Nacional e coordenada por militares egressos, em sua maioria, dos serviços de informação e segurança ocupando postos-chave na Fundação Nacional do Índio – Funai. Esse processo é identificado como “militarização” da questão indígena e da Funai. Busca situá-lo no quadro mais amplo das políticas desenvolvidas pelos governos militares, particularmente no processo de “tomada do poder do Estado” e a militarização do mesmo pelas Forças Armadas no poder. A vinculação da Funai ao Ministério do Interior e a implantação de serviços de segurança e informação como a Assessoria de Segurança e Informação – ASI e a Guarda Rural Indígena – GRIN, demonstram claramente a subordinação da questão indígena aos parâmetros do binômio segurança e desenvolvimento.

Labra, Maria Eliana

Política, Saúde e Interesses Médicos no Chile (1900-1990). Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 1997, 468 pp. Orientadora: Eli Diniz.

O Chile tem sido considerado um país pioneiro na implementação de reformas na saúde, primeiro em direção à socialização da medicina no período 1920-1973, quando se expande a democracia política e, posteriormente, no sentido da privatização do sistema assistencial nos anos 80, sob a ditadura. A tese examina essas tendências focalizando as seguintes transformações: Seguro Social (1924); Serviço Nacional de Saúde (1952); Lei de Medicina Curativa para os empregados (1968); e as “modernizações” do neoliberalismo autoritário. A análise dos respectivos processos decisórios articula três níveis: 1) contexto político-institucional; 2) condicionamentos setoriais; 3) micropolítica da corporação médica. Entre as conclusões destacam-se: a) a tensão entre as pressões pela expansão da democracia substantiva e as limitações distributivas colocadas pelo subdesenvolvimento econômico, gerando conflitos de interesses que acompanham a evolução do sistema de saúde; b) a centralidade do projeto profissional da Ordem Médica na explicação de continuidades entre as demandas corporativas na vigência da democracia e as políticas adotadas pela ditadura; c) as propostas de reforma da saúde para a “neodemocracia” (1990), que refletem a herança político-ideológica do passado, bem como as novas clivagens decorrentes da dominação autoritária.

Lima, Eurenice Oliveira

A Construção da Obediência: Processo de Trabalho e Toyotismo no Japão. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1996, 181 pp. Orientador: Ricardo Antunes.

Recupera as bases socioeconômicas da constituição do toyotismo enquanto elemento fundamental da efetivação do regime de produção de inspiração capitalista no Japão. O toyotismo desenvolveu-se no Japão após a Segunda Guerra Mundial, como resultado dos desdobramentos das modificações no processo de trabalho desenvolvidas na Toyota Motor Corporation pelo engenheiro-chefe Taiichi Ohno. Essas mudanças foram introduzidas paulatinamente, beneficiando-se da combinação de elementos desenvolvidos internamente pela indústria têxtil e outros setores da indústria japonesa, e de elementos constitutivos da experiência industrial norte-americana. Associado aos momentos da crise que se desenvolve a partir dos anos 70, após o longo período de desenvolvimento do pós-guerra — fase dourada do desenvolvimento

capitalista —, o toyotismo é avaliado como uma alternativa ao fordismo. Isto na medida em que o diagnóstico da crise capitalista é, de forma generalizada, associado ao esgotamento desta particular forma de organização e de controle do trabalho. As mudanças na organização do processo de trabalho e o tipo de representação sindical que expressa essa forma de inserção do trabalhador nas estruturas produtivas japonesas, principalmente na indústria automobilística, confluem para um tipo de trabalhador envolvido nos objetivos da empresa, os quais se definem à vista de suas lutas concorrentes. Um dos resultados desta pesquisa aponta a necessidade de trabalhos que destaquem as formas de resistência dos trabalhadores quando submetidos às condições de trabalho definidas pelo toyotismo.

Maués, Maria Angélica Motta

Negro sobre Negro: A Questão Racial no Pensamento das Elites Negras Brasileiras (1930-1988). Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 1997, 330 pp. Orientador: Carlos Hasenbalg.

Apresenta uma interpretação do pensamento das elites negras brasileiras (lideranças políticas e outros intelectuais) sobre a questão racial no Brasil, e sobre a própria sociedade brasileira, partindo de uma visão geral do pensamento social brasileiro (das elites “brancas”). Chama atenção para os contrapontos, as imbricações e as rupturas entre as idéias dessas lideranças negras e a ideologia racial brasileira que torna o negro “invisível”. A principal fonte de estudo é uma importante documentação constituída, basicamente, de jornais e revistas da imprensa negra referentes a todo o período estudado, documentos do Teatro Experimental do Negro e seus órgãos, e do Movimento Negro mais recente. O período de tempo considerado vai dos anos 1920-1930 — com a eclosão do “protesto negro” —, até os anos 1970-1980, marco da retomada atual do Movimento Negro.

Miguel, Luis Felipe

Em Busca da Harmonia Perdida: Mito e Discurso Político (Uma Análise a partir da Campanha Eleitoral Brasileira de 1994). Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997, 281 pp. Orientadora: Evelina Dagnino.

Buscou a formulação de um conceito rigoroso e relevante de mito político integrando aportes teóricos de — sobretudo — R. Barthes, G. Sorel, M. Eliade e R. Girard. O mito político é definido, então, como sendo a expressão política da rejeição à política. Toda a análise é ancorada num *corpus* claramente recortado: os programas do horário de propaganda eleitoral da campanha presidencial de 1994. Elementos míticos (tais como a autoridade, a transparência e a unidade) permeavam os discursos dos candidatos.

Oliveira, Adriana Capuano de

Japoneses no Brasil ou Brasileiros no Japão: A Trajetória de uma Identidade em um Contexto Migratório. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997, 198 pp. Orientadora: Teresa Saes.

Enfoca a migração recente de brasileiros descendentes de japoneses para o Japão, o chamado “fenômeno de kassegui”. Refere-se às condições de identidade desta população que, enquanto está no Brasil é considerada japonesa e, uma vez no Japão, sente-se estrangeira. Esta percepção dá-se de forma dupla, pois quando o de kassegui chega ao Japão ele se descobre um brasileiro devido ao choque cultural e à diferenciação que os próprios japoneses fazem

em relação a ele. Busca analisar a formação da identidade nacional brasileira, bem como o processo de inserção dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. Através dessas reconstituições de identidades, sugere a análise do processo que ocorre com os descendentes de japoneses que estão imigrando para o Japão, e que retornam ao Brasil com uma visão diferente com relação à sua identidade e à sua nacionalidade. Aborda, ainda, os aspectos do fenômeno de *dekassegû*, bem como a inserção do quadro de imigração brasileira dentro do contexto atual de mercados globalizados e mundializados.

Olivera de Paucar, Lilian Mery

Mulheres no Pós-Aborto: A Experiência de Atendimento no CAISM-Unicamp. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997, 118 pp. Orientadora: Ana Maria Meregalli Goldani.

Chama atenção para a questão do atendimento pós-aborto e o papel dos serviços públicos de saúde neste caso no Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher – CAISM, da Universidade de Campinas. Foi feita uma revisão dos aspectos ideológicos e legais do aborto, dos seus riscos e seqüelas, logo após ter realizado uma pesquisa de campo com a finalidade de conhecer os alcances e características do atendimento de mulheres na etapa pós-aborto no CAISM. Foram realizadas entrevistas com usuárias e médicos, determinando-se histórias de vida de mulheres pós-aborto e uma ampla descrição dos serviços no CAISM. Uma conclusão importante foi que o atendimento pós-aborto nesse centro hospitalar é adequado, sendo fundamental para a saúde da mulher e para a prevenção de abortos recorrentes e doenças relacionadas.

Pereira, Andréa Regina Sampaio

A Influência da Psicologia de Massas sobre o Movimento Operário Brasileiro (1917-1922). Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1997, 197 pp. Orientador: Décio A. Marques de Saes.

A corrente de pensamento conhecida como “psicologia de massas” foi um importante instrumento teórico utilizado pelos governos burgueses para excluir política e socialmente as classes populares. Geralmente, essa corrente de pensamento é associada à direita, todavia, constata que a esquerda também assimilou alguns de seus preceitos. No interior do movimento operário do início do século, até mesmo os anarquistas, partidários da autogestão, foram influenciados pela “psicologia de massas”. Em muitos momentos eles também discorreram sobre a necessidade de liderança para as massas. O preconceito racial dos dirigentes do movimento — imigrantes brancos, em sua maioria — em relação aos trabalhadores nacionais só fez aumentar a convicção de que as massas não poderiam participar do gerenciamento da política.

Pereira, Sílvia Garcia Nogueira

A Construção da Notícia em Dois Jornais Cariocas: Uma Abordagem Etnográfica. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1997, 119 pp. Orientador: Marcio Goldman.

Como as notícias são produzidas? O que faz com que determinados assuntos sejam abordados de uma forma e não de outra? Tentando responder estas perguntas, a tese se propõe a fazer uma etnografia analítica de dois grandes jornais cariocas durante o período de eleições

municipais de 1996. A partir do acompanhamento das atividades desenvolvidas nas redações, percebe-se que explicações de caráter puramente ideológico ou, por outro lado, exclusivamente mercadológico, não são suficientes para o entendimento do processo de produção das notícias. A esses fatores acrescentam-se a rede de relações pessoais dentro e fora dos jornais, os limites de tempo e espaço inerentes à própria atividade, as regras formais contidas nos manuais de redação, e aquelas “informais”, que regulam as atividades jornalísticas. Este trabalho consiste em um primeiro esforço para abordar esse conjunto de variáveis que tem sido deixado de lado nas análises sobre mídia.

Pessoa, Jadir de Moraes

A Revanche Camponesa: Cotidiano e História em Assentamentos de Goiás. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997, 215 pp. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.

Procura, num primeiro momento, reconstituir e compreender a trajetória histórica dos sujeitos envolvidos com as ocupações de terra na década de 80, bem como as condições sociais que possibilitaram a sua emergência. É, pois, numa perspectiva histórica, social e política, um estudo das ocupações de terra enquanto movimento social rural. Num segundo momento, dentro de uma perspectiva mais antropológica, procura compreender também o cotidiano de produção material e simbólica dos trabalhadores rurais com-terra, nos assentamentos rurais derivados das primeiras ocupações. Nessas duas esferas de observação, numa inevitável tensão entre rupturas e continuidades, podem ser encontrados elementos significativos para se afirmar a existência de um “novo campesinato” em Goiás, pelo menos no modo como este está se constituindo e nas contradições que esse processo engendra.

Ramón Bonet, Octavio Andrés

Saber e Sentir: Uma Etnografia da Aprendizagem da Biomedicina. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1996, 158 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

O presente trabalho refere-se à aprendizagem de uma ciência — a biomedicina. Esta surge como consequência das mudanças na visão de mundo ocorridas nos séculos XVI-XVII, que deram lugar a uma explicação mecanicista do mundo e, assim, a uma visão dualista do Homem. Esta última, onde toma lugar a biomedicina, permite-nos arguir que a “prática biomédica” se estrutura ao redor do que chamamos *tensão estruturante*, entre os domínios do *saber* (associado ao racional e ao científico), e do *sentir* (associado ao emocional e ao psicológico). Com o objetivo de analisar como se manifesta essa *tensão estruturante* no processo da aprendizagem da biomedicina, realiza uma etnografia de um pavilhão de Clínica Médica de um hospital público, centrando a observação nos médicos residentes, que começavam sua prática médica. A importância de realizar a observação em uma *residência* se dá porque ali se encontram a prática médica “vívda” e a busca da excelência acadêmica pela aprendizagem, que vão configurar os dois pólos da tensão estruturante.

Rodrigues, Cristina Maria Costa

Águas aos Olhos de Santa Luzia: Um Estudo de Memória sobre o Deslocamento Compulsório de Sitiantes em Nazaré Paulista – SP. Mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp, 1997, 183 pp. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.

As pesquisas no campo da Antropologia que tratam dos processos decorrentes da implantação de projetos de “grande escala”, como barragens e os seus efeitos sociais, têm contribuído tanto para a discussão de temas e conceitos tradicionais dessa disciplina como para a denúncia de injustiças sociais. Esta tese trata dessa temática antropológica e busca refletir sobre o significado da inserção da represa de abastecimento Atibainha na vida das famílias de sítiantes deslocadas. Por se basear na memória dos testemunhos dessas famílias sobre o evento transcorrido há mais de vinte anos, este estudo possibilita uma visão do acontecimento vivido mediatizada por uma temporalidade.

Soares, Carla Andrea

Emigração de Cirurgiões-Dentistas Brasileiros para Portugal. Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1997, 147 pp. Orientadora: Maria Teresa S. de Melo Suarez.

No contexto das migrações internacionais recentes, nota-se a emigração de brasileiros para o exterior. Nesse fluxo chama a atenção a emigração de cirurgiões-dentistas para Portugal, lá inserindo-se como mão-de-obra qualificada e concorrendo com a elite profissional local. A presença desses profissionais no mercado de trabalho português implica uma regulamentação profissional da área de saúde bucal, bem como coloca em questão Acordos e Tratados de reciprocidade entre Brasil e Portugal.

Souza, Gustavo de Oliveira Coelho de

Do Projetado ao Vivido, a Construção do Lugar. O Meio Ambiente na Produção de Conjuntos Habitacionais. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997, 267 pp. Orientadora: Arlete Moysés Rodrigues.

Analisa as propostas implementadas pela política de habitação popular da Superintendência de Habitação Popular da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo no período de 1989 a 1992. Sua orientação seria a de implementar novos conceitos que viessem superar a cultura até então aplicada pelo Estado na edificação desses conjuntos habitacionais. Partindo de discursos sobre o aparente conflito entre o trabalho técnico dos projetistas e o que esperavam os moradores, os debates sobre Modernidade, Imaginário Social, Meio Ambiente e Cotidiano nortearam a base teórica deste estudo. A realidade nos conjuntos habitacionais analisados é de que a produção dos espaços e das identidades é idealizada pelas utopias renovadas que estão presentes na memória de luta dos moradores pela casa.

Tapia Mealla, Luis Fernando

La Producción del Conocimiento Local. Historia y Política en la Obra de Zavaleta. Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 1997, 820 pp. Orientador: Luiz Eduardo Soares.

A tese é uma história intelectual da obra de um cientista social boliviano, René Zavaleta, e do pensamento político e da forma de fazer ou escrever história na sua época, dos anos 50 até os 80. Reconstrução das condições teóricas e epistemológicas da análise histórica no pensamento de Zavaleta. Sua obra é uma reflexão sobre os limites dos modelos gerais para a explicação das histórias específicas, e uma proposta desenvolvida em torno de uma teoria da autonomia do político para explicar as especificidade e heterogeneidade históricas.

Tolentino, Célia Aparcida Ferreira

A Dialética Rarefeita entre o Não Ser e o Ser Outro. Um Estudo sobre o Rural no Cinema Brasileiro. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997, 320 pp. Orientadora: Elide Rugai Bastos.

Discute a tematização dos aspectos rurais da cultura brasileira segundo a abordagem realizada pelo cinema nacional das décadas de 50 e 60. Decodificando o narrador de uma obra cinematográfica, debate as condições e perspectivas deste que apreende o tema em questão, explicitando o tempo histórico a partir do qual fala. As duas décadas são tratadas como três tempos distintos: a década de 50 é observada a partir do cinema industrial paulista; a década de 60 divide-se em duas partes — antes e depois do golpe de 64 —, e ambas são discutidas através da cinematografia politizada da época. Ao final, tenta demonstrar que o rural constitui um tema fugidio, mas central na vida brasileira que, em acordo com as ambigüidades da nossa própria identidade, é tratado com amor ou ódio, segundo os projetos de nação com os quais dialoga. Cangaceiros, caipiras, jagunços, beatos, retirantes, podem ora compor a verdadeira identidade nacional, ora o retrato do atraso brasileiro e, também, as duas coisas ao mesmo tempo. Invariável é o ponto de vista que entende como rural aquilo que está no passado ou em vias de superação; nunca, entretanto, o vigente. Em resumo, para o cinema brasileiro do período estudado, rural é sempre o outro.

Torres, Haroldo da Gama

Desigualdade Ambiental na Cidade de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997, 256 pp. Orientador: Daniel J. Hogan.

Mostra que fenômenos ambientais urbanos podem ser associados a processos disputivos. Num sentido mais específico do problema, sustenta que grupos em piores condições socioeconômicas estariam mais expostos a riscos ambientais que outros. Apresenta, em primeiro lugar, a categoria desigualdade ambiental e sua utilidade no estudo de questões ambientais urbanas. Em segundo, busca uma metodologia para a identificação da desigualdade ambiental no contexto de São Paulo. A metodologia utilizada se baseia num sistema de informações geográficas desenvolvido para a Zona Leste de São Paulo. Em terceiro lugar procura identificar e mensurar o fenômeno segundo a técnica proposta. Finalmente, busca interpretar o fenômeno à luz da dinâmica socioeconômica da Região Metropolitana de São Paulo na década de 1980.

Vadell, Javier Alberto

Neoliberalismo e Consenso na Argentina (1976-1991). Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1997, 157 pp. Orientador: Reginaldo Corrêa de Moraes.

O caso argentino de formação do consenso neoliberal — que é parte de uma tendência mundial que se manifesta mais radicalmente nos países não-desenvolvidos — é analisado a partir da releitura de textos-chave dos principais intelectuais e propagandistas do liberalismo econômico — Martínez de Hoz e Alvaro Alsogaray — numa realidade social particular: o golpe militar de 1976. Martínez de Hoz como ministro da Economia desse governo aplicou um programa econômico liberal, mas os objetivos fracassaram. Mais paradoxalmente, o desmonte do aparelho estatal argentino, em grande medida provocado, foi o fator fundamental

para compreender o amplo consenso a favor das idéias do liberalismo econômico no final dos anos 80 e início dos 90. Neste panorama, estas idéias são apresentadas pelos intelectuais neoliberais como as únicas receitas restauradoras da ordem frente aos anos de políticas intervencionistas.

Vargas, Joana Domingues

O Fluxo do Sistema de Justiça Criminal para Crimes Sexuais: A Organização Policial. Mestrado em Antropologia Social, IFCH/Unicamp, 1997, 250 pp. Orientadora: Alba Zaluar.

Estudo sobre o comportamento do fluxo do Sistema de Justiça Criminal para crimes sexuais, que enfatiza os processos de classificação, de filtragem e de decisão empreendidos na Polícia, realizado a partir de uma pesquisa feita na Delegacia de Defesa da Mulher e no Fórum de Campinas. O recorte empírico limitou-se à atividade de transformação de um acontecimento em fato jurídico, que se inicia no momento em que é feita a queixa e culmina com o resultado da sentença. Dados quantitativos produzidos sobre os crimes em relação aos procedimentos e à cor do réu, bem como as condições de sua produção, permitiram, respectivamente, a reconstituição do fluxo para crimes sexuais e a análise dos processos de categorização desses crimes e de seus protagonistas. Esses processos e os de decisão foram analisados a partir de dois eventos — a tradução da queixa em registro escrito — que resulta no enquadramento penal dos crimes e de seus autores — e a prisão durante o processo — que informa sobre como são tomadas as decisões sobre quem deve ou não ser preso.

Vicente, Eduardo

A Música Popular e as Novas Tecnologias de Produção Musical: Uma Análise do Impacto das Tecnologias Digitais no Campo de Produção da Canção Popular de Massas. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1996. Orientador: Renato Ortiz.

A pesquisa visa oferecer tanto uma descrição pormenorizada das tecnologias digitais, quanto um histórico abrangente da materialidade da produção musical como um todo. A partir daí, procura estabelecer quais os impactos causados por estas novas tecnologias no campo da “canção popular de massas”. São discutidas tanto as questões mais propriamente econômicas — como a constituição dos oligopólios, o mercado de trabalho e a divisão do trabalho, custos de produção e instâncias de promoção e distribuição —, quanto os problemas relativos às questões da *técnica e racionalização* — centrais na tradição frankfurtiana. É desenvolvida, ainda, uma discussão acerca da dinâmica do campo de produção da *canção popular de massas*. Neste debate, o referencial teórico predominante é oferecido pela obra de Pierre Bourdieu e o foco da discussão concentra-se nos modos pelos quais as tecnologias digitais são utilizadas ou recusadas pelos agentes participantes do campo no sentido da legitimação de suas obras.

Zan, José Roberto

Do Fundo do Quintal à Vanguarda: Contribuição para uma História Social da Música Brasileira. Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp, 1997. Orientador: Renato Ortiz.

Discute a formação da música popular brasileira de uma perspectiva histórico-sociológica. Enfoca especificamente a música popular industrializada, isto é, aquela que é produzida por meios industriais e destinada ao mercado, procurando abranger o período que se estende da

entrada da indústria do disco no Brasil até a década de 60. A delimitação desse período justifica-se pelo fato de se considerar que este corresponde ao processo de definição e consolidação dos padrões de linguagem da música popular. Procurou analisar as correspondências possíveis entre o gradativo “reinamento” formal e/ou a intelectualização por que passou essa manifestação cultural e a formação da indústria cultural e da cultura de massa no país. O trabalho tem como foco a própria música popular entendida como mediação desses processos socioculturais.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

res e Ademir Figueiredo, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sônia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha" e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guita Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento" e *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth."

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975".

BIB 37

Fernando Limongi, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

BIB 38

Theodore Lowi, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte — As Principais Interpretações Ocidentais"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

BIB 39

Marta T. S. Arretche, "Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas"; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

BIB 40

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: "A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Lais Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

BIB 41

Gustavo Sorá, "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt"; *Mario Grynszpan*, "A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada"; *Jorge Ventura de Moraes*, "Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical"; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, "Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras".

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, "Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, Histórica e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

BIB 43

Sérgio Costa, "Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; Luis Fernandes, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final — As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo"; Eduardo C. Marques, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; Paulo J. Krischke, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".

BIB 44

Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, "Depoimento de Darcy Ribeiro"; Christina de Rezende Rubim, "Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira"; Gláucia Villas Bôas, "A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão"; Carlos Pereira, "Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente"; Flávia de Campos Mello, "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates".

BIB

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

- BELO HORIZONTE**
Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.
Rua Sergipe, 314
30130-170 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (031) 273-4000
Fax: (031) 273-3334
- BRASÍLIA**
A Casa do Livro de Brasília Ltda.
Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS
70393-900 – Brasília – DF
Tel.: (061) 224-34-72 Fax: (061)224-3387
- BLUMENAU**
Livraria Alemã Ltda.
Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro
89010-160 – Blumenau – SC
Tel./Fax: (047) 326-4558
- CURITIBA**
Livraria do Chain Editora
Rua General Carneiro, 441
80060-150 – Curitiba – PR
Tel.: (041) 264-3484 Fax: (041) 263-1693
- FORTALEZA**
Distribuidora de Livros Arte de Ler
Rua Gonçalves Ledo, 620 – Aldeota
60110-260 – Fortaleza – CE
Tel. / Fax: (085) 231-0074
- PORTO ALEGRE**
Livraria Parlenda Ed. Dist. Ltda.
Rua Riachuelo, 1236
90010-273 – Porto Alegre – RS
Tel.: (051) 226-7703 / 226-9170
- RECIFE**
Cortez Editora e Livraria Ltda.
Rua Gonçalves Maia, 221 – Boa Vista
50070-060 – Recife – PE
Tel.: (081) 424-4227 / 423-5088
Fax: (081) 424-4227
- Best-Seller Comércio e Repres. Ltda.**
Rua Marques de Amorim, 09 – Lj. 03
50070-330 – Recife – PE
Tel.: (081) 222-0144 / 421-4991
- RIO DE JANEIRO**
Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
Rua Barata Ribeiro, 17 – sl/202
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294
- SALVADOR**
Gilson Barros Lima
Rua Miguel Calmon, 37 – sala 705
40015-010 – Salvador – BA
Tel.: (071) 243-9662 Fax: (071) 243-9662
- Chaves Comércio de Livros Papelaria Ltda.**
Av. Dorival Caymi, 1.100 – Itapoã
41635-150 – Salvador – BA
Tel.: (071) 359-5776
- SÃO PAULO**
Editora Estação Liberdade Ltda.
Rua Oscar Freire, 1.233 – Cerqueira César
01426-001 – São Paulo – SP
Tel. / Fax: (011) 3064-8268
- Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.**
R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22
01325-001 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305
- Primeira Linha Distr. e Livraria Ltda.**
Rua Sabará, 483
01239-011 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 255-3852 Fax: (011) 255-3862
- VITÓRIA**
Representação Paulista Ltda.
Av. Carlos Moreira Lima, 61
29052-111 – Vitória – ES
Tel.: (027) 227-5199 / 227-5760 / 227-5501
Fax: (027) 235-1760

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116
05508-900 – São Paulo, SP